



INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

O DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA: SUA VIDA, SUA TRAJETÓRIA

PROFA. DRA. AMÁLIA INÊS GERAIGES DE LEMOS - CHEFE. PÁGINA 3

ENTREVISTAS

*PROF. DR. FRANCISCO CAPUANO SCARLATTO
POR RODOLFO VIANNA. PÁGINA 7*

*PROF. DR. JOSÉ BUENO CONTI
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 9*

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

UM DEPARTAMENTO NA HISTÓRIA

PROF. DR. OSVALDO COGGIOLA - CHEFE. PÁGINA 11

ENTREVISTAS

*PROF. DR. JOSÉ SEBASTIÃO WITTER
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 19*

*PROFA. DRA. LAURA DE MELLO E SOUZA
POR RODOLFO VIANNA. PÁGINA 22*

ENTREVISTAS

DIRETOR DA FFLCH

*PROF. DR. SEDI HIRANO
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 23*

*FLÁVIO AGUIAR - PROFESSOR DE LITERATURA BRASILEIRA DO DLCV
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 26*

*MARIA ELISA CEVASCO - PROFESSORA DO CURSO DE INGLÊS DO DLM
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 28*

SANDRA GUARDINI TEIXEIRA VASCONCELOS

*PROFESSORA DO CURSO DE INGLÊS DO DLM
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 31*

ZENIR CAMPOS REIS

*PROFESSORA APOSENTADA DE LITERATURA BRASILEIRA
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 33*

ESPAÇO MEMÓRIA

*PROFESSOR EMÉRITO - EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA
PÁGINA 35*

FUNCIONÁRIOS

*ALETRANDO A ROTINA EM BUSCA DA QUALIDADE
LEONICE MARIA SILVIA DE FARIAS. PÁGINA 38*

EVENTOS

EVENTOS. PÁGINA 38

PRODUÇÃO DOS DOCENTES DA FACULDADE

PRODUÇÃO DOS DOCENTES DA FACULDADE. PÁGINA 46

EDITORIAL

No Boletim Informe número 15, os departamentos homenageados em suas páginas são o de Geografia e o de História. Sobre o primeiro, além do artigo sobre o departamento escrito pela sua chefe, professora Amália Inês Geraiges Lemos, temos as entrevistas dos professores Francisco Scarlartto e José Bueno Conti.

Quem escreve a apresentação do departamento de História é o professor Osvaldo Coggiola, seu chefe, e os professores que concederam entrevistas ao Boletim foram a professora Laura de Mello e Souza e o professor José Sebastião Witter, professor Emérito do FFLCH.

Na seção de *Entrevistas*, o diretor da Faculdade nos fala de sua formação intelectual e de seus desafios à frente da diretoria. Outro nome também que responde às perguntas do nosso Boletim é o professor Flávio Aguiar. Também são entrevistados as professoras Maria Elisa Cevasco, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos e Zenir Campos Reis. No *Espaço Memória*, está transcrito o discurso proferido pelo professor Eduardo D'Oliveira França, já falecido, quando recebeu o título de Professor Emérito em 1994.

No *Espaço dos Funcionários*, há um texto escrito pela funcionária Leonice Maria Silvia de Farias sobre as condições de trabalho e a busca pela qualidade de vida. Já em *Eventos*, há a cobertura de alguns eventos que aconteceram na Faculdade durante o mês de novembro. Com destaque, o Boletim Informe traz a cobertura do debate sobre a Reforma Universitária que a Congregação e a Diretoria da FFLCH promoveram, que contou com a participação do Secretário Executivo do MEC, Fernando Haddad.

O Boletim deseja boa leitura.

Comitê Editorial do Informe

EXPEDIENTE

REITOR:
Prof. Dr. Adolpho José Melfi
VICE-REITOR:
Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz
DIRETOR:
Prof. Dr. Sedi Hirano
Vice-Diretora
Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara (DH), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL), Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (AÇÃO) - Membro Assessor. **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:** Eliana Bento da Silva Amatuzzi Barros – MTb 35814. **COORDENAÇÃO:** Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815, **PROJETO GRÁFICO:** Dorli Hiroko Yamaoka, Erbert A. Silva – MTb 35870. **COLABORADORES:** Daniel Cantinelli Sevilano, Denis Oliveira e Silva, Rodolfo Vianna, Vanessa Vieira Mariano, Verônica Reis Cristo. **SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS:** João Fernando Querido Salvado. **IMPRESSÃO:** Gráfica – FFLCH/USP. **TIRAGEM:** 1500 exemplares.



DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

O DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA: SUA VIDA, SUA TRAJETÓRIA

PROFA. DRA. AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS
CHEFE DE DEPARTAMENTO

Para escrever um pouco sobre o Departamento de Geografia e sua trajetória, tomaremos como base um artigo escrito por Pasquale Petrone em 1982, Prof. Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e aluno das primeiras turmas do curso recém criado.

O autor nos diz:

“As origens do atual Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP estão estreitamente vinculadas ao funcionamento da antiga sub-seção de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No ano de 1934 quando, com a criação da Universidade de São Paulo, foi instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, começou a funcionar, também, a sub-seção de Geografia e História.”

Nessa ocasião, junto a vários professores vindos da Europa, chega o geógrafo Pierre Deffontaines, contratado na França especialmente para assumir a cátedra de Geografia, integrante da subseção de Geografia e História acima citada.

Este geógrafo só fica em São Paulo e no Brasil por seis meses e, em 1935, retorna ao seu país passando a responsabilidade da cátedra ao Prof. Pierre Monbeig.

Petrone segue explicando o processo:

“A cátedra única de Geografia, em 1939 foi desdobrada em duas: Geografia Humana e Geografia Física. A primeira ficou sob a responsabilidade do Prof. Pierre Monbeig até o ano de 1946, ocasião em que o referido professor foi substituído pelo Prof. Ary França. A segunda ficou sob a responsabilidade do Prof. João Dias da Silveira. No ano de 1942, às duas existentes, somou-se a cátedra de Geografia do Brasil, sendo regente o Prof. Aroldo Edgard de Azevedo. (1982:07)

No ano de 1939 também chega à recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, um geógrafo preocupado com os fatos físicos da superfície terrestre de grande influência na América do Sul: Emmanuel de Martonne.

Com os conhecimentos transmitidos pelos mestres franceses, já no ano de 1945, toma posse da primeira cátedra de

Geografia do Brasil, Aroldo Edgard de Azevedo, esta provida por concurso público; em 1950, a de Geografia Física foi ganha por João Dias da Silveira e a de Geografia Humana por Ary França, em 1951.

Petrone faz a seguinte referência:

“Desta forma, os cursos universitários de Geografia, inaugurados com a valiosíssima colaboração de docentes estrangeiros, logo puderam ser conduzidos sob a responsabilidade de pessoas formadas cientificamente sob a orientação daqueles docentes”. (op. cit.: 07)

Os cursos da Faculdade como um todo e os dos estudos de História e Geografia em particular, definiram-se e agiram seguindo a dinâmica imposta pela presença da cátedra. O catedrático, cargo que era vitalício após ser conquistado em concurso, era “praticamente soberano” e exercia livremente o ditame da “liberdade de cátedra”. Todos os professores que atuavam ao seu redor, assistentes e instrutores, além de serem de sua absoluta confiança, respondiam às suas exigências e decisões.

Assim, seguindo as normas da FFCL, em 04/06/1946 foi criado o Departamento de Geografia que no Art. 1º do Regulamento Interno rezava:

“Fica definitivamente criado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo o DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, destinado a coordenar os trabalhos das cadeiras que se dedicam ao ensino e às pesquisas de Geografia”. O Departamento surgia, portanto, como um instrumento de coordenação das atividades das cátedras. (p.08)

O Departamento tinha dois setores previstos para a realização de suas atividades: O Setor Didático e o Setor Administrativo.

O Setor Didático que tinha como base as três cátedras de origem dos estudos geográficos, foi-se ampliando posteriormente, pelas exigências de novas necessidades, com disciplinas como Cartografia e Geografia Regional, que eram de responsabilidade dos “Regentes de Disciplinas”.

PETRONE, Pasquale: Anotações sobre o Departamento de Geografia. Em Revista do Departamento de GEOGRAFIA, FFLCH - USP, São Paulo, 1982, nº 1, pg 01-17.

No Setor Administrativo só os catedráticos podiam assumir a direção do Departamento.

Interessante mencionar aqui que os mestres franceses transmitiram também uma prática vital para os estudos geográficos: as excursões ou os chamados trabalhos de campo. A Geografia, disciplina que deveria ter uma observação empírica da paisagem e dos lugares, segundo rezavam as definições próprias da época, tinha que conter as viagens ao campo. Assim, nas origens do Departamento de Geografia, havia uma atividade que congregava todos os professores qualquer que fosse sua categoria: as excursões. Nos artigos do Regulamento Interno estavam definidas as obrigações: devia haver pelo menos uma ao ano e ser de responsabilidade do catedrático fixar a data e o itinerário da mesma.

Porém, na vida do Departamento de Geografia, há dois fatos dignos de destacar e que marcaram profundas rotas na sua história.

Novamente procuramos a descrição realizada por Petrone para ilustrar o que mencionamos:

“O primeiro refere-se à fundação, ainda no ano de 1934, e a partir da iniciativa do Prof. Pierre Delfontaines, da Associação dos Geógrafos Brasileiros que, e o fato é sugestivo pela praticamente coincidência de datas, em 1945 adquiriu âmbito nacional. As relações entre o Departamento de Geografia e a Associação dos Geógrafos Brasileiros foram tão estreitas que, sob certos aspectos, em determinados momentos, suas existências, e atividades, praticamente chegam a confundir-se. No momento, o que parece mais importante é considerar que determinados aspectos da vida do Departamento de Geografia não podem ser compreendidos sem que se compreenda o papel da Associação dos Geógrafos Brasileiros nas atividades dos seus docentes. Tão somente à guisa de exemplo, cabe citar o fato de que, afóra a participação de docentes seus na série de “Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”, o Departamento de Geografia não se empenhou em editar uma publicação sua, no âmbito da Faculdade, na medida em que a solução para divulgação da sua produção foi encontrada nas publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Dessa forma, uma parte não descurável da produção do Departamento de Geografia pode ser encontrada na revista “Geografia”, no “Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros”, no “Boletim Paulista de Geografia”, nos “Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros”, ou ainda, nos “Avulsos” da mesma Associação.”

Continua Petrone:

“O segundo evento a que se acenou refere-se ao fato de que, no mesmo ano em que o Departamento de Geografia adquiria existência formal, os estudantes da então subsecção de Geografia e História, com o total apoio dos professores, fundaram o “Centro de Estudos Delgado de Carvalho”, em seguida “Centro de Estudos Geográficos” e, finalmente, “Centro de Estudos Capistrano de Abreu”, denominação que conserva no momento. Talvez seja interessante acenar ao fato de que o referido Centro foi criado logo em seguida a uma longa e proveitosa excursão ao Norte do Paraná, de iniciativa dos estudantes e que, sob a coordenação do Prof. Pierre Monbeig, teve a participação de vários docentes do Departamento de Geografia e de outras unidades da Universidade. O entusiasmo pela referida excursão alimentou os estímulos para a criação do Centro de Estudos referido.” (p.09)

No âmbito dos cursos de História e Geografia começa-se a pensar na realização de uma Geografia da Cidade de São Paulo que fosse uma homenagem ao IV Centenário de sua Fundação (1954).

Sob a direção do Prof. Dr. Aroldo de Azevedo, reúnem-se os trabalhos de vários historiadores e geógrafos e em 1958, publicam-se quatro volumes da obra intitulada: “A Cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana”, editada em cooperação com a Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção de São Paulo, e publicada pela Companhia Editora Nacional.

No ano de 1956, por força da lei Federal nº 2.549, de 08.09.1955, foram separados os cursos de História e de Geografia e esta situação deu maior fôlego e impulso às atividades realizadas no Departamento para a formação de bacharéis e licenciados em Geografia. No início da década de 1950, foram implantados os cursos noturnos, os quais projetaram um pouco mais o conhecimento dos estudos geográficos.

Depoimentos de colegas, e antigos alunos que viveram a trajetória realizada pelo curso na afirmação da sua identidade, contam os diferentes lugares onde esteve instalado o Departamento de Geografia pela cidade, um pouco isolado do resto da Faculdade.

Quando foi criado em 1945, encontra-se no último pavimento da Escola Normal Caetano de Campos na Praça da República, posteriormente em 1949, migra para o Prédio da Rua Maria Antonia junto com Letras e Ciências Humanas, transferindo-se para a Alameda Glette em 1956, acompanhado dos cursos de História Natural e Química: em 1958 instala-se na Avenida Angélica, esquina Baronesa de Itú e, em 1959 ocupará uma das alas do prédio da Reitoria construída, na

agora Cidade Universitária. Em abril de 1966 muda-se para seu prédio definitivo junto com o Departamento de História, no Edifício que leva o nome de “Prof. Eurípedes Simões de Paula”. Petrone refere-se a este período salientando que “...O relativo isolamento, face ao restante da Faculdade, a que o Departamento ficou submetido na maior parte do período, propiciou o surgimento de condições e necessidades específicas, naturalmente favorecendo a abordagem de problemas e soluções marcadamente de âmbito departamental”. (p.10)

Outra característica que essa vivência um tanto isolada trouxe ao Departamento de Geografia, foram algumas especificidades tanto de ordem didático-pedagógicas como administrativas, ou seja o debate dos problemas, assim como as decisões, eram tomadas no que “convencionou-se demoninar de Conselho do Departamento de Geografia”. Informa-nos Petrone que:

“O Conselho do Departamento de Geografia na prática confundia-se com todo o do Departamento. Definia-se concretamente pela reunião de todos os docentes, independentemente de seus títulos, cargos ou funções, todos com direito a voz e voto, embora com algumas restrições.”

O Prof. Petrone continua ainda, expondo as particularidades que possuía o Conselho, afirmando o fato da representação discente ser por curso, já que não era parcelado, além do próprio Centro de Estudantes o que lhes outorgava grande representação.

“O fato da representação estudantil ter conhecido concretamente períodos de grande participação alternados com outros de ausência ou participação pouco expressiva, conforme pode ser verificado através das Atas das Reuniões do Conselho, não implica em perda de significado do direito à representação. Convém lembrar que até meados da década de 1960 o Departamento de Geografia contava, aproximadamente, com a metade do número de docentes com que conta atualmente e que, conseqüentemente, não raro o número de estudantes presentes às reuniões representava de um quarto a um terço do total e excepcionalmente até mais.” (p.11)

Ainda nos anos de 1960, em 1963, é criado o Instituto de Geografia, intimamente ligado ao Departamento, embora constituindo uma Unidade à parte com estrutura administrativa própria. Do Conselho Administrativo do Instituto de Geografia faziam parte os catedráticos da qual o Reitor escolhia o Diretor e o vice-Diretor; os demais docentes tinham representação por

eleição, assim como podiam ocupar as chefias dos grandes setores que eram os de Pesquisa e de Cultura, e dos vários laboratórios, origem dos existentes até hoje.

Profundas transformações atingiram a Universidade e em decorrência, a Faculdade e o Departamento nos anos do regime militar, em especial em 1968 e 1969. Com o fim da cátedra e a aposentadoria dos professores mais antigos houve mudanças que foram se dando sem grandes frustrações, produto do clima que já se vivia determinado pelo papel que desempenhava o Conselho do Departamento.

Nesses momentos aparece também um novo fórum para resolver as questões didático-pedagógicas e administrativas: a Assembléia Plenária.

Petrone que vivenciou intensamente esse período, assim o descreve:

“De qualquer forma, no conjunto da experiência vivida, a participação do Departamento de Geografia nas Assembléias da Universidade ou da Faculdade de Filosofia, assim como nas Comissões Paritárias que então foram criadas, não foi descurável. Tendo decorrido mais de uma década desde então, talvez já fosse possível uma séria reflexão crítica sobre a experiência.”

Continua o mestre as suas narrativas:

“Um dos frutos da fase em apreço foi uma profunda mudança curricular, realizada a partir do trabalho de uma comissão particularmente constituída para esse fim, e amplamente debatida em reuniões plenárias. A referida reforma curricular foi marcada pelo fato de ter sido inteiramente decorrência de atividade departamental, escapando inteiramente do âmbito das antigas cátedras.”

Mais adiante expressa:

“A fase a que se está referindo, das mais relevantes, porém, como se disse, bastante curta, encerrou-se dentro de condições que, de uma outra forma marcaram profundamente a última década da vida do Departamento. Antes de mais nada, o Departamento de Geografia sofreu de perto as implicações, no âmbito da Universidade, das medidas governamentais de fins da década de 1960 e início da década de 1970. Uma constante presença policial, invasões do edifício “Prof. Eurípedes Simões de Paula” por policiais ou militares, inquéritos, cassações e prisões em toda a Universidade, inclusive em salas de aulas do Departamento, evidentemente contribuíram para

a definição de condições extremamente desfavoráveis a um trabalho tranqüilo e proveitoso.” (p. 13)

Após este período de difícil recordação, o Departamento de Geografia entra numa fase de mudanças no qual é digno mencionar:

- Um novo curriculum onde se incluíram disciplinas que haviam sido abolidas como Geografia Política e novas visões epistemológicas da Geografia com as concepções dialética e do materialismo histórico. Bibliografias estrangeiras que eram proibidas passaram a fazer parte das disciplinas ministradas.
- Uma preocupação maior dos professores por realizar estudos filosóficos que lhe permitam contribuir com novas formas de pensar e de analisar o espaço.
- O curso de Pós-Graduação, que se iniciara no ano de 1963, estrutura-se com toda uma organização curricular e de instituição de defesa pública de mestrado e doutorado, sendo, neste aspecto, o Departamento de Geografia, o primeiro no Brasil e em toda a América Latina. Em função deste fato, inicia-se uma fase de grande projeção nacional e internacional, recebendo alunos do Brasil todo assim como da América do Sul.
- Novos professores são contratados e com eles há uma revitalização das visões do olhar geográfico, com a introdução de disciplinas que a sociedade e o mundo passaram a exigir do geógrafo.
- O Departamento inicia uma fase de grande vitalidade acadêmica organizando eventos nacionais e internacionais, alguns ligados a União Geográfica Internacional, como o Latin American Regional Conference (1982), outros a Associação dos Geógrafos Brasileiros, outros de iniciativas de professores do próprio Departamento: o I Encontro de Geografia Urbana (AGB-1989), O Novo Mapa do Mundo (1992), Território: Globalização e Fragmentação (1993), V Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (1993), Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo: Sol e Território (1995), O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo (1996), Encontro Internacional “Redes e Sistemas” (1998), O Neoliberalismo no Brasil e no Mundo: Sociedade e Espaço nos Anos 90 (2000), IX Encontro de Geografia Urbana (2001), Seminário Internacional: São Paulo 450 Anos. “As Geografias da Metrópole” (2004).
- No momento estamos organizando o X Encontro de Geógrafos da América Latina previsto para Março/2005 - X EGAL e o XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, programado para novembro do mesmo ano.
- O Departamento desde as suas origens, como assinala-

mos, esteve ligado aos grandes mestres franceses tendo atuado em suas salas de aulas, além dos já citados, os professores Roger Dion (1947), Pierre Gourou (1948), Louis Papy (1950), Francis Ruellan (1952-1953), Jean Tricart (1957), Phillipe Pinchemel (1964), André Libault (1965-1972), Michel Rochefort (em várias oportunidades), entre outros além da influência importante do pensamento de Yves Lacoste.

- Teoricamente não foram só os geógrafos como também os filósofos franceses, pelas suas obras contribuíram de maneira relevante para a formação docente e discente, entre os quais destacamos Jean Paul Sartre, Henri Lefebvre, Michel Foucault, Felix Guattari, entre outros.
- Após as publicações ligadas à AGB já citadas, em 1982 foi lançada a Revista do Departamento de Geografia, estando atualmente na sua 15ª edição. Em 1996 surgiram as Revistas “Experimental” e “Paisagens” e em 1997 a “GEOUSP”.
- Parte importante da produção tem sido apresentada em livros, tais como: “A Baixada Santista” (4 volumes), de 1965, organizado por Aroldo de Azevedo; “O Brasil, a Terra e o Homem”, de 1964 (1º volume) e em 1970 (2º volume), também organizados por Aroldo de Azevedo; “Geografia do Brasil”, organizado pelo professor Jurandyr Luciano Sanches Ross, cuja 1ª edição saiu em 1996, estando já programada a 5ª para 2005. Dentre esses livros, dois foram agraciados com o “Prêmio Jabuti” da Câmara Brasileira do Livro: “A Cidade de São Paulo” (1958), e “Geografia do Brasil” (1999, 1ª edição); além de quatro prêmios atribuídos a docentes do Departamento: Prêmio “Governador do Estado” à Profª. Dra. Maria Cecília França pelo seu Doutorado defendido em 1972, com o tema “Pequenos Centros Paulistas de Função Religiosa”; “Prêmio Jabuti” à Profª. Dra. Magda A. Lombardo pelo livro “A Ilha de Calor na Metrópole: O Exemplo de São Paulo” (1985) e ao Profº. Dr. Pasquale Petrone pela publicação de “Os Aldeamentos Paulistas e sua Função na Valorização da Região Paulistana” (1995) demonstrando o nível de excelência da Geografia Paulista.
- O Profº. Dr. Milton Santos, que exerceu a docência e pesquisa neste Departamento de 1985 até seu falecimento em 2001, recebeu o prêmio Vautrin Lud (França - 1994), a mais alta homenagem de nível internacional no campo da Geografia.
- Finalmente, em 09 de Novembro de 2004, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e os Departamentos de Geografia e de Sociologia, foram contemplados pelo governo francês com as cátedras Pierre Monbeig e Roger Bastide o qual, nos permitirá entrar em outras dinâmicas intelectuais.

Embora o Departamento seja a menor unidade administrativa e didático-pedagógica da Universidade, na grande maioria dos casos as decisões são tomadas de forma coletiva, porém o docente possui liberdade na realização e escolha de seus trabalhos. Citando Petrone, terminamos dizendo: “As

lideranças fluem do reconhecimento e respeito aos méritos da produção científica deste ou daquele docente, independentemente de seus títulos,” e, acrescentamos nós, da responsabilidade e respeito com que dialogamos com a sociedade e a Universidade Pública da qual fazemos parte.

ENTREVISTAS DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PROF. DR. FRANCISCO CAPUANO SCARLATTO

DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
POR RODOLFO VIANNA



Professor, para começarmos a nossa entrevista, o senhor poderia nos contar brevemente sua trajetória acadêmica?

Considerarei somente a referente à minha formação em nível superior. Fiz o bacharelado e a licenciatura em Geografia na FFLCH – USP, ten-

do concluído o curso em 1968. Logo em seguida iniciei o curso de História, nesta mesma unidade, concluindo-o em 1973. O mestrado e o doutorado em Geografia definiu-se em razão de encontrar, nesta área do conhecimento, a possibilidade de buscar respostas a algo que me perseguia desde a adolescência – compreender a interação sociedade e natureza como uma totalidade dialética. Fugir das compartimentações muitas vezes sugestivas das ciências humanas de um lado e das ciências naturais do outro. A Geografia se abriu para mim como possibilidade. Hoje, como professor do Departamento de Geografia da FFLCH – USP, no qual ingressei por consenso em 1983. Mais do que o orgulho de pertencer ao quadro desta grandiosa Universidade é o de, acima de tudo, por ter podido continuar como professor, carreira que persigo há mais de quarenta anos.

Professor, o senhor graduou-se em Geografia entre os anos de 1964-1968 e em História entre os anos de 1969-1973. Você estava na FFLCH no início do Golpe Militar de 64, passou pelo AI-5 e ainda pegou um dos períodos de maior recrudescimento da ditadura. Como foi essa experiência professor?

Logo que ingressei no curso de Geografia, quando ele ainda estava localizado junto ao prédio antigo da Reitoria, fui eleito presidente do Centrinho, hoje CEGE (Centro dos Estudantes de Geografia). Acompanhei de perto a invasão do prédio da Filosofia na Rua Maria Antonia. Lembro-me como se fosse

ainda hoje a luta entre os militares e os estudantes no interior daquelas dependências. Bombas explodindo, colegas apanhando e sendo presos. Enquanto isto acontecia, eu e mais alguns colegas conseguimos escapar e correr para a Cidade Universitária para resguardar nosso espaço e nossos documentos, pois os militares destruíram tudo, desde papéis até máquinas de escrever e telefones. A partir do AI-5, um clima de terror se instalou por toda a faculdade. Parecia que a qualquer momento alguém iria desaparecer. Não muito tempo depois, já casado e pai de uma menina de 1 ano de idade, fui preso em minha casa e levado para o DOE – CODI, onde após 15 dias de repressão física e psicológica, fui solto. Por muito tempo, aquelas imagens de torturas e mortes presenciadas durante o cativeiro permaneceram em minha consciência; um verdadeiro pesadelo. Hoje, depois de muitos anos, consegui limpá-las da forte carga emocional e deixá-las na minha memória como parte de minha história.

Como era o curso de Geografia que o senhor fez?

Olhando para o conjunto dos grandes mestres do passado, vemos que eles têm muito a nos ensinar. Que muitos deles transcenderam ao seu próprio tempo. Não acredito no pensamento mágico, mas na acumulação histórica do processo do conhecimento. Para responder a outra pergunta digo o seguinte: O que sou como geógrafo, devo aqueles mestres e aos outros que, com pensamento crítico, nos colocaram no centro efervescente de novas e fecundas teorias. Não acredito que o curso que fiz fosse melhor ou pior do que o de hoje. Obviamente, que a Geografia contemporânea se vê frente a novos desafios, procurando novas teorias e novas tecnologias para enfrentá-los.

E hoje, como avalia o curso?

A minha experiência no Departamento de Geografia, desde quando aqui ingressei em 1983, tem permitido perceber um esforço contínuo do corpo a cada estrutura do curso, procurando adequá-lo aos avanços teóricos e metodológicos em relação à nossa área de conhecimento. Deixando de lado aqueles problemas que são comuns a todos os cursos da FFLCH, como salas lotadas, precariedade das instalações materiais e infra-estrutura, temos outros de natureza didático-pedagógica que ainda não conseguimos resolver. É importante que se diga que a solução para estes problemas se encontrou, na maior parte das vezes, na esfera do interior do próprio Departamento. Apesar das constantes mudanças de currículos, ainda temos sérios obstáculos no que se refere a uma maior integração entre as disciplinas e as possibilidades dos alunos poderem se enquadrar dentro do chamado currículo ideal. Fato este que acaba desmotivando-os e dificultando a conclusão do curso. Mesmo assim, no conjunto dos alunos formados em Geografia, sem qualquer jacobinismo, podemos dizer que conseguimos formar os melhores profissionais do país.

Quais foram os grandes mestres com os quais o senhor teve aula? Como foi seu contato com eles?

Procurarei restringir-me aos professores do curso de Geografia pela razão de ter sido com estes professores que tive uma relação mais estreita e duradoura para minha formação. É difícil escolher alguns, porém entre muitos gostaria de destacar os nomes dos professores Aziz Nacib Ab'Saber, Pasquale Petrone e Manuel Seabra. Cada um deixou na minha formação fortes influências. Talvez a mais forte foi ter apresentado um pensamento científico onde natureza e sociedade sempre se apresentaram como uma totalidade e não como fragmentos da realidade. Por muito tempo vem debatendo-se a questão teórico-metodológica da unidade ou a dualidade no interior da Geografia. Debate este que pouco tem contribuído para o avanço da mesma ciência. Tanto o professor Aziz, como o professor Pasquale e o professor Manoel, sempre fizeram boa Geografia. Uma Geografia onde sociedade e natureza interagem criando identidades territoriais que se colocam como paisagens para serem desvendadas pela observação e pesquisa.

Professor, o senhor é atualmente presidente da Comissão de Graduação da Faculdade. Qual é o grande desafio imposto a ela nos nossos dias?

A Comissão de Graduação não tem um grande, mas muitos desafios. Entre eles poderemos elencar alguns, por exemplo, existem muitas normas que são incorporadas na prática da

comissão, mas que, porém, não são formalmente documentadas. Nos últimos tempos, a comissão vem trabalhando no sentido de definir estas normas em portarias que deverão ser divulgadas junto aos Departamentos e seções de alunos. Amplia-se a demanda burocrática no Setor de estágios. As seções de alunos por sua vez, precarizada em relação aos equipamentos de informática, vêm cada vez mais necessitando do apoio da Comissão em razão do acúmulo de serviços. Tudo isto nos leva a um desafio. Buscar com o apoio da Direção da Faculdade recursos humanos e materiais junto à reitoria. Vale lembrar que o número de matriculados da FFLCH chega hoje aproximadamente a 10 mil. A complexidade de elaboração das estruturas curriculares elaboradas pelos Departamentos requer um maior apoio da comissão, não somente como coletora das respectivas estruturas, mas como supervisora das mesmas. Fato nem sempre possível em razão da enormidade do número de processos despachados pela comissão. Ultimamente vem se procurando criar um processo de descentralização no fluxo da documentação com os Departamentos. Porém, o grande desafio que se coloca a esta presidência é o de um dia no futuro, poder atuar com os Departamentos, colaborando na realização de seus projetos pedagógicos. Vale lembrar que a comissão de graduação tem acumulado uma experiência fundamentada na visão de conjunto da graduação da nossa unidade.

Como o senhor entende a função da universidade pública, como a USP, na nossa sociedade?

A questão não deve ser colocada em especial com a USP, mas com as Universidades Públicas em geral. Já se falou muito que a educação e a saúde são direitos e deverão ser atendidos pelo poder público, ou seja, é uma obrigação do estado. Vivemos numa sociedade com grandes disparidades na distribuição da renda. Poucos são aqueles que conseguem pagar um curso superior. Quando o fazem, e quase sempre em instituições que oferecem um ensino de baixa qualidade e mensalidade exorbitantes. Torna-se difícil pensarmos em processo de desenvolvimento sócio-econômico sem ensino e pesquisa. Mais difícil ainda, frente ao cenário da grande maioria das instituições privadas de ensino superior e pensar que as mesmas coloquem como seus objetivos últimos a pesquisa, o ensino e o desenvolvimento nacional. O estado deve não somente assumir a implementação do ensino público superior mas garantir que o mesmo seja gratuito e de qualidade. Quanto a USP, ela já nos tem demonstrado ser uma instituição de excelência. A pergunta que fazemos é: porque a dita Reforma Universitária ao invés de injetar dinheiro em instituições privadas de ensino superior falidas, não injeta nas universida-

des públicas, inclusive na USP?

Professor, num cenário de globalização, de super-crescimento das metrópoles, de preocupante aumento dos níveis de poluição e agressões ao meio-ambiente, qual é o desafio a ser superado pela geografia?

A questão está colocada de forma equivocada. O desafio não é para a Geografia, mais para um conjunto interdisciplinar das várias ciências que estudam as questões ambientais urbanas. O que deve ser colocado é como a Geografia poderia dar a sua contribuição para estas questões. Vale lembrar que atuando na interface das interações sociedade e natureza sempre esteve preocupada com os resultados das ações antrópicas sobre o meio natural.

É importante que se diga que estas agressões historicamente antecedem ao processo da globalização. Nenhuma ação corretiva para sanar os problemas ambientais poderá ser planejada sem o mapeamento dos agentes poluidores. No caso específico da pergunta sobre as metrópoles, o geógrafo, pela competência atribuída pelo CREA, deve estudar os impactos ambientais, ou seja, elaborar diagnósticos e prognósticos da ação antrópica com o ambiente, tanto natural como o construído. A localização dos agentes impactantes e suas conseqüências

para a atmosfera, águas superficiais ou subterrâneas e ao mesmo tempo elaborar cartas geográficas. Trabalhando sua pesquisa na interface entre a sociedade e natureza em suas múltiplas interações estará a Geografia instrumentalizada para detectar as origens dos diferentes agentes que agredem e poluem o ambiente, colaborando com os planejadores para as ações corretivas.

Para finalizarmos, qual é a perspectiva do senhor para os próximos 70 anos da FFLCH?

Pergunta difícil de responder. Se formos considerar a história da nossa Faculdade no interior da Universidade de São Paulo, poderíamos dizer que a tendência é que num futuro próximo ela corre o risco de fragmentar-se em várias unidades. Alguns anos atrás houve um movimento em que duas tendências foram colocadas: uma pela continuidade da unidade da FFLCH e a outra pela divisão. Venceu a unidade. Não gostaria de falar sobre minha perspectiva para os próximos 70 anos da FFLCH, mas sobre um futuro próximo ou distante da nossa unidade, da continuidade ou não de sua existência. Tudo dependerá, portanto, das novas forças históricas que poderão emergir... Como já aconteceu anteriormente, tendendo para um lado ou para o outro.

PROF. DR. JOSÉ BUENO CONTI

DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



Gostaria que o senhor me falasse sobre sua formação acadêmica (graduação, pós, livre-docência e titular).

Obtive minha graduação no ano de 1958, pós-graduação, pelo regime antigo, em 1966, doutorado em 1973, livre-docência em 1995, chegando a professor titular em 1997. Também tenho bacharelado em Jornalismo pela antiga Escola de Jornalismo "Cásper Líbero" (1959).

Como era a Faculdade no tempo em que o senhor foi aluno?

Quando ingressei, em 1955, o curso ainda era unificado – Geografia e História -. Nesse ano seria dividido e eu optei por Geografia porque havia entrado na faculdade com esse objetivo, o de estudar essa matéria empolgante, que nada mais é do que uma ampla reflexão sobre a natureza ocupada pela sociedade e por ela transformada a fim de adequar-se aos

imperativos da sobrevivência. Ao realizar essa tarefa, nas várias escalas de grandeza, e de forma integrada e dinâmica, a Geografia constitui um setor do conhecimento muito bem estruturado e com marcante identidade. Tem, também, um relevante papel educativo na medida em que enfatiza a importância da solidariedade entre os grupos humanos na defesa do patrimônio planetário comum.

A faculdade funcionava na rua Maria Antônia e era bom, entre outros motivos, porque ficava nas vizinhanças da Faculdade de Ciências Econômicas, situada na rua Dr. Vila Nova, que dispunha de excelente biblioteca, além de estar no centro da cidade, próxima, também, à Biblioteca Municipal "Mário de Andrade". Em 1956 o Departamento de Geografia seria transferido para a alameda Glette, esquina Guaianazes, instalando-se no palacete "Jorge Street", hoje demolido e, em 1957, para a avenida Angélica (esquina, da rua Marquês de Itu), em construção improvisada. No ano seguinte, me formei.

As aulas ainda eram na rua Maria Antônia? Se eram, o senhor acompanhou os acontecimentos de 68?

Durante os lamentáveis acontecimentos de 1968 (conflito armado, desencadeado por motivos políticos, com os alunos da Universidade Mackenzie, situada em frente) eu já era professor da faculdade, em início de carreira (na época denominava-se de *instrutor*), e o DG já estava instalado na Cidade Universitária no prédio que até hoje ocupa. Ficamos, portanto, distantes da “cena de guerra” que se desenrolou na Maria Antônia, mas o impacto foi enorme no nosso cotidiano porque a repressão se intensificou. Como exemplo, citaria o caso do Prof. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (hoje, Professor Emérito da faculdade) que, ao sair de uma de suas aulas de Climatologia, foi conduzido por um comando militar à sede do II Exército (atual Comando Militar do Sudeste), para prestar explicações sobre suas posições políticas, sendo, felizmente, liberado no mesmo dia. Esse foi apenas um caso, mas houve diversos outros, entre docentes coagidos e alunos desaparecidos.

O senhor participava do movimento estudantil na época? Como era esse movimento?

Quando fui aluno, entre 1955 e 1958, eram tempos de democracia e de otimismo, dos quais, atualmente, se recorda como o “período desenvolvimentista” do governo JK, mas, ao mesmo tempo, de Guerra Fria, no cenário internacional. O movimento estudantil inseria-se nesse contexto. No plano da educação, discutia-se, no Congresso, a primeira Lei de Diretrizes e Bases que só viria a ser promulgada em 1961 (lei 4.024). De minha parte sempre estive distante das lutas do Grêmio da Filosofia pois não dispunha de tempo para participar de movimentos estudantis. Meus pais viviam no interior, em Atibaia, eram funcionários públicos (minha mãe, professora primária) e nos mantinham na Capital, meu irmão e eu, sem que precisássemos trabalhar. Fiz o curso diurno (duas faculdades, como já citei) e considerava isso um privilégio sendo, portanto, de meu dever, dedicar-me integralmente aos estudos. Quem praticava política estudantil eram, salvo raras exceções, filhos da classe média alta, sem pressa para obter o diploma. Por outro lado, devido à minha imaturidade, temia ser manipulado por alunos mais espertos e acabar servindo a interesses alheios.

Como era o DG na sua época de aluno?

O DG era muito menor, tinha 12 professores e minha turma (período diurno) compunham-se, no último ano, de não mais que uns 30 alunos. Isso facilitava a realização de aulas de campo e tornava o convívio mais estreito, o que era positivo. Por outro lado, nossa presença no mundo da Universidade era, numericamente, muito menos expressivo que hoje em dia.

O senhor já foi chefe do DG. Como foi essa experiência?

Fui distinguido com a escolha de meu nome para a Chefia do DG em 1997, exercendo a função até 1999, num momento em que já estava próximo de completar quatro décadas de atividades no Departamento. Administrar não é uma tarefa muito gratificante porque esbarra-se em limitações de toda ordem, desde as institucionais até as pessoais. Achei, porém, que era meu dever cumprir essa missão e procurei desempenhá-la da melhor forma.

O senhor também já ficou um tempo como Vice-Diretor da Faculdade. Como foi essa experiência?

Nunca fui Vice-Diretor. Assumi a Direção (não a Vice-Direção) de forma ocasional, na ausência do Diretor, do Vice, e da primeira decana que é a Prof^a Eva Blay, do Departamento de Sociologia (sou o segundo decano). Na eleição de 1998, apresentei minha candidatura a Vice-Diretor mas meu nome não foi incluído na lista tríplice elaborada pelo Colégio Eleitoral.

8) O que esperar da FFLCH nos próximos 70 anos?

Sou otimista quanto ao futuro de nossa faculdade, pois desde sua fundação, em 1934, vem desempenhando papel de primeira grandeza no cenário nacional, sendo um centro de excelência no campo dos estudos humanísticos e filosóficos. Daqui têm saído figuras brilhantes da inteligência brasileira e o atual processo de aprimoramento dos quadros docentes e da infraestrutura, aponta para um futuro animador. Eu me orgulho de, na minha juventude, ter escolhido esta escola para minha formação e, depois, ter tido a honra de me tornar um de seus docentes. A Faculdade de Filosofia foi minha opção de vida e, nesse particular, sinto-me realizado, sem nada a retirar ou acrescentar. Muito obrigado.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

UM DEPARTAMENTO NA HISTÓRIA

PROF. DR. OSVALDO COGGIOLA

CHEFE DE DEPARTAMENTO



O Departamento de História da FFLCH é o mais antigo e tradicional do país, funcionando ininterruptamente desde 1934. Quando de sua criação, o Departamento teve entre seu quadro de professores nomes como os de Fernand

Braudel, Jean Gagé e, cerca de vinte anos depois, Lucien Febvre. Nas décadas de 60 e 70, Joaquim Barradas de Carvalho, Jean Glénisson e Jean Delumeau estiveram nele. Mais recentemente nos anos 80 e 90, contamos com Carlo Ginzburg, Francisco Bethencourt, Luís Adão da Fonseca, Joaquim Romero de Magalhães, Stuart B. Schwartz, François Hartog. O Departamento é responsável pela formação de docentes para o ensino fundamental, médio e superior, público e privado - mantendo a tradição instaurada quando da sua criação; e pela formação de pesquisadores para arquivos, bibliotecas, museus, centros de cultura, centros de patrimônio histórico, públicos (municipais, estaduais e federais) e privados, acompanhado, a partir da década de 1970, o processo de especialização na área cultural de patrimônio. A partir dessa mesma década, com a criação dos programas de Pós-Graduação, os mais antigos do país, passou a formar docentes e pesquisadores titulados para as universidades públicas e privadas. Também é mais recente a formação de divulgadores para veículos de comunicação de massa, tanto na mídia impressa (casas editoras, revistas especializadas, jornalismo especializado) como na mídia visual (televisão, vídeo, cinema, NTIs).

O atual Departamento de História foi criado pela Reforma Universitária de 1969, tendo como base o antigo curso de História, que era formado por quatro cátedras (História Antiga e Medieval; História Moderna e Contemporânea, História da América e História do Brasil) e duas disciplinas independentes (História Ibérica e Introdução aos Estudos Históricos). Este curso fora desmembrado em 1955/56 do curso de Geografia e História, antiga 5a. sub-seção de Ciências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, existente desde 1934. É um departamento com um curso de graduação, bacharelado em História, que pode ser complementado com as disciplinas pedagógicas, na licenciatura, cursada na Faculdade de Educação, exigência legal para o exercício do magistério nos níveis fundamental e médio. No decorrer dos anos, com a extinção das cátedras e a ampliação do campo de conhecimento, no-

vas disciplinas obrigatórias e optativas foram sendo acrescentadas e retiradas, até compor a grade curricular atual, reorganizada com a reforma curricular de 1987, composta por 19 disciplinas obrigatórias e 11 optativas, organizadas em 8 semestres.

É o único Departamento de História, no Brasil, que desde a organização do sistema federal de Pós-Graduação pela CAPES, possuía e possui massa crítica qualificada para atuar em dois Programas de Pós-Graduação, História Econômica e História Social. O Programa de História Econômica é único no país, atendendo às necessidades de formação de recursos humanos na área para todos os cursos superiores de Economia e Administração. O Programa de História Social desde sua criação foi considerado de excelência. O Departamento também conta com um curso de Graduação. Conta ainda com centros, um específico e circunscrito ao Departamento, servindo-lhe de laboratório e centro de referência: o *Centro de Apoio à Pesquisa Histórica Sérgio Buarque de Holanda* (CAPH); outro que, apesar de interdisciplinar, atua em constante interação com o Departamento, sendo tradicionalmente dirigido por um de seus docentes: o CEDHAL, ou Centro de Demografia Histórica da América Latina; e o Centro de História da Ciência – Interunidades, mas sediado e dirigido por docente do Departamento de História. No Departamento também está se estruturando o LEI – Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, como um Centro Interdepartamental criado para recolher e estudar os fenômenos sobre a intolerância religiosa, política, cultural e social entre os séculos XVI e XXI. Abriga ainda Associações Científicas da área, como a Associação Nacional de História (ANPUH); a Associação dos Arquivistas (ARQ); e a Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Mantém ainda forte relação com museus e arquivos em São Paulo.

O corpo docente do Departamento apresenta uma gama variada e heterogênea de pesquisas. As opções temáticas e especialidades individuais são respeitadas e praticamente todas as tendências e enfoques da historiografia contemporânea acham-se representados nele. A vocação do Departamento de História se depreende de seus objetivos-fim: ele é uma comunidade de trabalho e estudo, baseada na unidade entre ensino, pesquisa e extensão, voltada para a

produção de conhecimento histórico, e para a formação de profissionais historiadores. O curso de graduação de História tem o objetivo específico de formar profissionais com ampla capacidade de atuação no mercado de trabalho, atendendo tanto às demandas do ensino quanto às da pesquisa. Para tanto, procura não hierarquizar o processo de formação dos graduandos, ou seja, dar igual peso tanto à produção do conhecimento histórico (pesquisa) quanto à sua divulgação (ensino). Se pesquisa e ensino devem conservar a sua especificidade, isto não significa transformá-las num binômio contraditório, o que vale também para outro suposto binômio (falsamente) contraditório: o de pesquisa básica/pesquisa aplicada. A expectativa social em relação ao trabalho do historiador profissional é a da elaboração de um conhecimento crítico, analítico e sintético, acerca da sociedade, dos seus diversos segmentos (sociais, étnicos, nacionais, de gênero, etários, etc.) para ajudá-la a situar-se diante de seus problemas e alternativas, presentes e futuras. Nessa visão cabem, portanto, diversas orientações metodológicas e teóricas, adequadas ao objeto estudado, ou refletindo os diversos enfoques históricos, possibilitando uma discussão e uma opção social consciente: o conceito de conhecimento crítico é, portanto, inseparável do conceito de plural.

A atividade de ensino, nessa visão, não consiste em “transmitir” uma massa de conhecimentos, dados como indiscutíveis, mas na elaboração de um *fazer história*, que se desdobra em diversos aspectos entrelaçados: reflexão teórica, pesquisa empírica, re-ordenação e transmissão de conhecimentos, visando o conhecimento crítico da sociedade na sua dinâmica/devir histórico (que põe no seu centro a noção de transformação social, de mudança do homem social). O curso de graduação de História busca formar profissionais com capacidade para atender às demandas de ensino e pesquisa, preparando-os como produtores de conhecimentos especializados, fornecendo-lhes o variado instrumental epistemológico e teórico do campo. Não há hierarquia no processo de formação de professores/pesquisadores, devendo todos os graduados dominarem os elementos necessários à compreensão da natureza do conhecimento histórico e ao domínio das práticas essenciais de sua produção.

Os profissionais em História devem, ao completar a parte inicial de seu longo processo de formação, baseado na capacidade de analisar criticamente a variedade de fontes e bibliografias que compõem o universo do conhecimento, dominar os elementos fundamentais do conteúdo factual do processo histórico, questionando-o; adquirir o referencial teórico-metodológico básico nos estudos históricos; adquirir o instrumental básico de análise dos estudos históricos; adquirir o

referencial crítico historiográfico; desenvolver o espírito de reflexão e crítica sobre a História, seu processo de ensino em diversos níveis, e dominar as técnicas de comunicação dos estudos históricos.

A ampliação mais recente das áreas de atuação do historiador corresponde-se com outra, relativa às linguagens cujo manejo pelos profissionais formados em História tornou-se corrente. Se a forma discursiva continua sendo o meio mais usual de expressão entre historiadores, o domínio de técnicas de análise semântica ou semiótica aplicada a diferentes linguagens (textual, iconográfica, audiovisual etc.), a possibilidade de elaborar vídeos e CD-ROMs ao lado dos textos tradicionais, em certos casos (como por exemplo em História Econômica e em Demografia Histórica), o manejo da estatística e de simulações complexas utilizando o computador, vieram a ser corriqueiros. Torna-se cada vez mais urgente, portanto, um *aggiornamento* na formação da graduação em História.

Entre 1936 e 1958, no curso de Geografia e História, que era Bacharelado e Licenciatura simultaneamente, formaram-se 470 alunos. No curso de História, entre 1958 e 1994, colaram grau cerca de 2.500 alunos. No período entre 1936 e final dos anos 70, a maior parte dos graduados direcionou suas atividades para o exercício do magistério no 1o e 2o graus, tanto para o ensino público, como para o privado. Embora sejam ainda restritas as perspectivas quanto ao mercado de trabalho, que influem na escolha profissional, chama atenção o fato de que, nos últimos Concursos Vestibulares, esteja ocorrendo pequeno, mas constante, aumento da demanda pelo curso de História:

1992 - 4,78 candidatos por vaga
1993 - 5,10 candidatos por vaga
1994 - 5,70 candidatos por vaga
1995 - 5,85 candidatos por vaga
1996 - 5,03 candidatos por vaga
1997 - 4,86 candidatos por vaga
1998 - 6,43 candidatos por vaga
1999 - 5,62 candidatos por vaga
2000 - 7,81 candidatos por vaga
2001 - 9,20 candidatos por vaga
2002 - 10,25 candidatos por vaga

O curso encontra-se dividido em semestres, com um semestre ideal, sugerido aos alunos matriculantes. As disciplinas são ministradas em dias alternados. As áreas são núcleos ordenadores de disciplinas. Tem-se, por exemplo, a Área de História Moderna, que engloba as disciplinas de História

Moderna da Europa, História do Brasil Colonial, História Ibérica Moderna, História da América Colonial. Estas áreas tendem a funcionar da forma mais integrada possível, harmonizando as demandas e expectativas referentes aos cursos nelas contidos. A grade curricular de graduação se estrutura em torno de cortes cronológicos, e geográfico-culturais, estes definindo “áreas históricas” (como Ásia, África, Países Ibéricos, América e, obviamente, Brasil). Os cortes cronológicos não definem um perfil específico do Departamento de História da USP em relação a outros do Brasil, da América Latina e do mundo. A definição de áreas históricas, ao contrário, vincula-se à especificidade do fazer história do Brasil, pois define unidades históricas (por exemplo, “Ásia”) que não são percebidas como tais em outras latitudes (no caso citado, na própria Ásia, ou na Europa das ex-potências colonizadoras dos países asiáticos). As áreas também definem núcleos vinculados à própria tradição do Departamento de História da USP, núcleos em que o trabalho de pesquisa, divulgação e ensino já adquiriu “massa crítica”, que evidencia um nível de excelência já reconhecido nacional e internacionalmente.

O corte cronológico tem sido objeto de permanente questionamento, não só no Brasil. Até hoje, o critério cronológico acompanha o habitual sistema tripartite “eurocêntrico” (Antiguidade, Idade Média, Modernidade), concluído por uma “contemporaneidade”. O debate a respeito remete à questão da divisão da história em períodos, herança do passado iluminista, que foi reformulada uma e outra vez à luz das conjunturas políticas e ideológicas dos dois séculos passados. A periodização da história europeia em idades -antiga, média e moderna- nasceu ao calor das grandes transformações associadas ao humanismo renascentista, à reforma religiosa, às descobertas geográficas e à reorganização política da Europa. Muito mais do que como uma classificação “científica” dos tempos históricos, a periodização surgiu como uma arma de combate ideológico contra o “obscurantismo medieval” (Petarca teria sido o autor ou o divulgador da expressão “idade das trevas”, para descrever o período existente entre a queda do Império Romano do Ocidente e o Renascimento) ou, diria Marx, contra a *ideologia* do modo de produção feudal. A historiografia do século XX derrubou o mito das “trevas”, fazendo também notar que a idéia de progresso (própria da modernidade) tem a marca genética do medievo cristão do qual a modernidade emerge. A intenção dos modernos era separar o (seu) presente dos *superiora tempora infelicia*: cunhou-se então a expressão *medium tempus* (Idade Média) para designar o hiato entre a Antiguidade e o “presente”.

O fundamento histórico-ideológico da “modernidade” não

teve contestação durante um longo período, muito embora se soubesse que a totalidade da história suposta pela divisão em períodos não só é mais suposta do que demonstrada, mas que também não admite em absoluto uma demonstração de seu caráter de totalidade. Não existe uma cadeia de testemunhos ou de objetos arqueológicos desde o início até o presente; como não se pode começar a partir do nada, chega-se inevitavelmente a estágios “prévios”, “baixos” e “de transição”, determinados pelo começo, cuja indeterminação era o motivo do estabelecimento daqueles períodos. A tendência para a divisão da história em períodos provinha da tradição greco-romana: já os primeiros historiadores gregos começavam seus relatos com uma “idade de ouro” indeterminada, que estabelecia um elo com o pensamento mítico, que precedera a narrativa histórica propriamente dita. A máxima síntese filosófica do pensamento nacional-burguês, a hegeliana, serviu-se igualmente da divisão em épocas datáveis, deixando o momento não-datável do já acontecido, também, na obscuridade mítica, ou concebendo-o abstratamente como processo de “auto-alheamento” do espírito da natureza, e de transformação do natural em espiritual.

A divisão da história em períodos indicaria as etapas do voltar a si do espírito universal, que atingiria seu grau máximo com a sociedade burguesa. Quando Hegel se propôs “tratar filosoficamente a história” definiu assim “o trânsito para a Idade Moderna”: “O céu do espírito se esclarece para a humanidade, a pacificação do mundo que, como vemos, se acomoda a uma ordem política, já [se encontra] unida a um vôo mais alto e concreto do espírito em direção da humanidade mais nobre. Abandona-se a sepultura, a morte do espírito é o além... O espírito se exterioriza e se entrega a essa exterioridade. O mundo temporal contém o princípio do ‘isto’, tal como se desenvolve fora da Igreja. O espírito buscou primeiro a plenitude do ‘isto’ na Igreja, mas concluiu por abandonar a Igreja, entramos no estágio do espírito que se sabe livre, que quer o verdadeiro, o eterno e universal, em si e por si”. A divisão da história em períodos marcava então, para Hegel, os passos do voltar a si do espírito universal: se não anunciava o fim da história, fixava sim a sua consumação no presente. O fazer do historiador não superou esta contradição: ela faz parte do seu trabalho cotidiano, em qualquer de seus aspectos.

A orientação teórica e metodológica que norteia os cursos não é uniforme, refletindo, na sua heterogeneidade, as diferentes filiações dos docentes. Tal estado de coisas decorre em parte da opção do Departamento em proporcionar aos alunos uma formação a mais abrangente possível, sem descuidar da ênfase nas disciplinas específicas: História Antiga, História Medieval, etc. A manutenção dessas disciplinas, muitas vezes

conseguida a duras penas, é uma das tradições mais importantes do Departamento, constituindo mesmo um de seus traços distintivos. Portanto, formação mais abrangente nos cursos básicos – deixando-se as abordagens monográficas para os cursos optativos – e preservação das especialidades são os pilares do curso de graduação do Departamento de História. A manutenção das disciplinas específicas é, a nosso ver, o único modo de garantir a formação de especialistas. Resta salientar que tais preocupações não colidem com as orientações mais interdisciplinares, também existentes no Departamento. A interdisciplinaridade tem sido uma tendência dominante nas Ciências Humanas durante as últimas décadas, e também nós exploramos as possibilidades de relação e diálogo entre, por exemplo, História e Sociologia, História e Antropologia, História e Teoria Literária, e assim por diante. Entendemos, portanto, que interdisciplinaridade não colide com especialidade: para que disciplinas distintas possam se fecundar mutuamente, é imprescindível que mantenham seus limites específicos; caso contrário, o que se tem é o mesmo, e não o múltiplo.

A definição das áreas do Departamento tem sua própria história. Em 1976, quando a Chefia do Departamento era exercida pela Profa. Míriam Ellis, o curso de graduação era composto de 15 disciplinas, divididas em semestrais (Geografia e três optativas); bi-semestrais (Moderna, Brasil Colonial e Independente, América Colonial e Independente, Metodologia e Teoria) e tri-semestrais (Antiga, Medieval, Ibérica e contemporânea). O Departamento, por outro lado, recebia duas disciplinas de outras unidades (Sociologia e Antropologia); mas também oferecia 20 (vinte) disciplinas para outros departamentos ou unidades (além de História Econômica, História Política, História do Brasil, eram oferecidos cursos sobre História da Armênia, da China, da Índia, do Japão, do Islão e dos Judeus). Os programas e a bibliografia de cada disciplina eram expostos num caderno (ou “livrinho”) editado pela FFLCH. O número de professores que atuavam no Departamento era de 65 (sessenta e cinco), segundo consta em documento de 1978. As diferenças em relação à grade curricular atual, em especial a respeito do número de optativas, da perda da trimestralidade de algumas disciplinas, e de número de cursos oferecidos para outras unidades, salta aos olhos.

Em 1978 elaborou-se um “Projeto de Reestruturação do Curso de História”, que reportou-se a “debates sobre o Departamento, ocorridos em 1969 e 1973”: a discussão sobre a estrutura do curso já possui, portanto, três décadas e meia. No Projeto, fazia-se referência ao fato de que “professores e alunos tem insistentemente expressado os aspectos negativos da inexistência de referenciais comuns que tornassem assimilável

e fertilizante a extrema variedade de critérios, enfoques, propósitos, métodos, níveis de exigência, em suma, fragmentação que, em todos os seus níveis, caracterizam o Departamento”. Cabe acrescentar que, já naquele momento, fazia-se notar que “a concepção curricular adotada pelo Departamento, obediente a critérios cronológicos, não constitui a rigor inconveniente dos mais graves, muito embora a linha de explicação genética possa ser questionada. De acordo com a programação dos eixos temáticos, nada impede que a seriação sofra alterações. História Antiga e Medieval poderiam ser deslocadas, por exemplo, para os últimos anos do curso, em função da melhor capacitação dos alunos, nesta etapa, para o estudo das sociedades pré-capitalistas”. Existia também uma preocupação em definir que “as optativas não são disciplinas de segunda categoria, válvulas de escape para múltiplos fins”. O novo Estatuto da USP, então, começou a possibilitar disciplinas cursadas como optativas fora do Departamento.

O Projeto de 1978 desaconselhava os “programas panorâmicos”, contrapondo-lhes os “monográficos”, desenvolvidos em torno de um tema, ou foco, de problemas. Os programas panorâmicos eram rejeitados devido ao “risco dogmático” que implicavam; por outro lado, desaconselhavam-se a prova escrita (propondo a sua flexibilização com a permissão de consulta bibliográfica), as fichas de leitura (“fichamento linear de obras... não representa leitura feita, e menos ainda leitura aproveitada”), e a figura do “docente voluntário”. A Comissão que elaborou o Projeto estava presidida pelo Prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, e composta pelos Profs. Ana Maria Camargo, Arnaldo Contier, Hélcio D. Pereira, Jônatas B. Neto, José Carlos Sebe Bom Meihy, Laima Mesgravis e Paulo de Castro.

O projeto de 1978 constatou que o Departamento estava estruturado “de fato” (não possuindo regulamento, assim como a FFLCH carecia de Regimento Geral) em nove “setores”, que tinham substituído as antigas cátedras, englobando disciplinas afins, e traduzindo “critérios cronológicos e espaciais tradicionais, que nem sempre correspondem às necessidades impostas por um tratamento temático ou por áreas que não estejam vinculadas à civilização ocidental”. A supressão dos “setores” era considerada “desejável”. Com vistas a uma maior integração do Departamento, o Projeto propunha definir o *currículum* a partir de eixos temáticos: “As principais falhas no rendimento do Departamento são decorrentes da estrutura curricular (baseada, de fato, no currículo mínimo imposto pela legislação vigente), apesar de ela não corresponder as exigências mais atualizadas. Os problemas de maior gravidade se localizam especialmente nos programas onde a compartimentação e a heterogeneidade já apontadas acentu-

am possíveis deficiências pessoais. A fim de atenuar e, progressivamente, eliminar as distorções, isolamentos, choques, duplicações e outras deficiências do gênero, sem, de fato, subverter a atual estrutura curricular, recomenda-se a instalação gradual de eixos temáticos, concebidos como troncos de convergência de disciplinas, setores, especialistas”.

Com relação às disciplinas de licenciatura afirmava-se que “sua pouca eficácia é reiteradamente apontada”. Em 1978, o Departamento contava com 926 alunos inscritos; na primeira metade da década de 1990, os inscritos do primeiro semestre se aproximavam de 1200, um crescimento escasso para duas décadas, que deve, no entanto, ser contrastado com a dramática queda no número de docentes no mesmo período. Em 1985 foi proposta uma nova reforma curricular, baseada na extinção dos setores, a liberdade de proposta de programa e curso para cada docente, a adoção de eixos temáticos e de semestres ideais, alterações na grade curricular, com extinção e criação de disciplinas. Em linhas gerais, as propostas foram aceitas, embora a extinção dos setores fosse discutida nos próprios setores. Todos os setores produziram documentos; alguns bastante longos, acerca das reformas propostas, e acerca do currículo e do curso de História em geral, que contém valiosas indicações metodológicas, com vigência até hoje. Houve também debates sobre o ano inicial do aluno ingressante.

Em 1994, a Comissão de Ensino (composta pelas Profas. e Profs. Maria Inês Borges Pinto, Mary del Priore, Maria Aparecida de Aquino, Modesto Florenzano, Marcos Antonio Silva e Laura de Mello e Souza) fez um balanço do período decorrido desde as reformas de 1985, adotadas em 1986: “A reforma anterior eliminou os setores tradicionais e, apresentando aos alunos a possibilidade de comporem um currículo de forma totalmente livre, dissolveu as classes. Portanto, temos hoje dois problemas básicos: de um lado, a fragmentação do trabalho dos docentes, com prejuízo às pesquisas (desarticuladas) e à docência (cursos atomizados). Do outro, os alunos que se queixam da falta de um semestre básico e da existência de turma, conforme deixam entrever as pesquisas realizadas em 1990 pela Profa. Esmeralda Blanco Bolsonaro de Souza, e em 1993-94 pela Profa. Marlene Suano. Em ambos os casos, ocorreu um reforço das atividades individuais”. A Comissão fez três propostas básicas: “1) A mudança do horário de aulas do DH, mediante consulta ao corpo docente; 2) A adoção de um semestre ideal; 3) A introdução de disciplinas novas e a supressão de algumas, destituídas de significado”. As “áreas”, surgidas para substituir os setores, discutiram as propostas.

Com relação às disciplinas obrigatórias, foi proposta a

criação de História da África e de História de Portugal, e a volta de Sociologia e Antropologia. Com relação às optativas, a criação de Paleografia, Pesquisa Histórica, História Comparada, e Ética e Direito do Trabalho na Área de História, assim como a extinção de História Econômica e Social do Brasil, havendo já quatro semestres de História do Brasil no programa. Outras preocupações foram o controle sobre os “alunos fantasma”, a eliminação da superposição de programas, o julgamento da relevância dos cursos, a uniformização da avaliação e, finalmente, a criação da tutoria, organizando a graduação em (ciclo) “básico” (1 ou 2 anos) e “tutoria” (a partir do segundo ou terceiro ano). O ensino e a pesquisa ficariam organizados em quatro áreas (básico, tutoria, extensão e pesquisa em laboratório), cada uma com seu respectivo coordenador. As atividades de pesquisa e orientação de Iniciação Científica têm-se tornado cada vez mais frequentes, dando resultado altamente satisfatórios, com numerosos alunos premiados em simpósios de graduação e na SBPC, vencedores de bolsas de estudo no exterior. É sobretudo nestas atividades que se verifica de forma mais acentuada a integração entre alunos de graduação e de pós-graduação, viabilizada pelos grupos PET (CAPES), PQI (CNPq), IC (CNPq) e IC (FAPESP).

Dentro das atividades do DH, a pós-graduação vem ganhando, como acontece em todas as universidades públicas, importância crescente, e deve-se fazer notar que, na área de história, a universidade pública é praticamente exclusiva responsável pela pesquisa, no Brasil. Os programas de Pós-Graduação em História Econômica e em História Social do Departamento de História têm como objetivos específicos:

a. O aprofundamento dos estudos históricos, dentro da tradição eclética da FFLCH/USP, abrangendo variadas dimensões temporais, geográficas e temáticas, com ênfase nos enfoques econômicos, políticos, culturais e sociais;

b. A formação de mestres e doutores, de elevado padrão científico, com otimização dos recursos disponíveis, de modo a atender as necessidades do ensino superior e de campos específicos de pesquisa;

c. A ampliação das relações intercontinentais, abrindo nosso sistema de qualificação profissional e de atualização aos colegas dos cursos de história dos países vizinhos.

O curso de História, desde seu início, buscou qualificar e aprimorar seu corpo docente, em nível de pós-graduação, dentro da tradição européia-francesa, informal, estruturada na relação pessoal entre o professor orientador e o orientando. No chamado “antigo regime” o curso de História titulou 142 pessoas, entre 1938 e 1973. As médias decenais de produção de dissertações e teses foram as que seguem:

1938 - 47 - (012) - 01,2
1948 - 57 - (005) - 00,5
1958 - 67 - (015) - 01,5
1968 - 73 - (100) - 16,6

Desde 1970, com a regulamentação federal dos Cursos de Pós-Graduação, existem dois Programas de Pós-Graduação sediados no Departamento, que estavam em 1995 com cerca de 600 alunos (número hoje reduzido em um terço, devido à queda no número de professores credenciados, e às limitações numéricas impostas aos orientadores). Os Programas de Pós-Graduação formaram a maior parte do próprio corpo docente do Departamento de História. São responsáveis, também, pela maior parcela de docentes titulados - mestres e doutores - de grande parte das instituições de ensino superior do país, pois foram os primeiros a existir no país, antecedendo os outros por mais de 10 anos. Ambos programas são considerados de excelência. Na avaliação realizada pela CAPES em 2004 o programa de História Econômica obteve nota 5.0 e o de História Social a nota máxima, 7.0, atribuída a apenas mais um programa em todo o país, e reservada aos reputados como de nível internacional. Os dois programas encontram-se divididos em linhas de pesquisa. História Social divide-se em 6 linhas: *História das Populações, Família e Relações de Gênero; História da Cultura* (com as sub-linhas *História da Arte e Cultura Medieval*); *História das Representações Políticas; Historiografia e Documentação; História dos Movimentos e das Relações Sociais*; História Econômica divide-se em 5 linhas: *Teoria e Metodologia da História Econômica; Trabalho, Agricultura e Estrutura Fundiária; Gênero, Família e População; Poder e Relações Econômicas no Mundo Urbano; Industrialização e Políticas Econômicas*; todas elas são resultado de recente reestruturação do programa de pós-graduação da área.

Os programas do DH têm tradicionalmente atraído docentes de todas as universidades brasileiras, o que era em grande parte viabilizado pelo Programa de PICDT (programa de Capacitação Docente da CAPES, hoje substituído pelo PQI). Alguns dos mais expressivos historiadores brasileiros contemporâneos obtiveram seu título de doutor em nosso departamento. Os programas de Pós-Graduação estão empenhados numa discussão com a comunidade dos historiadores para permitir perfil mais nítido de mestrado e doutorado, valorizando a prática da Iniciação Científica na graduação. Quanto à publicação de teses, é bom o índice de 50% de publicações geradas pelos resultados de pesquisa, dentro das condições do mercado editorial nacional. Nos últimos anos, as atividades de pesquisa em nível de Iniciação Científica se desenvolve-

ram sensivelmente, beneficiando-se da política nacional neste sentido, ou seja, a concessão de um maior número de bolsas dentro dos programas PET (CAPES) e PIBIC(CNPQ).

Quase todos os docentes do Departamento de História possuem RDIDP e, nesta qualidade, desenvolvem projetos de pesquisa – seja individualmente, seja por meio de laboratórios integrados. Existem também projetos institucionais sediados no Departamento, como o Projeto Integrado Arquivo do Estado / Universidade de São Paulo – Acervo DEOPS, idealizado pela Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro, que começou a funcionar em 1995. Outros Projetos Integrados e Temáticos foram criados desde então, assim como grupos de pesquisa dentro do CNPq e da ANPUH (Formação do Estado Nacional Brasileiro, GT de História Contemporânea, etc.). A partir da reformulação do Departamento de História, realizada entre 1997 e 2001, o Departamento estabeleceu que o curso de graduação deveria sofrer algumas alterações para que as seguintes metas fossem alcançadas:

a. *Valorização da pesquisa em História através das disciplinas, com a utilização de crédito-trabalho e ampliação da Iniciação Científica para a maior parte dos discentes, incluindo os alunos do curso noturno;*

b. *Melhoria do acesso ao material bibliográfico, através da atuação junto ao Serviço de Documentação e Biblioteca da Faculdade;*

c. *Acesso aos equipamentos de informática, através da abertura da Sala Pró-Aluno, Sala de Pós-Graduandos, Espaços para estudos e Seminários;*

d. *Acesso as informações da Internet, através de computadores dos professores orientadores, da Sala-Pró-Aluno e Sala de Pós-Graduandos;*

e. *Divulgação da produção discente através de seu periódico próprio e dos demais do departamento, Revista Temporaes, Revista de História, Série Iniciação, Série Teses, Série Eventos;*

f. *Valorização da reflexão sobre a realidade brasileira, visando acompanhar o processo de inserção da sociedade nas tecnologias multimídia;*

g. *Acesso as novas tecnologias, quer através dos cursos, quer através de manuseio de equipamentos e realização de trabalhos, Produção de CD Rom e vídeos, Formação do Cine Clube Pandora e Banco de Imagens; do Laboratório de Produção de Materiais Didáticos tanto para o Curso de História como para os níveis fundamental e médio;*

h. *Transformações no curso para reduzir o problema da evasão do corpo discente, tais como a estruturação das áreas de disciplinas obrigatórias, definição de conteúdo mínimo obrigatório e de bibliografia clássica e contemporânea para*

leitura durante o curso e o que mais se revelar necessário;

i. Elaboração do Projeto Diretrizes Curriculares do Ensino Superior em História; Elaboração do Projeto de Regulação da Profissão do Historiador; Convênio com a Associação dos Arquivistas para treinamento em pesquisa, preservação e arranjos documentais junto ao Tribunal de Justiça Federal em São Paulo – 48 turmas de 30 alunos por turma.

A política de “isonomia de carga horária” corresponde à carga didática de graduação e pós-graduação, vigente desde 1987 no Departamento, não inclui os plantões de atendimento aos alunos, e tem como objetivo permitir aos docentes o planejamento de suas atividades de ensino e pesquisa, sem prejuízo do cumprimento de suas obrigações didáticas, permitindo as viagens de pós-doutoramento para pesquisa e atualização de conhecimentos. A avaliação das atividades docentes na graduação tem sido continuamente realizada. Em 1994 o departamento definiu algumas mudanças para o curso de graduação, a saber: a) Formação das áreas de disciplinas obrigatórias, como a de História Antiga com 2 disciplinas; História Medieval com 2 disciplinas; História Moderna com 5 disciplinas; História Contemporânea com 5 disciplinas; Teoria e Metodologia da História com 4 disciplinas; que passaram a ser no ano de 1995 responsáveis pela organização do curso e cumprimento da carga horária; b) Formulação de conteúdo mínimo comum e obrigatório nas disciplinas e coordenação bibliográfica nas áreas, visando abranger os clássicos e as discussões atuais, a vigorar a partir de 1996; c) Valorização do processo de Iniciação Científica, que levou a elaboração do Projeto PET/CAPES; d) Maior inserção no Programa PIBIC/CNPq para que a Iniciação Científica adquira um caráter geral e fique ao alcance do alunado; e) Discutir a grade curricular, visando abrir espaço para novas disciplinas que cubram as áreas de Iniciação Científica, outros espaços geográficos e culturais e novas tecnologias, dependendo dos convênios em vigor, do processo de formação de novos especialistas e da possibilidade de ampliação do quadro docente; f) Discussão sobre o sistema de crédito-trabalho, para que o processo de formação discente possa ser mais autônomo, de acordo com as formas que estão se tornando dominantes nos centros de excelência.

Embora a maior parte das teses e dissertações tenha como objeto a História do Brasil –republicana; colonial, ou referente ao Império- também na Pós-Graduação há o empenho na preservação das especialidades. Neste sentido, História da América, História Medieval e História Antiga são algumas das disciplinas contempladas com trabalhos de fôlego, muitas vezes realizados com o auxílio de professores estrangeiros que,

por meio de bolsas como a “sanduíche”, da CAPES, oferecem co-orientação aos alunos. Cabe ressaltar que a formação de especialistas em áreas como as acima referidas é lenta e custosa, mas contribui para a manutenção do bom nível dos programas assim como da formação específica de docentes originários de outras atividades. No Brasil, hoje, quase todos os medievalistas, historiadores da Antiguidade ou americanistas que atuam em outras instituições passaram pelo curso de Pós-Graduação do Departamento de História da USP.

A grande área de pesquisa científica no Departamento, dos docentes ou dos alunos de pós-graduação, é a de História do Brasil, que em seu desenvolvimento se cruza com as de História Moderna e História Contemporânea, em suas várias especialidades (História Política, História Econômica, História Social Qualitativa e Quantitativa, História das Relações de Gênero, História das Mentalidades, História da Cultura, História do Quotidiano, História das Religiões, História Urbana, Historiografia e Organização de acervos documentais, História Oral etc). O destaque dado ao estudo da história nacional é uma característica do campo, pois sua estruturação como conhecimento científico se realizou no século XIX a partir das histórias dos estados nacionais europeus. Até nossos dias, todos os países dedicam-se nos estudos históricos aos estudos nacionais como ponto central, cabendo aos estudos de outras áreas geográficas papel complementar. O financiamento aos estudos históricos de outras áreas geográficas tem sido visto como uma atividade ligada aos interesses geopolíticos dos estados e as suas propostas de atuação (política, econômica ou cultural) em outros países. Mas a importância das relações brasileiras com os países do continente americano deve ser levada em consideração, pois as solicitações para contato e intercâmbio exigem que o departamento faça maiores investimentos na área como um todo; o Departamento a definiu como prioridade para os próximos anos.

A área de História da Ciência está formando a nova geração de historiadores da ciência, um campo promissor nos centros internacionais, de relevância para o perfil abrangente do Departamento. O Departamento foi também o iniciador no país dos estudos de História Antiga e Medieval, com padrões europeus de rigor e erudição. A dificuldade de formação de especialistas em áreas tão complexas, nas quais nos últimos anos tem se dado o desenvolvimento da vanguarda dos estudos históricos nos países europeus, acarreta o perigo de não existir especialistas nesses campos, como ocorre em boa parte das instituições universitárias brasileiras, que acabam improvisando docentes sem formação adequada. Novas disciplinas devem ser criadas para a licenciatura (História e Linguagem, História de São Paulo, História da Educação,

Educação e Movimentos Sociais, História das Ciências para Licenciatura), que se somam às que devem ser ofertadas para o curso de Relações Internacionais. Pelo menos mais 10 professores deveriam ser contratados, além dos 17 concedidos depois do movimento de 2002, com o que atingiríamos o número de docentes que o DH teve na década de 1970, para cobrir a demanda do Departamento.

A reformulação atual da formação de professores pela USP parte da constatação de que se observa hoje uma insatisfação, contínua e cotidiana, dos professores diretamente envolvidos com a formação de docentes para a educação básica. Tem se repensado os cursos de educação básica e de formação de docentes, visando melhorar a qualidade da educação, para afrontar os desafios colocados pelo complexo mundo contemporâneo e promover a cidadania efetiva. A ampliação da escolarização básica, fenômeno que tem ocorrido em grande número de países nas últimas décadas, apresentou, ainda, a característica de colocar a questão educacional fora do espaço restrito dos educadores. Por diferentes motivações e interesses, a educação tem sido valorizada por múltiplos setores da sociedade. Esse foi o contexto em que a nova LDB foi promulgada. As relações entre ensino, pesquisa e extensão requerem articulação entre prática, disciplina e projeto de intervenção, tendo em vista o entendimento de que a realidade educacional e escolar não é objeto específico de uma disciplina, mas permite uma pluralidade de abordagens. A formação do licenciando dar-se-á ao longo de todo o processo. Desse modo, seria preciso que a preocupação com a formação do docente estivesse presente e integrada às disciplinas, atividades e objetivos dos institutos e faculdades que oferecem a seus alunos a possibilidade de uma Licenciatura, não se circunscrevendo às disciplinas pedagógicas dos cursos. Dessa forma, conteúdos específicos, educação e docência escolar, poderiam ser objeto de contribuição mútua.

As mudanças no exercício profissional também determinam um perfil cambiante, para o professor e o profissional historiador em geral. Como foi apontado em documento da ANPUH, uma ampliação se deu quanto às ocupações funcionais dos profissionais formados em História no Brasil. Se a tradicional dicotomia entre Bacharelado e Licenciatura parecia bastar no começo da década de 1960, ela parece cada vez mais limitada ou acanhada hoje, quando, além das tradicionais destinações (ensino de primeiro e segundo grau, por um lado; ensino universitário ao qual se vinculava a pesquisa, por outro), pessoas formadas em História atuam, crescentemente em institutos de pesquisa que não desenvolvem atividades de ensino; realizando pesquisas ligadas a questões vinculadas ao patrimônio artístico e cultural, à cultura material (associação

Arqueologia/História, atuação em museus) ou a serviço dos meios de comunicação de massa (imprensa, televisão, etc.); funcionando em assessorias culturais e políticas também; trabalhando na constituição e gestão de bancos de dados, na organização de arquivos, e em outras áreas de um modo geral ligadas à reunião e preservação da informação. O encaminhamento, pela Universidade, do projeto de Formação de Professores, levou à constituição de um Grupo de Trabalho, que delimitou proposta de novas disciplinas: *História da Educação* (em dois semestres e oferecida para toda a FFLCH); *História de São Paulo* (um semestre); *A Escrita da História* (um semestre); *História e Linguagens* (um semestre), além de ampliar a oferta de programas de História da Ciência, com perfil específico para a formação de professores e para toda FFLCH. A concretização desse projeto demandará, além da atuação dos docentes atuais, a contratação de professores. Este projeto prevê como eixo articulador de suas atividades, a implementação de um Laboratório de Crítica e Produção de Material de Ensino, que permitirá estágios de formação e o diálogo com a rede pública de ensino.

O Departamento de História não se mantém alheio aos debates recentes que questionam o próprio conteúdo da disciplina, debates que perpassaram, na verdade, o conjunto das chamadas Ciências Humanas. Ao lado da visão apologética de um “fim da história”, aparece uma negação do próprio processo histórico, considerado como uma totalidade compreensível ou, como afirma Richard Rorty, a “novidade” residiria em que há que se aferrar aos “pequenos relatos”, circunscrevendo-se ao tratamento de eventos isolados e fragmentários. Seria necessário apartar-se das “grandes narrações”, cujo mecanismo secreto já supomos -erroneamente- possuir. “O tempo dos grandes relatos passou”, nos diz Rorty, embora afirme “não desprezar o sacrifício de quem acreditou neles”. Negar, no entanto, que a história possua um projeto próprio e um destino pré-determinado não é o mesmo que negar toda classe de leis ou causas determinantes.

À História como pensamento da fragmentação se opõe o revigorado esforço em favor da unificação, que percorre também outros campos do saber. A renovação metodológica constante não relega o debate teórico ao baú das lembranças de tempos superados.

As mudanças recentes no currículo tem sido produtivas, mas devem ser aprofundadas. É o exemplo de História da África: o conhecimento dessa história enriquece a compreensão de muito da sociedade brasileira, no passado e no presente, principalmente no que diz respeito às populações negras. Dessa forma, o conhecimento de história da África faz sentido não só para inserirmos o continente na história mundial, tra-

zendo à tona sua história particular, como também esclarecendo muitos aspectos da história brasileira. Nesse momento, em que há uma crescente movimentação do poder público e da sociedade civil no sentido de expandir as condições para a real integração da população negra no corpo da sociedade brasileira, é imprescindível focar a atenção nas populações afro-descendentes (mas não só a elas), seus antepassados, as bases de suas culturas, com forte presença na América. O Departamento de História da USP, ao incluir História da África entre as disciplinas obrigatórias do curso, deu um passo importante na expansão do interesse por essa área de estudos, na medida que tem um papel irradiador importante no conjunto do ensino superior brasileiro. A inclusão desse curso no currículo abre a possibilidade de que sejam feitas mais pesquisas sobre assuntos africanos, expandindo o seu conhecimento; começa também a dar condições para que a matéria seja dada também no ensino básico, com a formação de novos professores, com o interesse despertado para o assunto; abre a possibilidade de intercâmbios acadêmicos com as universidades africanas.

Na Semana de Graduação (realizada de 5 a 9 de maio de 2003) iniciou-se um processo visando situar o debate sobre o curso de graduação do Departamento de História no contexto de: a) A história desse debate nos últimos anos; b) A discussão acerca do Projeto Acadêmico da FFLCH, que deverá concretizar-se num seminário de toda a Faculdade, segundo decidido no final da greve de 2002, e reafirmado em plenárias posteriores; c) A discussão acerca da formação de professores na USP, e acerca das diretrizes curriculares federais dos cursos em História. No campo da pós graduação e da pesquisa, o Departamento de História tem como objetivos: a) manter e ampliar a valorização do processo de pesquisa como a melhor forma de conhecer a realidade histórica que estiver em questão; b) acompanhar o desenvolvimento dos estudos históricos quanto aos problemas teórico-metodológicos, quer quanto aos objetos, fontes e técnicas; c) acompanhar a implantação da novas tecnologias e suas influências nos estudos

históricos; d) inserção na comunidade internacional dos historiadores enquanto instituição; e) ampliar a divulgação dos resultados de pesquisas quer através do ensino, quer através das publicações tradicionais, quer se apresentando na multimídia mundial.

Os elementos enumerados são meios para atingir um fim: a configuração e re-configuração da disciplina histórica, institucionalmente e como campo de conhecimento, como um fator social, político e cultural, de auto-conhecimento crítico da sociedade. Quem diz configuração também diz *figura*, estrutura constituída a partir da abstração para servir como meio de compreensão do concreto, do fato único ou singular que constitui a matéria-prima da História: neste ângulo, efetivamente, a erudição é auxiliar, não uma característica indispensável. O curso de graduação, que tem no nosso Departamento um peso superior (até numericamente) do que em outros da USP (e da própria FFLCH) forma um profissional historiador a partir do mapeamento da problemática e do território cobertos por nossa disciplina: o ensino vincula-se, desse modo, estreitamente à pesquisa, pois o professor passa a ser um orientador constante de todos os discentes, devendo reformular permanentemente, não só os conteúdos, mas também a forma e a lógica da sua exposição, sua capacidade de suscitar o caminho intelectual independente do seu aluno/orientando.

Definido o Departamento de História como um local de convivência acadêmica, intelectual e política, a sua diversidade interna deve ser não só respeitada, mas também prezada como um fator de enriquecimento intelectual, sob condição de ser considerada uma plataforma de confronto (mas não necessariamente de conflito) entre os diversos enfoques, teorias e metodologias, todas submetidas a uma avaliação comum, que caracteriza todos os níveis de nossa atividade. A unidade entre ensino, pesquisa e extensão, o tripê no qual se baseia nosso trabalho, deve ser constantemente reformulada, à luz dos permanentes desafios que as transformações de país e do mundo trazem para a prática e a formação do profissional historiador.

ENTREVISTAS DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROF. DR. JOSÉ SEBASTIÃO WITTER

PROFESSOR EMÉRITO

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM
PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO

Professor, gostaria que você me falasse um pouco sobre sua formação universitária.

Eu era professor primário quando eu e minha mulher resolve-

mos fazer um curso superior. Em 1957, casado e com uma filha de três anos, eu prestei meu primeiro vestibular para entrar no curso de História, eu fui reprovado. Isso não me



abalou, porque eu sabia que era difícil entrar na USP, e em 1958 eu prestei de novo e fui aprovado, terminando o curso em 1961. A gente estudava na Maria Antonia, que era um local cultural e politicamente efervescente. Desse tempo, ficou na memória a imagem da Dona Floripes, que ficava no balcão de informações no saguão dentro do prédio e dava recados para a gente, dizia se o professor já tinha chegado, etc. Grande parte da minha vivência acadêmica na graduação se deu ali no saguão da Maria Antonia. Foi ali que eu comecei a sentir o gosto do contato com pessoas diferentes.

O Departamento de História ficava no 4º andar do prédio, onde hoje fica a SBPC, junta com uma biblioteca especializada da área. Você encontrava todo mundo naquele prédio, e sempre via os professores do DH lá no 4º andar. Foi assim que eu conheci duas pessoas que teriam uma importância fundamental na minha vida acadêmica, o Sérgio Buarque de Hollanda e o Eurípedes Simões de Paula.

Nesse tempo havia uma regra que permitia professores do primário darem aulas no secundário a partir do terceiro ano da Faculdade. Eu comecei a dar aulas no secundário em Mogi das Cruzes à noite, e isso me ajudou muito na minha formação de professor, porque eu adoro dar aulas.

Você começou sua especialização já em 1961?

Não, nesse ano eu prestei concurso e fui aprovado para dar aulas numa cidadezinha perto de Franca, Patrocínio Paulista. Saía de Mogi no Domingo à noite para dar aula na Segunda de manhã, e ficava lá até Quinta, quando voltava para Mogi. Antes de voltar para casa, no entanto, eu sempre dava uma passada na Faculdade para rever o pessoal. Numa dessas, o professor Eurípedes me falou para conversar com uns professores de Rio Claro, e fui convidado para ser professor em Rio Claro, onde hoje há uma Faculdade da Unesp. Fiquei lá entre 1962 e 1964, e nesse ano eu fui convidado pelo Sérgio Buarque de Hollanda para ser assistente dele na História. Mas eu também era professor concursado do Estado, e por isso tinha que assumir minha função. Eu fui então trabalhar em Mogi, e lá o pessoal me convidou para dirigir o Instituto de Educação. Eu tinha só 34 anos, e voltei para a escola onde tinha me formado, só que agora como Diretor.

Você era Diretor do Instituto e professor da Faculdade de Filosofia?

Sim, eu acumulei as duas coisas, porque eu tinha tempo parcialíssimo na Faculdade, e só com o que eu ganhava lá não dava para sobreviver.

Eu continuei morando em Mogi, porque era mais barato, até

1968. Eu e minha mulher, que dava aulas na Psicologia, viajávamos todos os dias, às vezes de ônibus, às vezes de trem, às vezes de carro, e a partir de 68 tivemos que viajar sempre de carro, dada a distância que ficou a Cidade Universitária, para onde a Faculdade foi obrigada a se mudar após a guerra com o Mackenzie na rua Maria Antonia. Foi por causa da distância que nós decidimos sair de Mogi e nos mudarmos para esse prédio, onde eu moro até hoje, que fica uns 15 minutos da USP.

Mas antes não tinha todo esse barulho.

Não, era outra cidade. A Faria Lima ainda se chamava rua Iguatemi; o shopping tinha acabado de ser inaugurado. A maior parte de Pinheiros era formada por casas, e isso mudou muito desde aquela época.

Eu tinha feito meu mestrado entre 1964 e 1968. Neste ano defendi a monografia de Mestrado, comecei meu doutorado, que defendi em 1971. Em 1994, atingi o último grau da minha carreira docente, quando prestei concurso para professor titular. Durante esse tempo todo eu dei aulas na graduação e na pós-graduação. Eu fui Diretor de diversas instituições, mas nunca parei de dar aulas.

Que instituições foram essas?

Eu fui Diretor do Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Hollanda (CAPH), mas antes disso, em 1977, a professora Anita Novinsky pediu o meu currículo para levar ao Dr. Max Feffer, Secretário da Cultura do Estado, que me indicou como Supervisor do Arquivo do Estado, onde permaneci durante 11 anos. Passei por três Governos e sete Secretários da Cultura. Talvez o momento mais gratificante para mim tenha sido durante a passagem do Governo do Paulo Maluf para o de Franco Montoro, que fazia uma crítica feroz ao Maluf. Eu nunca fui malufista, e durante essa passagem o Secretário da Cultura do Montoro, João Pacheco Chaves, recebeu um documento com a assinatura de pessoas do porte de Dom Paulo Evaristo Arns, do Diretor da Fapesp, entre outros, pedindo para que o Pacheco Chaves me deixasse na direção do Arquivo, porque eu não era homem de Maluf, e já vinha dirigindo o Arquivo desde o tempo de Paulo Egydio. Eu fiquei no Arquivo até 1987/1988, e quando voltei para a Faculdade e o professor João Baptista Borges Pereira, Diretor então, me deu a tarefa de dirigir uma comissão que cuidava do Engenho São Jorge dos Erasmos, em São Vicente, um edifício da maior importância para se entender a história colonial brasileira. Nessa época eu comecei a dirigir o CAPH também.

Em 1988/1989 eu fui indicado pelo DH para ser seu repre-

sentante no Conselho do Instituto de Estudos Brasileiros. Eu tinha na minha cabeça ser Diretor do IEB. Aliás foi o único lugar pelo qual lutei para nele ser Diretor. Quando houve a eleição, eu fui escolhido o primeiro da lista, e a partir daí eu trabalhei muito para ser indicado Diretor pelo então Reitor, Roberto Leal Lobo e Silva Filho. Durante a minha gestão o IEB fez 30 anos. Ele havia sido criado pelo Dr. Sérgio Buarque em 1962, e eu o ajudei na montagem inicial do Instituto. Foi durante minha gestão também que nós conseguimos construir essa sede atual do IEB.

E onde ficava o IEB antes disso?

Ele ficava no CRUSP, ocupava dois ou três andares de um dos prédios. A biblioteca ficava no térreo do prédio.

Antes que eu me esqueça, quando eu era professor eu também fui responsável pela Área de História do Brasil no Telecurso de 1º grau, na TV Cultura, onde fiquei 10 anos.

Durante esses 4 anos que permaneci na Direção do IEB, houve um período em que o professor Lobo me pediu para ser o Coordenador da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) da USP; de manhã eu ficava na CCS, e à tarde eu ia para o IEB. Quando meu mandato terminou, o Conselho do IEB me indicou novamente como primeiro da lista tríplice, mas o professor Flávio Fava de Moraes, Reitor na época, e o professor José Augusto Guilhon de Albuquerque, Chefe de Gabinete, me disseram que eu não seria reconduzido ao cargo, primeiro porque eles não iriam reconduzir nenhum dirigente, promovendo um rodízio nos cargos; e segundo porque eles queriam que eu fosse o sucessor do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses na Direção do Museu Paulista. Eu não queria ir para lá no início, porque não era museólogo, o Ulpiano era quem entendia de museus. No entanto, acabei convencido e fui para o Museu do Ipiranga, onde realizei uma das tarefas mais bonitas da minha vida.

Quando eu assumi o Museu, o Prof. Fernando Henrique Cardoso estava assumindo a Presidência e o Prof. Francisco Weffort, meu amigo, assumiu o Ministério da Cultura. O Museu estava com um grande vazamento de água no seu teto, e eu coloquei na cabeça que era preciso consertar aquilo. Só que era muito diferente do que nós fizemos no IEB, já que o prédio do Museu é bem maior e é muito mais complexo de mexer na sua parte física. Eu conversei com o Pró-Reitor de Cultura da época, professor Jacques Marcovitch, que me deu apoio total nesse projeto.

Eu queria iniciar a reforma pelo saguão do Museu, e por isso pedi que o Prof. Jacques me fornecesse algumas latas de tintas. Além disso, eu queria também reformar o Museu Republicano de Itu, e a partir de então iniciamos esse processo.

A FIESP solicitou o espaço do Museu para fazer o coquetel de lançamento de um livro, em outubro de 1994, e num dado momento eu convidei o professor Fava e o Presidente da FIESP, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, para mostrar a eles uma parte do teto do Museu que estava quase caindo, e disse que alguma coisa precisava ser feita para recuperar todas as áreas do Museu que estavam com infiltrações. O Presidente da FIESP me disse que poderíamos fazer alguma coisa sim, e me disse para tentar marcar uma reunião entre nós 3. Eu fiquei de outubro de 1994 a janeiro de 1995 tentando agendar essa reunião, mas sem sucesso.

Em janeiro de 1995, o Prof. Weffort me ligou e disse que queria fazer uma visita ao Museu, perto do dia 25, aniversário de São Paulo. Eu falei para marcarmos no dia 24, e finalmente consegui agendar a reunião com o Dr. Carlos Eduardo, o Prof. Fava, e o Prof. Marcovitch presidida pelo Prof. Weffort. No final da reunião, eu convidei todos para subirem ao telhado do Museu, onde eles puderam ver a calamidade em que estava aquilo. A grande reforma que nós pensávamos para o Museu saiu depois desse encontro, e nós devemos muito à FIESP e à FAPESP, principalmente.

Quando você se aposentou?

Eu me aposentei em 9 de novembro de 1999, no meio de toda aquela especulação em torno de reforma da Previdência. Nesse dia foi inaugurada, com uma festa inesquecível e tocante, a iluminação externa do Museu. Presente da Siemens. Aposentando, eu fui para Mogi das Cruzes, onde fui Diretor de uma unidade da Universidade de lá. Mas hoje eu sou Gestor de Extensão e Assuntos Comunitários lá.

Como foi receber o título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia?

Como eu disse no meu discurso, é um título que quem diz que não gostaria de ter está mentindo. Eu sempre quis esse título; eu não esperava e nem sei se mereço. Ser lembrado pelos meus colegas de Departamento de História é uma honra, uma coisa muito gratificante. Eu fiquei muito feliz porque meu trabalho foi reconhecido por meus colegas e amigos.

A saudação da professora Eni, ressaltando meu trabalho como professor, que é o que eu sempre fui na vida, foi muito bonita, comovente, vinda do coração dela.

E houve alguma coisa que o senhor queria fazer na USP mas não conseguiu?

Eu acho que não. A única coisa que eu queria mesmo era ser Diretor do IEB, e isso eu consegui. Mas eu sempre me empenhei 100% nas funções que eu tive, fosse Diretor de A, B ou

C. Nunca deixei algo pela metade por causa de outra proposta, mesmo que fosse bem melhor do que onde eu me encontrava. Creio que ser professor da USP, no entanto, é o principal

de tudo. Acho que ajudei muitos alunos. Mas eu acho que a única coisa que eu quis e não consegui foi ser jogador profissional de futebol.

PROFA. DRA. LAURA DE MELLO E SOUZA

DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
POR RODOLFO VIANNA



Professora, a senhora em uma outra entrevista concedida para este Boletim Informe, mencionou que quando cursou História, no início da década de 70, chegou a ter medo de ler certos autores devido à forte repressão da ditadura militar. Vários colegas seus, segundo contou, foram presos. Como se manifestava a repressão dentro da Faculdade de Filosofia naquela época?

É difícil saber, pois as coisas aconteciam às escondidas, e como eu havia dito naquela entrevista, não participei diretamente do movimento estudantil ou de qualquer organização política. Sabíamos, contudo, que havia “falsos alunos” que assistiam aulas e passavam informações para os organismos de segurança. As passeatas e os atos públicos eram filmados e observados, os helicópteros ficavam sobrevoando. Os professores, por sua vez, eram intimidados, e um dos mecanismos principais era o suspense que envolvia a renovação dos contratos, já que naquela época havia um grande número de docentes que não eram efetivos ou estáveis. Como não se sabia direito de que lado vinha o inimigo, sentia-se medo o tempo todo, de tudo.

Sendo a senhora filha de dois dos nossos maiores intelectuais, os professores Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza, houve alguma influência por parte deles para seguir no ramo das Humanidades, já que cursou história?

Conforme também ressaltai naquele depoimento, houve uma influência enorme, apesar de um tanto indireta: o ambiente, as conversas, os livros, as pessoas que freqüentavam minha casa, a própria Faculdade, que, como espaço físico, também fazia parte de minha vida cotidiana. Nem meu pai nem minha mãe nunca sequer sugeriram que eu entrasse para a Faculdade de Filosofia, pois sempre tiveram um respeito total pelas opções dos filhos. Se houve alguma sugestão foi até no sentido contrário, que eu *não* fizesse a Faculdade de Filosofia, visadíssima e desfalcada com as cassações. Eu achava que meu pai gostaria que eu fizesse Medicina, e até tentei, fazendo o curso científico para medicina e ciências biológicas. Médico e

historiador são muito parecidos, acho eu, e talvez pudesse ter sido uma boa médica no campo da clínica geral – jamais da cirurgia.

E em relação a uma atividade política? Houve influência dos seus pais?

Minha mãe nunca teve maior interesse político nem atuação partidária, apesar de ter desempenhado um papel político decisivo à frente do Departamento de Filosofia, no momento mais negro de sua história, sofrendo inclusive ameaças e constrangimentos. Meu pai, pelo contrário, sempre se interessou muito por política. Nesse sentido, foram, com certeza, muito influentes pelo interesse – intelectual – que vim a ter por política, sobretudo nos anos 70, quando, na minha geração, era impossível que fosse diferente. Amizades, namoros, tudo era permeado de política, passeata, vigílias, comícios, festas partidárias para arrecadar fundos... Mas nunca tive atividade política sistemática. Trabalhei uns meses na campanha de Fernando Henrique ao Senado em 1978, e fiz boca de urna para o PT em várias eleições, mas nunca fui além disso.

Professora, como era o curso de História que fez, e como avalia o curso atual oferecido pela FFLCH?

O curso era muito ruim na média, e muito, muito bom nas exceções, havendo, no geral, maior proximidade entre professores e alunos. As classes eram menores, havia muito mais discussão nos seminários. O curso atual é incomparavelmente melhor na média, e talvez haja menos exceções.

Quais foram os grandes professores com os quais teve aula?

Na História, Fernando Novais foi o que mais me marcou. No geral, destacaria antes alguns cursos magníficos, como os que fiz com Maria Odila Silva Dias, Ruy Coelho, Francisco Weffort, Irene Cardoso, Araci Lopes da Silva e Sílvia Caiubi. Sem falar de algumas aulas memoráveis de Michel Foucault.

Como a senhora se tornou professora do departamento?

Como todo mundo: prestei concurso, fui aprovada, contratada precariamente e depois efetivada por concurso público. Tinha 29 anos, um mestrado, duas filhas pequenas e um doutorado começado, que concluí dando aulas e suando sangue, como todo docente da FFLCH, pois não temos os privilégios dos docentes federais, que se afastam para fazer pesquisa e escrever a tese. Acho que foi a época mais difícil e mais feliz de minha vida.

Ainda na outra entrevista que concedeu a este Boletim, a senhora disse que “a questão da administração da universidade é bem complicada, porque os professores, que têm suas pesquisas para fazer e suas aulas para ministrar, ainda têm que arranjar tempo para funções de direção as quais nem sempre estão habilitados”. A senhora já ocupou o cargo de chefia do Departamento de História (1999-2001), e, através dessa experiência, como a senhora acredita que a Universida-

de, as Faculdades e os Departamentos devem se administrar?

Não sei, mas tendo a ter simpatia por uma carreira acadêmica distinta da administrativa. Pessoas como eu não nasceram para administrar, mas não me furtei a fazê-lo quando chegou minha vez. Naqueles dois anos, li e escrevi muito pouco, e gastei quase tudo o que sabia, levando uns três anos para juntar mais um pouquinho de conhecimento original.

Professora, para finalizarmos, qual a perspectiva da senhora para os próximos 70 anos da FFLCH?

Pode ser no plano da utopia, que anda tão fora de moda? Se puder, vejo com otimismo: mais verbas, mais professores, melhores salários e, acima de tudo, a sociedade e os demais departamentos da Universidade acreditando que o que fazemos – ensinar a pensar criticamente, a fazer pesquisa de qualidade, a manter acesa a chama do humanismo – é essencial ao país e à construção do futuro.

ENTREVISTAS

PROF. DR. SEDI HIRANO

DIRETOR DA FFLCH

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



Professor, gostaria que o senhor me falasse um pouco sobre sua formação acadêmica.

Eu sou formado em Ciências Sociais, ingressei na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em

1961. Naquela época o exame vestibular para o curso de Ciências Sociais era um dos mais concorridos do Brasil. Havia, digamos, 1200, 1500 candidatos para 30 vagas no diurno e 30 vagas no noturno. Isso porque nós vivíamos na década de 60, que foi uma década muito “quente” no sentido político. Muitas pessoas iam fazer o curso de Ciências Sociais porque estavam preocupadas com a condição de subdesenvolvimento do Brasil, com as condições sociais, políticas, econômicas, e assim por diante.

Quando eu estava no 4º ano do curso, eu fiz um trabalho intitulado Industrialização e Crise do Poder no Brasil, com o Fernando Henrique Cardoso. Ele considerou aquele trabalho muito bom, eu tirei nota 9, porque naquela época ninguém dava 10 para os alunos. O Fernando Henrique me disse então que aquele trabalho era publicável e que ele iria levá-lo

para a Revista Brasiliense, mas aí veio o golpe militar e o trabalho não foi publicado. Logo que eu me formei, o professor Florestan Fernandes já tinha me indicado para ser professor assistente do professor Juarez Brandão Lopes, da Faculdade de Filosofia de Rio Claro. Com o golpe de 64 vários professores da Faculdade de Filosofia tiveram que se afastar e um deles foi o Fernando Henrique, que foi para o Chile via Argentina. O Florestan indicou Octavio Ianni para o cargo de Primeiro Assistente da cadeira de Sociologia I, para preservar o cargo caso o Fernando Henrique voltasse. Por sugestão de Octavio Ianni e anuência do professor Florestan Fernandes eu me tornei seu assistente.

O senhor disse que o vestibular era bastante concorrido. As vagas eram todas preenchidas?

Nem sempre, porque o exame era muito rigoroso. Raramente se preenchiam todas as vagas, mas na década de 60, como o número de concorrentes era muito grande, as vagas chegavam a ser totalmente preenchidas. Na década de 40 e 50 não se preenchiam as vagas. Mas na década de 60 sim, porque

era uma década muito efervescente no sentido político.

Onde o senhor fez o curso científico?

Eu estudei em um dos colégios mais politizados e tradicionais de São Paulo daquela época, o Colégio Roosevelt, praticamente todas as lideranças políticas de São Paulo saíram daquele colégio. Uma boa parte dos líderes da esquerda do Movimento Estudantil veio de lá. No Colégio Roosevelt estudaram o Bento Prado, a Marilena Chauí, entre outros. Para você ter uma idéia, nós liamos Celso Furtado, Caio Prado Júnior e outros livros que se liam nos cursos universitários. Nós tivemos uma formação extremamente refinada e de leitura de autores fundamentais para o entendimento do Brasil. O Colégio Roosevelt cultivava a reflexão crítica e aprofundada sobre a sociedade brasileira.

O que o senhor fez após formado na Faculdade de Filosofia?

Fiz o curso de especialização em Sociologia Industrial e do Desenvolvimento, uma espécie de pré-mestrado/mestrado, com o Octavio Ianni. Depois desse curso, me candidatei a uma vaga no curso de mestrado, com um projeto sobre a Formação das Classes Médias no Brasil, que terminei em 1972, resultando em um livro, *Castas, Estamentos e Classes Sociais*, que está na 3ª edição, editado pela Unicamp em 2002.

Como estava o Movimento Estudantil no final dos anos 60?

O Movimento Estudantil estava muito agitado nesse período, logo após os acontecimentos de Paris, em 1968. Nesse ano, houve primeiro a greve do 1/3, em que os estudantes reivindicavam representação de 1/3 nas comissões, que depois desencadeou o processo das paritárias. A Faculdade de Filosofia instituiu uma paritária em seu interior. Os estudantes eram muito participativos, muito politizados, mas não havia um conflito entre professores e estudantes; havia uma preocupação estudantil com a Reforma Universitária e toda uma luta contra as cátedras e contra a estrutura de poder acadêmico dentro da Universidade. O próprio Florestan era contrário às cátedras e favorável à uma reforma que conduzisse a universidade dentro de um perfil de pesquisa e de ensino que formasse a elite intelectual dotada de conhecimento científico e que fosse capaz de intervir na realidade brasileira.

O senhor participava do Movimento Estudantil?

Sim, quando eu cursei Ciências Sociais eu fui vice-presidente do CEUPES participei de todo o Movimento Estudantil. Naquela época, um dos grandes problemas era a reestruturação

do curso de Ciências Sociais. Quando eu era aluno eu fiz uma pesquisa com o CEUPES entrevistando os alunos sobre o curso. Acho que nós entrevistamos 130 alunos para verificar suas opiniões sobre o curso e sobre o que deveria ser reformulado. Nós chegamos à conclusão de que havia a necessidade de uma formação básica, um ciclo básico, para que depois o aluno escolhesse uma área de especialização.

No final dos anos 60 houve aquela famosa luta para a inclusão dos excedentes, a favor do aumento do número de vagas oferecidos pela Faculdade de Filosofia. O movimento foi desencadeado por alunos que tinham sido aprovados no vestibular, mas que não puderam se matricular nos cursos porque o número de vagas era muito baixo e eles tiveram o apoio dos professores da Faculdade. Essa movimentação foi bem sucedida, porque algum tempo depois as vagas foram ampliadas.

O que foram as paritárias?

Havia um grupo muito específico de alunos e professores, do qual eu não fazia parte, que montou uma comissão paritária. Teve um professor que disse que aquele era um momento revolucionário e de transformação radical do ensino universitário em São Paulo e no Brasil e que essa comissão paritária estava inaugurando a democratização no sentido horizontal em todas as universidades brasileiras. Mas eu acho que foi um momento no processo de democratização. Eu fui eleito pela comunidade, numa votação paritária.

Como foi a mudança para a cidade universitária?

Nós tivemos que mudar depois que o prédio da Maria Antonia foi destruído em outubro de 1968, durante um conflito entre os estudantes da Faculdade de Filosofia e do Mackenzie, sendo que estes tinham cobertura policial.

Quando viemos para cá, fomos instalados em edificações extremamente precárias, primeiro no prédio onde hoje fica a Antiga Reitoria. Depois nós fomos jogados para os barracos, onde hoje está o Instituto de Psicologia. Nós sempre fomos tratados como se fôssemos um elemento estranho, tremendamente incômodos dentro da estrutura de poder acadêmica da universidade. A Reitoria da época, conivente com o Governo militar, considerava a Faculdade de Filosofia uma unidade sem nenhuma importância.

Depois do mestrado, o que o senhor fez?

Depois do mestrado, do qual resultou o livro *Castas, Estamentos e Classes Sociais*, que foi adotado como leitura obrigatória em muitos dos cursos de graduação e pós-graduação do Brasil, tanto na área de Sociologia como nas outras áreas relacionadas com as Ciências Sociais, eu fiz meu douto-

rado. Terminei o doutorado entre os anos 1986 e 1987. Ele resultou no livro *Pré-capitalismo e capitalismo na formação do Brasil colonial*, que a banca considerou uma das melhores teses de doutorado que eles tinham examinado até aquele momento. Eu fiquei muito feliz porque depois de publicado esse livro entrou no site da Biblioteca do Congresso norte-americano em sete linhas de pesquisa como livro de referência. Alguns colegas que estudaram na França disseram que os dois livros foram objetos de seminários na Universidade de Paris.

Em 1991 eu prestei o concurso para livre-docente, em que eu reuni uma série de ensaios com o nome de Formação da Sociedade Moderna no Brasil.

O senhor se tornou titular em que ano?

Eu me tornei titular em 1999. O tema "Política e Economia como Forma de Dominação" foi o escolhido para a aula de erudição. Foi uma aula em que me baseei em um ensaio que escrevi sobre uma discussão teórica em Marx, sobre a importância da ciência e da tecnologia no processo de desenvolvimento econômico e político. Eu recebi da banca um parecer de que eu tinha um domínio excepcional da matéria e na banca estavam Francisco de Oliveira, Paul Singer, Maria Cristina Cacciamali, Cremilda Medina e Reginaldo Prandi. Eu fiquei muito feliz porque o parecer era extremamente elogioso. Esse trabalho foi publicado na Revista Tempo Social e numa revista mexicana.

O senhor é Diretor da Faculdade de Filosofia desde 2002. Por que o senhor decidiu se candidatar?

Eu fui chefe do Departamento de Sociologia e tive uma votação unânime no Conselho Departamental. Até aquele momento, nenhum chefe havia sido eleito por unanimidade no meu departamento. Quando o mandato terminou, fui reconduzido ao cargo por aclamação dos colegas. Quando meu segundo mandato terminou, todo o conselho departamental me aplaudiu e disse que a próxima etapa do professor Sedi Hirano seria a direção da Faculdade de Filosofia, que ela precisava de alguém com meu perfil para geri-la acadêmica e administrativamente. No prédio de Ciências Sociais eu tive uma votação expressiva. Eu percebi que vários professores dos departamentos de Antropologia, Ciência Política e Sociologia me viam como uma pessoa preparada para dirigir a Faculdade de Filosofia com a proposta de recuperar sua importância política acadêmica na Universidade de São Paulo. No meu programa de candidato escrevi que a Faculdade tem que ter um projeto acadêmico e um plano de desenvolvimento; que os departamentos devem ter um projeto acadêmico e um plano

de desenvolvimento. Eu defendo que cada departamento deve ter um número mínimo de professores e que abaixo desse número o departamento corre o risco de perder a qualidade acadêmica.

Nesse sentido, eu defendi na carta programa de candidato e no meu discurso de posse que a substituição de claros docentes deve ser automática. Fora isso, eu defendi que todos os espaços da Faculdade de Filosofia tinham que ser reestruturados e reestudados e que a Faculdade tinha que ter um Plano Diretor; que a Faculdade não pode ser tratada de uma forma segmentada, mas como um todo articulado. Essa Diretoria tem desenvolvido o programa como um compromisso assumido quando fui eleito Diretor. Aparentemente, como havia outro candidato, pareceu que eu assumi a Diretoria numa Faculdade em que tinha um candidato que era da oposição. O Diretor da época apoiou o outro candidato. Eu sempre fui uma pessoa que manifestava meu ponto de vista de oposição em relação àquela Diretoria. Eu era contra a forma populista que essa Faculdade era dirigida, onde certos chefes tinham privilégios quase estamentais. Para esses chefes, o Diretor teve todo o tempo, todo o espaço, todo o dinheiro para fazer o seu proselitismo. Enquanto isso, o Departamento de Sociologia ficava mais de duas semanas aguardando o agendamento de audiência com o Diretor. Diante dessa condição, eu, juntamente com os chefes de Antropologia, Filosofia e Ciências Políticas, procuramos resolver quase todos os problemas do prédio de Filosofia e Ciências Sociais. Conseguimos colocar um elevador para paraplégicos no prédio, isso sem nenhum apoio da Diretoria. Tudo que se referia ao prédio do meio foi boicotado pela Diretoria anterior.

Parece que o prédio de História foi que mais recebeu verbas da Diretoria.

Este fato é estatisticamente comprovável. Por outro lado, o prédio de Letras também não foi tão bem cuidado; ele foi praticamente abandonado durante aquela gestão. Mais de 50% da verba destinada à manutenção e à intervenção para melhorar a qualidade de vida foi para o prédio de História e Geografia.

Mesmo o Diretor sendo de Letras ele não destinou mais verbas para aquele prédio, porque sua gestão foi quase toda orientada para um único departamento. Nesse sentido, quero dizer que quando eu saí candidato não recebi nenhum apoio da Diretoria.

O professor Francis disse que se manteve à parte durante a eleição.

Não, ele não se manteve à parte. Na verdade, ele pertencia

ao grupo que apoiava o outro candidato. Eu fico muito feliz porque sendo oposição à Direção do Francis e não tendo grupos organizados atrás de mim eu ganhei a eleição porque eu tinha uma proposta e um projeto acadêmico e administrativo. Todos aqueles que se colocavam de forma independente e autônoma me apoiaram. Quando houve a consulta, eu ganhei no número de votos, na votação paritária, nos Conselhos Departamentais e na Congregação da Faculdade de Filosofia.

O senhor assumiu a Diretoria no meio da Greve de 2002. Como foi isso?

Antes, eu queria contar uma coisa: durante a Greve, alguns estudantes do Jornal da Greve me entrevistaram e me disseram que eu não estava aparecendo muito na greve. Eu disse que nem sempre aquele que aparece muito é quem faz muito. Logo que eu fui eleito, os dois representantes dos alunos na Comissão de Negociação dos Claros na Reitoria me convidaram a participar das reuniões e em seguida os professores da Faculdade me pediram para trabalhar nos bastidores, um dos espaços políticos mais importantes para as negociações. Antes de eu ser eleito lembro que numa das primeiras reuniões entre Diretoria e Reitoria o professor Francis disse que uns 15 ou 20 docentes eram suficientes. A Reitoria deu 12 claros num primeiro momento e mais 14 depois, totalizando 26. Quando eu fui eleito, apenas 26 claros estavam certos. Eu entrei então nos bastidores e assim conseguimos, juntamente com a pressão forte do Movimento Estudantil, aumentar esse número para 45. Conseguimos também antecipar 23 claros, que seriam concedidos em 2003, para 2002, totalizando 68 claros em 2002 e mais 24 claros em 2003. Dos 92 claros negociados, eu tive participação na negociação de 66 deles. Eu não negocie sob os holofotes, por isso não apareci muito durante a greve. Depois, houve toda uma negociação para desarmar a greve, e eu, como Diretor, fiz várias reuniões com os alunos de Letras, num clima de extrema cordialidade, mas também de autonomia entre as partes, e chegamos à conclusão de que a greve tinha que terminar para retomar o calendário normal das aulas, sem perda do primeiro semestre letivo de 2002. Eu creio que a greve foi uma greve pela qualidade dos cursos; foi uma greve em defesa de uma política de contratação

de docentes. Gostaria de afirmar que jamais chamei a Guarda Universitária para resolver problemas relativos ao Movimento Estudantil.

Muitos professores que eu entrevistei dizem que os cursos de Letras às vezes são deixados de lado, até mesmo na questão do prédio, que já é antigo e pequeno. O que o senhor acha disso?

Eu não acho que os cursos de Letras são deixados de lado. Se nós reconstituirmos, vários Diretores da Faculdade vieram do prédio de Letras. Tivemos o Erwin, o João Alexandre e o Francis, que antes de ser Diretor foi Vice-Diretor por 4 anos. Se o prédio foi deixado de lado é porque os Diretores que me precederam não trataram a Faculdade de Filosofia como um todo. Eu creio que alguns dos problemas do curso de Letras são consequência do ciclo básico, implantado de maneira intempestiva, de uma forma *ad hoc*, com um cunho puramente de ambição política por parte de quem o implantou. Se nós lermos a justificativa para implantação do ciclo básico não vamos encontrar o pedido de nem 20 professores para o curso. A idéia do Diretor anterior era fazer uma reforma de ciclo básico para toda a Faculdade e eu fui contra, assim como os chefes dos departamentos dos prédios de Ciências Sociais e de História.

Eu não sou contra o ciclo básico; eu acho que ele tem elementos de qualidade acadêmica que todos os alunos da Faculdade deveriam saber. Na Poli, a reforma dos cursos de engenharia levou oito anos para ser implantada. Na Faculdade, mal o Diretor assumiu a Diretoria, no ano seguinte o ciclo básico já foi implantado. E isso deu no que deu. Eu queria dizer que quando a Diretoria trabalha ativamente com todos os chefes de departamento, pensando na Faculdade como um todo, não tem como ela favorecer esse ou aquele departamento. Eu recebo aqui na minha sala qualquer pessoa da Faculdade, seja aluno, funcionário ou professor. Eu acredito que é assim que se constrói a democratização da gestão acadêmica da Faculdade de Filosofia; esse processo passa pela figura do Diretor, que deve estar sempre aberto a sugestões e críticas da comunidade da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, sem distinção.

PROF. DR. FLÁVIO DE AGUIAR

PROFESSOR DE LITERATURA BRASILEIRA DO DLCV

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



Professor, eu gostaria que você falasse sobre sua formação acadêmica.

Minha formação começa, de fato, nos Estados Unidos, no estado de Vermont, onde eu tive um contato mais sistemático com a Universidade.

Fiquei um ano lá, através de um programa de intercâmbio. Lá eu freqüentei algumas aulas de História da América Latina e, como eu pretendia fazer medicina na época, eu visitei o Departamento de Psiquiatria algumas vezes, o que foi ótimo, porque me fez desistir de prestar medicina.

Eu decidi então fazer Letras, sobretudo após ter tido aulas de Literatura Inglesa com a professora Gladys Colburn. Quando retornei ao Brasil, entrei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1966, e iniciei meu curso de Letras. Fiz 3 anos de curso lá, até 1968, e em 1969 eu me transferi para a USP, por vários motivos: um deles foi que eu havia perdido meu emprego no colégio onde lecionava, por razões políticas; outro foi que minha namorada havia se mudado para o Rio, para fazer pós-graduação, e São Paulo era mais perto do que Porto Alegre. Houve também uma razão acadêmica: eu queria fazer pós-graduação, e a USP era a melhor opção para mim, porque ela tinha a linha de trabalho que eu queria seguir, com Antonio Candido, Roberto Schwarz e outros.

Quando eu cheguei em São Paulo, em janeiro, a Faculdade havia sido despejada da Maria Antonia, e estava em curso o projeto de Reforma Universitária, que dividiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A minha sensação, hoje, é que eu cheguei num campo de batalha, em que as pessoas tentavam reconstruir a Faculdade.

Quando você entrou na pós-graduação?

Em 1971, logo após ter concluído meu curso de graduação. Eu queria dizer que esse período de chegada foi muito conturbado, seja pela falta de espaço físico para nossas aulas, seja pela repressão do governo militar. Eu me lembro de uma cena em que houve uma detenção em massa, e da qual eu consegui escapar, em que os policiais pediram os documentos de todos os detidos, que depois tiveram que retirá-los em algumas salas do CRUSP. Era um período de muita incerteza dentro do campus, porque havia uma série de delatores dentro das salas de aula.

Como o regime militar tratou os professores de Letras?

O regime militar poupou o departamento de Letras, talvez por achar que não se tratava de professores politizados. No entanto, o regime dizimou o departamento de Ciências Sociais, por exemplo, aposentando diversos de seus docentes. Apesar disso, remontou-se uma vida universitária a partir desse

momento, e instalou-se na Faculdade uma discussão sobre a sua divisão. É claro que a partir de certo momento criou-se uma mística de que a Faculdade deveria permanecer unida para impedir que ela fosse destruída. A idéia que se firmou naquele momento era de que a Faculdade deveria permanecer unida por solidariedade aos departamentos de Filosofia e Ciências Sociais, mais visados pela ditadura.

Entre os professores de Letras, havia um grupo, formado principalmente pelos professores da área de Letras Modernas, que era favorável à divisão, e esses professores tinham uma espécie de reivindicação de que Letras era “a prima pobre” da Faculdade, e que só com a divisão Letras teria maior possibilidade de desenvolvimento.

Nesse quadro ocorrem duas coisas fundamentais: primeiro, tem início um processo de massificação da Universidade, com o aumento do número de vagas, resposta do regime militar às pressões da classe média por mais vagas no ensino superior, e isso trouxe, após diversas reivindicações, aumento no número de professores. Através dessas contratações, ingressou na Faculdade um grupo de professores jovens, como eu, o José Miguel Wisnik e o Zenir Campos Reis, e nós nos recusamos a trabalhar de graça. Te digo isso porque era comum naquela época os professores trabalharem anos sem receber nada até que seu contrato fosse liberado.

Nossa posição era de que, assim que o contrato parasse, nós também parariamos. O professor Castello nos apoiou muito, e essa posição se tornou a posição dominante a partir desse momento, de que ninguém mais iria trabalhar de graça na Faculdade e na Universidade.

Esses novos professores contratados, grande parte deles era oriundo do Movimento Estudantil, foram de encontro com o plano de divisão da Faculdade. Nesse momento, os professores de Letras foram acomodados nos prédios do CRUSP, e a decisão de ir para o CRUSP foi tomada numa reunião de professores lá nos barracões. A ida ganhou por apenas um voto.

Os professores novos que enterraram o projeto de divisão então?

Em parte sim, porque a grande maioria era contrário à essa nova divisão da Faculdade. A votação final dessa divisão se deu em 1974, numa Assembléia de professores.

Você foi perseguido pelo regime militar?

Fui preso em 1971, num episódio que já narrei em outra entrevista. Tive também de deixar o Colégio Israelita Brasileiro, em Porto Alegre, onde lecionava, junto com 16 outros colegas, algo que chocou os alunos. Na Faculdade, houve

uma ocasião em que foi liberada uma lista com 5 professores, e eu era um deles, e era exigida a rescisão do contrato dessas pessoas. Houve uma movimentação por parte dos professores mais graduados contra essa lista e, com a ajuda do professor Eurípides Simões de Paula, colocaram panos quentes encima dessa questão. Depois, nos ficamos sabendo que a lista tinha saído de dentro da própria Universidade, e não de Brasília. O professor Paulo Emilio, que estava numa segunda lista que foi lançada, descobriu que era um grupo de dentro da USP que estava por trás de toda essa movimentação.

Você me disse que em 1983 aconteceu um fato importante aqui na Faculdade.

Sim, é verdade. No ano de 1983, uma pequena parte do atual prédio de Letras ficou pronto, e alguns professores do curso de Ciências Sociais tiveram a idéia de usar esse espaço para alojar a biblioteca de CS e de Filosofia. Nessa altura, os professores de Letras viram nesse prédio a oportunidade de desocupar o CRUSP e ocupar o nosso espaço. Isso reacendeu em Letras a questão da divisão, porque se nós ocupássemos o prédio, nós estaríamos nos reunindo à Faculdade de Filosofia; e se permanecêssemos no CRUSP, a divisão mais cedo ou mais tarde aconteceria.

O Movimento Estudantil estava renascendo nesse período, e havia uma movimentação por parte dos estudantes para recuperar o seu espaço. Eles já tinham reocupado um prédio do CRUSP, mas era uma ocupação um pouco irregular. No entanto, chegou o dia em que os estudantes decidiram ocupar o prédio em que os professores estavam instalados, e eles fizeram isso mesmo. Os professores de Letras estavam então numa encruzilhada: ou nós pedíamos para o Reitor chamar a polícia, ou aceitávamos a ocupação e nos mudávamos para o nosso inacabado prédio.

Houve uma Assembléia, no mês de setembro, que foi dramática, porque grande parte dos professores não queria compactuar com os policiais na expulsão dos alunos. No fim, a votação foi mais ou menos assim: 54 votos contrários a chamar a polícia, 43 a favor e 14 abstenções. Eu me recordo que quando nos fizemos a votação, eu tive a impressão de que a proposta favorável a chamar a polícia havia vencido, e eu pensei comigo mesmo que eu ia me demitir, porque não queria fazer parte de uma Faculdade que se presta a fazer um papel desses.

Letras passou então a se instalar no espaço da Faculdade, e a partir daí houve um movimento de reintegração da Faculdade, mesmo com a continuação dos grupos favoráveis à separação. O problema desses grupos era que eles não tinham um projeto unificado de separação, porque eles tinham diferenças internas muito fortes.

Houve um plebiscito na década de 90 para decidir se a Faculdade ficaria unida ou se separaria. Você acompanhou esse episódio?

Sim, acompanhei. Eu lembro que os estudantes foram contrários à divisão, e que entre os professores de Ciências Sociais, fora o Departamento de Ciência Política, que votou maciçamente pela divisão, houve um certo empate técnico entre as duas propostas. Isso foi muito importante, pois era voz corrente que esses professores seriam amplamente favoráveis à divisão. Nos demais departamentos a unidade venceu com folga. Só na Geografia a diferença foi apertada. Todo esse esforço pela unidade da Faculdade acabou criando uma identidade da Faculdade, que foi reforçada na greve de 2000, em que houve uma espécie de reencontro da Faculdade com o seu passado, dada a participação massiva dos estudantes da Filosofia ao lado dos docentes e dos funcionários.

PROFA. DRA. MARIA ELISA CEVASCO

PROFESSORA DO CURSO DE INGLÊS DO DLM

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



Professora, eu gostaria que você me falasse sobre sua formação acadêmica.

Eu sou parte de uma geração que ainda pôde estudar em colégio do Estado. Eu sou de Jundiaí, e lá o melhor colégio era o do Estado, o Instituto de Educação Experimental de Jundiaí. E lá no Instituto eu fiz uma coisa que se chamava curso clássico, um curso de humanidades, com professores maravilhosos que eram oriundos

da Faculdade de Filosofia. Quando chegou a hora de prestar vestibular, eu não tinha dúvidas: ou era a USP ou era nada. Quando eu vim para São Paulo, a Faculdade tinha acabado de se transferir para a Cidade Universitária. Eu fui da primeira geração que teve aulas nos barracões. A sensação de estar na USP era muito ruim e muito boa: ruim porque era tudo muito caótico, as coisas estavam mudando e havia medo no ar. Nós assistíamos às aulas com agentes do DOPS dentro da classe.

Ao mesmo tempo, era maravilhoso porque as aulas eram fantásticas, e o espírito irreverente da USP e das décadas de 60 e de 70 estava lá, muito presente. Eu lembro que a gente chamava o homem do DOPS, que era muito ridículo – ele usava terno e gravata numa classe onde as pessoas usavam jeans, tênis e camiseta -, a gente chamava o cara de DULCORA, que era um drops da época. Ele era o Drops Dulcora, o homem do Drops. A nossa diversão era oferecer drops para ele. É claro que isso sem prejuízo daquela ter sido uma época negra e muito difícil, com vários professores cassados e a gente tinha muito medo.

Do ponto de vista acadêmico era muito interessante. Eu, infelizmente, não fui aluna do professor Antonio Candido, mas a presença dele era muito marcante, especialmente nas aulas de Teoria Literária. Foi uma época de grandes descobertas, e foi aí que descobri que eu podia ligar duas coisas que eu gostava muito, literatura e política. Na minha cabeça literatura era as coisas que estavam nos livros, e política era aquilo que acontecia no dia a dia. Quando a gente começou a fazer análise literária aqui na USP, como “instrumento de descoberta e interpretação da realidade brasileira”, eu consegui ligar as duas coisas: eu consegui ligar que o estudo da literatura podia também ser um estudo que me permitiria conhecer melhor a realidade onde se dava a ação política, que era uma preocupação de toda a minha geração. Eu nasci em 1951, e as pessoas da minha geração eram inevitavelmente politizadas. O mundo se politizava à nossa volta, e era uma determinação dos tempos que nós nos politizássemos.

Você fez inglês e português?

Inglês e português. A gente tinha a oportunidade, naquela época, de escolher matérias, e eu lembro que o leque de disciplinas de Letras era fascinante. Eu tinha vontade de aprender russo, de aprender sânscrito, mas não dava tempo. Eu acho que a Faculdade era, e ainda é, um polo de discussão do mais alto interesse. Ela ainda funciona, cada vez com mais problemas, como uma espécie de consciência social da sociedade paulistana. Isso é muito importante, e eu sou muito agradecida pela oportunidade que eu tive quando vim para a USP. Há um diferencial na Faculdade de Filosofia que ainda persiste, uma certa herança histórica. Ninguém estuda impunemente numa Faculdade que produziu um dos maiores críticos literários de todos os tempos; a herança dele fica aqui. Nesta Faculdade passaram grandes professores, e eu acho que a herança dessas pessoas dá um núcleo de seriedade que é muitas vezes vivido pela Faculdade, mas que também muitas vezes é esquecido. Mas eu ainda acho que há momentos em que a gente se pergunta “E agora?”, e daí a Faculdade de Filosofia

se levanta, e isso é muito bonito.

Você via diferença entre os cursos de português e inglês?

Via sim. O curso de inglês naquela época foi um mundo de descoberta; eu sabia inglês muito bem, mas nunca tinha tido aulas de cultura e literatura inglesa. A gente tinha aulas em inglês, e aprendia muita coisa de que eu nunca tinha ouvido falar. A sensação que eu tinha era que eu estava descobrindo o mundo, e eu queria muito entender como é que a cultura organiza a mentalidade das pessoas. O estudo de uma literatura estrangeira é muito esclarecedor. Normalmente a gente imagina que cultura é uma coisa que só os outros têm, e que nós fazemos as coisas “naturalmente.” É interessante estudar uma literatura estrangeira porque você percebe os modos de organização dos significados e valores dessa sociedade. Você percebe uma linha de organização que caracteriza essa cultura. E na sua cultura você tem mais dificuldade de perceber isso, porque para você não há organização, porque são coisas ditas naturais. Quando você adquire esse olhar sobre a cultura do outro, você começa a olhar para a sua própria cultura. Efetivamente, é fascinante. Isso foi dar, anos mais tarde, na linha de pesquisa que eu desenvolvo na pós-graduação, uma linha de pesquisa chamada “Viagens teóricas”, onde a gente estuda como as teorias culturais de lá entram aqui, e quais são os casamentos que essas teorias fazem. Eu acho que foi muito importante para mim ter estudado inglês.

Às vezes me dava aflição, porque tem tanta coisa interessante no Brasil para se estudar, e eu pensava “por que não deixo que eles estudem a si próprios?”. Mas no mundo globalizado de hoje, as diferenças entre nós e eles vão ficando cada vez mais misturadas, e eu acho que esse é um momento interessante para se trabalhar com as duas culturas.

Inglês tinha uma carga de leitura muito grande, e era um mundo que a gente não conhecia. Nas aulas de literatura do curso de Português, nós estávamos lendo José de Alencar, Machado de Assis, Guimarães Rosa entre outros. Em literatura inglesa era quase tudo pela primeira vez. O curso de língua mudou muito de lá para cá; hoje, é um curso muito mais voltado para a pesquisa, mas na nossa época era mesmo um curso de ensino da língua inglesa. Para eu e a Sandra Vasconcelos que já dávamos aulas de inglês desde o primeiro ano da Faculdade, a parte de língua do curso era realmente um porre. Mas era gostoso, porque eu ficava normalmente conversando no cafezinho. Efetivamente, eu continuo achando que um dos lugares mais interessantes da Faculdade é o cafezinho, um lugar de troca, e de troca desarmada. Eu sinto a falta de um debate acadêmico organizado aqui na Faculda-

de. A gente tem no Brasil uma tradição de não enfrentar as idéias. Por exemplo, nas universidades americanas, depois que você explica uma coisa, os alunos te perguntam “Por que?”, ou falam “Eu discordo”. Aqui parece que se você discordar das minhas idéias você está brigando comigo, você está sendo desagradável, e não é nada disso; o progresso científico se dá através do debate.

Mas parece que há um certo receio por parte dos alunos de discordarem dos professores, temendo alguma represália.

É por isso que eu sinto falta da minha geração. O nosso mote era “Não confie em ninguém com mais de 30 anos”. Eu quero que meus alunos me enfrentem; os alunos de quem eu mais gosto são aqueles que me enfrentam. Eu não quero produzir clones, eu quero dar elementos para as pessoas pensarem, e para isso elas têm que me desafiar.

Voltando ao cafezinho, a gente não têm essa oportunidade de troca de experiência com nossos colegas. Por isso eu comecei a introduzir aqui na Faculdade, a partir da década de 90, o curso de Estudos Culturais, uma disciplina que tenta trabalhar no cruzamento de várias disciplinas para dar conta do cruzamento dos fenômenos na vida real. Por exemplo: você pode estudar literatura sem estudar história? Você pode estudar literatura e história sem estudar filosofia? Não dá. Você também não pode estudar nada disso sem estudar o desenvolvimento econômico. Tudo isso é ligado.

Meu sonho para a Faculdade, seguindo isso que eu te disse, é que nós lutemos cada vez mais contra a compartimentalização, porque ela nos impede de pensarmos juntos; ela deixa a todos nós mais pobres por causa disso.

Parece que a Faculdade foi construída para que se evite esse contato entre os cursos e os departamentos.

Você acha que é paranóia dizer que essa divisão foi proposital? Pode ser que seja paranóia, mas como dizem “o fato de ser paranóico não quer dizer que não estejam te perseguindo”. A coisa é assim: tinha que ser um prédio só. Realmente seria o máximo se fosse tudo junto, mas já que não é tudo junto eu acho que nós podíamos ter um espaço de discussão. Há muito tempo nós tentamos fazer aqui na Faculdade um projeto acadêmico, e uma das metas era desenvolver um processo de aglutinação, mas daí esbarra no dia a dia, no acúmulo de tarefas, nos entraves burocráticos.

Você acha que a Faculdade está fechada em si mesma?

Acho, e acho que é um problema muito sério. Todos nós sabemos lidar com isso do ponto de vista intelectual. Se você

perguntar para qualquer professor aqui, ele vai te dizer que isso é de propósito, que essa fragmentação do saber, essa alta especialização funcionam como avanço científico. Mas isso também funciona como elemento de segregação, porque quanto mais especializada sua linguagem, menos ela circula no mundo a que ela se destina. Isso é muito triste: nós produzimos todo esse saber para quê? Eu acho que nós temos que pensar maneiras de fazer esse trânsito entre a universidade e a sociedade. Esse trânsito tinha que ser feito na nossa própria forma de produzir conhecimento.

Você pega a prosa do Antonio Candido e a prosa de um intelectual mais recente, a minha, por exemplo. Nós usamos uma série de termos, uma série de jargões que afastam o leitor, enquanto os intelectuais do tempo do Antonio Candido eram críticos de jornal, escreviam notas de rodapé. Eu não tenho a resposta, mas se alguém me perguntar para onde nós temos que ir, eu acho que é para aí.

É difícil pensar pensamentos autênticos onde impera a inautenticidade. O mundo está organizado para você ser inautêntico e superficial. É o mundo da superfície, da aparência, do shopping center. Esse mundo está organizado para que tudo seja rápido, fácil, sem pensar. Porque se você pensar, você não compra. Eu digo para você “compre esse Nike que você vai ser feliz”, e você vai lá e compra. Ele é confortável, mas o problema é que ele não te faz feliz. Há aí uma disjunção entre a aparência e a realidade. A cultura toda está organizada para ajeitar o funcionamento do sistema. A Escola de Frankfurt, por exemplo, escrevia daquele jeito porque ela queria demonstrar que para pensar é necessário um esforço. É um trabalho para chegar naquele conceito. Você tem que enfrentar a prosa do Adorno, e no caso dele você enfrenta a prosa e o prêmio vale a pena. Isso não impediu que uma série de pessoas escrevessem difícil apenas para parecerem chiques.

Como eu te disse, eu acho que nós temos a obrigação de democratizar o saber que nós produzimos, mas isso tem um “lado ruim”, porque essa democratização, essa desmistificação do meu saber faz com que eu perca a aura. É um processo complicado porque “euzinha” fico menos bacana, porque de repente eu estou apenas fazendo um trabalho como outro qualquer. No fundo da minha alma, é exatamente isso que eu penso, que trabalho intelectual é como outro qualquer. É tão importante, tão interessante, tão fundamental quanto construir casa, lavar roupa, produzir tijolo. Não devemos nem mitificá-lo nem barateá-lo.

Você se lembra de um movimento de quase divisão da Faculdade no final da década de 80?

Lembro como se fosse ontem à tarde. Eu lutei loucamente contra esse processo. Agora, não resta dúvida que de fato a Faculdade é dividida. Eu tenho impressão que a divisão da Faculdade fala a linguagem do tempo; a divisão da Faculdade é a atitude mais lógica a se tomar, desde que você concorde que o nosso tempo é bom e que ele deve ser reforçado. Se você, como eu, acha que nosso tempo deve ser modificado, aí a divisão da Faculdade é a pior coisa que pode acontecer. Se você dividir, você está falando a língua do inimigo, e como a Faculdade é fraca diante desse inimigo, que é forte, a união ganhou, mas deu a divisão. A união ganhou mas não levou. Manteve-se a união formal, mas o que existe na realidade é uma divisão clara dentro da Faculdade. Imagine que fossem dois times, o que é uma simplificação, o da divisão e o da união: o pessoal da união ganhou o jogo, mas quem ganhou o campeonato foi o pessoal da divisão.

Você acha que grandes organizações não conseguem funcionar? A Microsoft é uma organização pequena? A IBM é uma organização pequena? Isso é um mito. Não é a complexidade e o tamanho que tornam a instituição ineficiente, são os modos de lidar com isso. Mas eu ainda acho que quem levou foi a divisão.

Como você compara o curso de Inglês dos seus tempos de graduação com o curso de Inglês dos dias de hoje?

MEC: Eu me considero uma pessoa otimista. Nos últimos 10 anos, houve uma mudança de atitude por parte dos alunos, principalmente dos alunos de inglês. Houve um momento em que os alunos, os de inglês especialmente, que são os que eu conheço melhor, vinham aqui com um espírito utilitário. Foi a Geração dos yuppies, uma fase bem utilitarista. Isso é bem fácil

de achar em inglês, que é o TOP 10 de Letras. Eles se acham lindos, maravilhosos, o máximo, e eles são isso, mas a nossa função é mostrar para eles que eles podem ser e não se achar assim.

Esse espírito utilitário os tornava pessoas menos interessantes. Eles iam passar a vida aplicando idéias, tirando resultados; iam ter uma vida chata, sem graça, e pouco produtiva. Acontece que nos últimos anos, com a crise econômica generalizada, eu acredito que está havendo uma politização dos estudantes. Eles são pessoas mais desconfiadas das promessas do mundo utilitário, e eu atribuo isso efetivamente a mudanças históricas. O mundo neoliberal prometia que se todos se tornassem bons consumidores, todos seriam felizes e viveriam bem para sempre, só que isso não deu certo. Nós temos uma geração que está muito ávida para entender por que eles foram logrados. A sensação que eu tenho é que essa criançada que está por aí é muito interessante. Eu acho que ainda pode dar certo.

Para finalizar, você se tornou uma grande estudiosa da obra do crítico Raymond Williams, um dos fundadores dos Estudos Culturais na Inglaterra da década de 50. Como você entrou em contato com esse autor?

Conheci a obra de Williams como crítico literário de referência para o estudo do romance inglês- a força de um livro como *O Campo e a Cidade* me levou a procurar mais sobre ele e me dedicar a estudá-lo. Os estudos culturais foram consequência. Os novos tempos pedem novas formas de estudar a cultura e a obra de Williams é fundamental na organização dessa mudança.

PROFA. DRA. SANDRA GUARDINI TEIXEIRA VASCONCELOS

PROFESSORA DO CURSO DE INGLÊS DO DLM

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO

Em que ano você entrou na Faculdade de Filosofia?

Eu entrei em 1972, e terminei o bacharelado em 1975 e a licenciatura em 1976.

Qual sua impressão da Faculdade quando você começou seu curso?

É difícil dizer. Eu vim de Campinas, e entrar na USP era o que eu mais queria na vida. Para mim, era realizar um grande desejo. Nessa época, grandes nomes ainda davam aulas na

Faculdade, e por isso a Faculdade tinha toda uma aura em torno dela.

Quando prestei vestibular, decidi fazer dupla habilitação, português e inglês. Português, porque desejava uma formação em literatura brasileira bastante consistente. E inglês, porque considerava que seria útil para mim, pois já dava aulas de inglês na época. Trabalhei bastante na área de língua e literatura inglesa, mas grande parte dos meus estudos, do meu esforço acadêmico, foi direcionada para a área de literatura

brasileira.

Você teve aulas com Antonio Candido?

Sim, tive aulas com ele no último ano da graduação. Tive a oportunidade de cursar uma disciplina optativa de Teoria Literária com ele, numa sala com sete ou oito alunos.

Em que ano você começou a pós-graduação?

Comecei em 1977. Naquele tempo, as classes de pós-graduação tinham um número bem reduzido de alunos, 12 no máximo. Hoje, a pós-graduação virou meio que uma coisa de massa, com classes imensas. Os cursos não perderam a excelência, mas fica mais complicado para os alunos, já que as classes grandes não abrem muito espaço para a discussão dentro da sala de aula.

Naquele tempo os alunos se preparavam mais para as aulas?

Sim. Olha, era impensável um aluno entrar na aula da graduação ou de pós sem ter lido o texto, o romance ou o poema. Isso nem passava pela nossa cabeça. Só que hoje vejo que não é bem assim.

Você participava do Movimento Estudantil?

Não. Quando entrei na Faculdade, já dava aulas de inglês e, em 1973, comecei a dar aulas na Cultura Inglesa. Toda minha militância se deu no sindicato, e não no meio estudantil.

Como era o ambiente da Faculdade?

Tive uma passagem *sui generis* pela Faculdade, porque não ficava aqui depois do período de aulas. A gente ouvia falar que havia policiais disfarçados no campus, mas nunca conheci um desses agentes.

Eu vinha para a aula de manhã, e tinha de dar aulas à tarde. O meu tempo aqui era o tempo da aula; não podia ter uma convivência muito grande na cidade universitária por causa do meu trabalho. Quando entrei aqui, nós ainda tínhamos aulas nos barracões, onde hoje estão os prédios do Instituto de Psicologia. Era um lugar muito precário; não tinha lugar para ficar, não tinha um centro de vivência para os estudantes. Depois nós mudamos para as Colméias, que também não eram um lugar apropriado para se ter aulas. Não havia um convite muito intenso para que os alunos permanecessem na Faculdade.

Não tive uma convivência estudantil no nível da militância, como muitos alunos fazem hoje, o que acho muito saudável.

Quando você terminou o mestrado?

Levei um tempo grande para terminar meu mestrado. Naque-

la época, os prazos não eram tão exíguos, e fiz o mestrado em sete anos, porque foi um tempo que achei necessário, dadas as condições sobre as quais já falei, das aulas que dava na Cultura Inglesa. Naquela época eram cinco disciplinas, hoje são três. Defendi minha dissertação no final de 1984, e em 1985 eu resolvi dar uma parada. Voltei em 1986 para fazer o doutorado, só que já dava aulas aqui na Faculdade, tinha sido contratada através de um processo seletivo em março de 1984. Fiquei dando aulas aqui e na Cultura por um período, mas quando iniciei meu doutorado já dava aulas exclusivamente aqui. O doutorado terminei em cinco anos.

Sua pós foi em Inglês?

Não, foi em Teoria Literária. Tanto o mestrado como o doutorado foram sobre Guimarães Rosa. O que explica um pouco o tempo que levei para fazer as teses. Todo objeto de pesquisa demanda tempo para ser pesquisado, mas grande parte da minha pesquisa foi feita em arquivos (no IEB), o que aumentou o tempo. Tive de aprender a trabalhar com documentação.

Como foi começar a dar aulas aqui na Faculdade?

Comecei a dar aulas de língua inglesa. Quando eu entrei aqui em 1984, a área de Inglês era organizada de maneira diferente; não havia uma divisão semelhante à de hoje. A língua era uma porta de entrada para os professores que queriam trabalhar com literatura, tanto que fiquei de 1984 a 1987 dando aulas de língua. Em 1987, uma professora de literatura se aposentou, e passei a dar aulas de literatura, onde estou até hoje.

Mas hoje nós fazemos essa exigência de que o pesquisador de língua dê aulas de língua, e que o pesquisador de literatura dê aulas de literatura. Nesse sentido, acho que houve uma mudança considerável no curso de Inglês.

No final dos anos 80, surgiu no prédio de Ciências Sociais um movimento para dividir a Faculdade de Filosofia. Você participou desse movimento?

Particpei sim. Na verdade, foi uma época difícil da Faculdade, porque havia em jogo concepções políticas, acadêmicas e até financeiras. Creio que havia uma certa idéia do curso de Letras como um estorvo: muito grande, muito difícil de organizar, com muitos problemas para serem resolvidos. Havia uma certa idéia de que se dividíssemos a Faculdade, ela poderia ser melhor administrada, mas nunca acreditei que a divisão da Faculdade deveria ser feita; sempre batalhei pela manutenção da unidade, e isso em função de uma concepção do que deve ser o aprendizado, um curso na área de Humanidades. Mas, apesar de termos mantido a unidade, ainda não conse-

guimos fazer com que essa unidade se reflita no cotidiano dos alunos, através de um trânsito um pouco mais flexível entre os diversos departamentos. As relações entre Letras e Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Letras e História são evidentes, mas nós não conseguimos colocar a teoria em prática através de uma estrutura disciplinar que permita esse trânsito. Espero que essa proposta nunca volte a ser feita, mas se um dia ela voltar continuarei lutando a favor da manutenção da unidade da Faculdade. Não tenho a menor dúvida disso.

Como foi sua experiência como Chefe do DLM?

A chefia de um departamento é uma tarefa muito difícil, porque você tem uma série de responsabilidades, mas não tem as condições práticas para resolver os problemas. Penso que foi um período muito difícil da minha vida; só assumi a chefia porque acreditei que isso era uma tarefa política, num momento em que o DLM estava muito dividido. Fui então procurada por um conjunto de professores que achavam que eu poderia assumir essa tarefa, de minimamente tentar reorganizar o departamento. Creio que tivemos esse ganho; de fato, houve um esforço nos quatro anos da chefia de reorganizar, recompor o departamento, que estava muito desgastado devido a conflitos internos. O desgaste pessoal, porém, é de tal ordem que eu não gostaria de repetir essa experiência nunca mais. Ao final dos quatro anos, estava desesperada para voltar ao meu cotidiano de professora.

Nunca deixei de dar aulas ou de publicar, mas minha vida acadêmica encolheu um pouco durante o tempo da chefia, porque a burocracia é inclemente, ela toma muito tempo, além

do tempo passado em inúmeras reuniões.

Como eram esses conflitos?

Eram conflitos de interesse. Nós tivemos problemas setoriais, dentro das áreas do departamento, e esses conflitos estouravam depois no Conselho Departamental. Tudo precisava então ser negociado, e essas negociações são demoradas, só que não tenho um ritmo lento. Não tenho muita paciência quando a coisa é muito devagar e não anda.

Você participou da Greve dos alunos em 2002?

Particpei, mas tive uma participação um pouco distanciada, até porque queria me preservar um pouco.

Mas você era favorável à greve?

Completamente favorável à reivindicação dos alunos, mas até um determinado momento. Mais no final da greve, assim como vários colegas de Letras, achei que a greve tinha chegado ao seu limite, e que os alunos tinham de encerrá-la. Fiz parte de um grupo de professores que era favorável ao fim da greve, e contra o qual os alunos se colocaram. Nós tínhamos uma avaliação política de que a greve tinha se esgotado como instrumento de luta, que 92 claros eram uma conquista inédita, e que devíamos saber a hora de parar e sair com força para continuar lutando por novos claros.

Um grupo de alunos passou a tratar esse grupo de professores como inimigos, o que era um equívoco; queríamos as mesmas coisas, só estávamos de lados diferentes quanto à questão do encerramento da greve.

PROFA. DRA. ZENIR CAMPOS REIS

PROFESSORA APOSENTADA DE LITERATURA BRASILEIRA

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO

Professor, eu gostaria que o senhor falasse sobre sua formação acadêmica.

Entrei na Faculdade de Filosofia em 1965 para estudar Letras Clássicas, ou seja, Grego, Latim e Português. Assim foi por 3 anos, e no final de 1967 fui eleito Presidente do Centro Acadêmico de Letras, que na época se chamava CAELMA, Centro Acadêmico de Estudos Literários Machado de Assis.

Em 1968, veio o movimento estudantil, e eu não ia à Faculdade para estudar; entrava nas salas de aula para debater o movimento estudantil com os colegas. A partir de abril, quando

foi assassinado no Calabouço, Rio de Janeiro, o estudante Édson Luís, as pessoas que tinham alguma militância estudantil não estudaram. Depois, em 1969, quando voltei a estudar, percebi que não tinha condições de acompanhar o curso de grego, por isso tranquei esse curso, e só me formei em português. Terminei o bacharelado nesse ano, e a licenciatura, em 1970, na Faculdade de Educação. Era uma Faculdade problemática porque grande parte dos professores fazia doutrinação política a favor das Reformas que estavam em curso, e que contestávamos nas ruas.

Como era o Movimento Estudantil em 1968?

1968 foi um ano muito complicado, porque a situação política geral do país estava muito difícil. Foi um ano em que o Movimento Estudantil acabou sendo um dos pretextos para que fosse dado um golpe dentro do golpe, com o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968.

É preciso dizer que alguns partidos de esquerda arregimentavam quadros estudantis para fábricas, para áreas rurais. Esse trabalho, estudantes ligados ao movimento operário, foi obra de alguns partidos, e não do Movimento Estudantil.

Quando o senhor começou a trabalhar na Faculdade?

Comecei a trabalhar em 1973, juntamente com o pessoal daquela foto que você falou: José Miguel Wisnik, Antonio Dimas, Alcides Villaça, Roberto Brandão, Amauri Sanchez e Flávio de Aguiar, além de outros professores que não estão nessa foto. O prof. Hélio Lopes tinha sido contratado antes, creio que em 1969. Na verdade, a gente começou a trabalhar em 1972, como professor voluntário, sem salário, mas com a garantia de que seriam abertos concursos para nós. Os concursos não foram abertos, e então nós interrompemos as aulas no segundo semestre de 1972. Abandonamos as salas porque não aceitávamos o trabalho gratuito, a que alguns se acomodavam, pelo prestígio de estar na USP.

Em 1973, fomos contratados a título precário, posição em que ficamos até o concurso de efetivação, em 1975 ou 1976. Esse concurso era o momento acadêmico da efetivação das pessoas, e dele constavam prova escrita, aula pública, memorial e arguição de currículo. Foi um concurso aberto, e havia um candidato de fora da Faculdade. A banca era composta pelos professores Antonio Candido, Alfredo Bosi e José Aderaldo Castello. Existia uma outra parte do processo de admissão que era a censura ideológica, feito diretamente em um anexo da Reitoria, pelo Serviço Nacional de Informação (SNI). Além de passar por um concurso intelectual, a gente tinha que passar pelo crivo do regime militar, o chamado “estágio 2”. Esse é o motivo por que alguns professores da Faculdade não prestaram o concurso, como o professor Lafetá, porque se sabia que eles não iam ser aprovados pelo regime. Todo esse material relativo à censura foi destruído por um funcionário da Reitoria.

Alguns professores dessa foto não passariam pela censura ideológica, mas todos passaram graças à posição de relativa autonomia do Reitor na época, professor Miguel Reale, ex-integralista e simpatizante do golpe de 64, mas intelectualmente sério. Fomos contratados em regime de tempo parcial, e

nosso grupo de Literatura Brasileira, fez um acordo: quando saíssem novos contratos, não utilizaríamos a verba para contratar mas para melhorar a condição salarial dos que já estavam trabalhando. Esses, passariam ao regime de turno completo e, finalmente, ao de tempo integral, única situação que considerávamos digna. (Esta luta foi encampada pela ADUSP e passou a política oficial da USP). Sacrificando o número de professores, nós nos responsabilizamos a dar um número maior de aulas em troca da melhoria de salário.

Os professores foram efetivados logo em seguida ao concurso?

Não. Eu, por exemplo, fui o último a ser efetivado, nove meses depois de aprovado no concurso.

O senhor trouxe um pouco da militância estudantil para a sala de aula quando se tornou professor?

Acredito que sim. Nos anos 70, sempre havia um policial dentro da sala de aula, mais ou menos explícito. Existia um clima opressivo na sala de aula. Alguns deles eram agentes provocadores, que faziam perguntas para que respondêssemos o que eles queriam ouvir. Acho que houve um policial que cuidou especialmente de mim, porque anos depois o encontrei na Biblioteca Mário de Andrade, e ele me pediu para tirar cópias na minha cota de xerox. Engraçado que enquanto nós conversávamos, ele deu minha ficha, atualizadíssima, onde eu trabalhava, morava, etc.

Isso depois do regime militar?

Sim, depois do fim do regime, e ele ainda vinha acompanhando minha vida. Não sei se essas este acompanhamento cessou hoje em dia. Outro caso envolvendo esse policial foi na exposição do centenário de Graciliano Ramos, em 1992, que ajudei a organizar, e lá estava ele, e o engraçado é que ele se apresentou ao professor Castello como professor de Chinês.

O senhor também “ocupou” o CRUSP junto com os outros professores de Letras?

Essa é outra história complicada. A contratação desse grupo foi negociada de uma maneira muito desagradável para nós. Ganhamos os prédios das Colméias, os contratos, mas nossos gabinetes eram em apartamentos do CRUSP, o que era extremamente desagradável, ainda mais para quem tinha um passado de militância estudantil. Nossas contratações foram utilizadas para ocupar o CRUSP.

Qual sua reação quando os estudantes reocuparam o CRUSP?

Simplesmente entreguei a chave do meu gabinete para os estudantes.

Em que ano o senhor se aposentou?

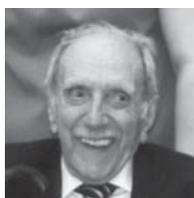
Eu me aposentei em 1998, e a principal causa foi a campanha

de “demonização” do funcionalismo público que teve início no governo Fernando Henrique, e que continua ainda hoje no governo Lula. Uma campanha baseada em mentiras e difamação.

ESPAÇO MEMÓRIA

DISCURSO PROFERIDO PELO PROFESSOR EDUARDO D’OLIVEIRA FRANÇA

PROFESSOR EMÉRITO



Acabaram-se esses bons e descuidados tempos quando imigrei para São Paulo, Faculdade do Largo de São Francisco, ensino pago, bem me lembro. Amei a Faculdade, mas nunca me integrei todo, com a sensação de insegurança, de anonimato, com professores que não me conheciam – um entre duzentos e setenta. Pouco *XI de Agosto*. Logo, para fazer render o tempo que desperdiçava, matriculei-me na Escola Normal da Praça, onde meu pai havia estudado. Professor normalista hereditário, passei depois para a Escola de Professores do Instituto de Educação, já sob o influxo do movimento da Escola-Nova que brotava das efervescências de 1930. Desabrochou-se em mim aquele desastrado pendor pela docência: eram de elite os professores que encontrei, e acreditavam no que ensinavam.

Mil e novecentos e trinta e dois, eu era calouro de Direito, quando chegou a revolução dos paulistas contra a ditadura. Aquele clima apaixonado intoxicou-me irreversivelmente desde amor à liberdade que, como um vício, nunca mais me deixou.

A trincheira é uma grande escola: aprende-se não só a enfrentar o perigo sem esquivas, mas sobretudo a valorizar o companheirismo, a apurar o valor dos outros e a amar o chão da trincheira que nos protege. Setor Sul, Batalhão *Fernão Sales*, motivo de exaltação para cada um de nós, “pátria-amadas” recrutados a granel. Outra vez, não vou rememorar nomes de soldados e comandantes, para não abusar das recordações. Havia uma “irmandade”, uns dez, na qual eu era o caçula, o mais rico em inexperiência. Depois, a volta para curtir a tristeza da derrota, derrota militar, mas não das convicções e das esperanças adiadas mas não abandonadas. Amor contrariado vira teimosia.

Foi então que a geração de 32 descobriu que tinha um compromisso nascido da decepção injusta – vencer em outro plano para reaver o bem perdido. A liberdade havia de voltar, choramingávamos de raiva. E foi assim que vimos nascer, nos escombros do sonho político, a Universidade de São Paulo, a oferecer horizontes para a busca da redenção dos espíritos machucados pelo desgosto da derrota. Não vou fazer a defesa dessa revolução que certos setores que estiveram à margem pretendem desfigurar como uma tentativa de revanche burguesa, como se do lado de lá estivessem cavaleiros da Távola Redonda, eles, os ditatoriais. A Revolução de 32 foi uma unanimidade paulista. Foi nesse chão, molhado de desilusões, que brotou a Universidade de São Paulo não como um capricho, mas como uma claridade acesa no lusco-fusco da ditadura então em relutante agonia.

Com ela nascia, filha temporã da inteligência paulista, a Faculdade de Filosofia. Havia fome de um saber maior, mais atual: vinha de longe, de 1922. Aderi à investida e optei pela História e Geografia depois de muito hesitar abandonando o Instituto de Educação onde ajudara a fundar o Grêmio 2 de Agosto, sempre com a idéia de ser preciso unir para combater.

A Faculdade de Filosofia entreabria-se como uma revelação. Seus professores, os estrangeiros mais que os outros, incitavam-nos a participar de uma atividade intelectual atualizada, retemperada. Se nos faltava um pouco mais de força, não nos faltava uma positiva disposição de espírito. Há quem diga que a Faculdade foi idealizada para formar uma vanguarda cultural a serviço da oligarquia paulista destronada em 30, mas que, no decorrer do tempo, contagiada ela pelas Esquerdas, justamente o contrário terá acontecido quando o fluxo dos ex-alunos passou a questionar a ordem social que se pretendia preservar. Não creio nesse diagnóstico. Ninguém intentaria nos ensinar a pensar por procuração. Certo

amadureceu nos ânimos uma visão crítica das estruturas existentes. A Faculdade porém, sensibilizada para as inquietações do tempo, proporcionava um pouco de tudo o que a sociedade mal desperta podia reclamar. Não se cogitava de induzir adesões, apenas se oferecia um pouco de luz para as definições de cada um. Alguns, talvez por timidez, preferiam se definir pela indefinição.

Na Seção de História e Geografia, que eram íconhas de início, sentia-se uma espécie de deslumbramento pelas novidades. Para nós alunos não havia espaço para a monotonia do já sabido. As aulas eram poucas mas nós éramos importantes para os professores que cuidavam a sério de nos preparar, sem descurar suas pesquisas. Braudel, por exemplo, confidenciou mais tarde ter lido então, para sua tese, quilômetros de microfilmes buscados nos arquivos do Mediterrâneo. Mombeig, sem alarde, ia recolhendo dados para sua tese sobre cousas pioneiras.

Ninguém resistia ao fascínio da iniciação, das insinuações bibliográficas que nem sempre lográvamos detectar. Minha turma, a Segunda, era uma leva de professores primários comissionados; trazia experiência de docência. Foram três anos que correram depressa, ciganeando as classes de um lugar para outro. Da Faculdade de Medicina, fomos expulsos para a mansão Cássio de Macedo Soares, daí, para a Alameda Glette, para a Praça da República e, mais tarde, quando eu já era assistente, para a rua Maria Antonia, a fase de ouro da Faculdade. De novo despejados, fomos encostados numa ala da Reitoria, hoje Reitoria Velha, até ganhar sede própria onde agora estão, desdobrados, os dois departamentos justapostos, um cuidando do tempo, outro cuidando do espaço.

Licenciado, andei pelo ensino particular. Por concurso, ganhei a Escola Normal Padre Anchieta, onde conheci melhor a alegria de ensinar. Dei aulas na Faculdade de Filosofia do Mackenzie dirigida por outro licenciado, Willy Maurer. As melhores lembranças: o Colégio Rio Branco, o Bandeirantes, a Escola de Comércio Rui Barbosa no Brás.

Afinal vim parar na minha Faculdade: era um sonho realizado. Indicado pelo professor Fernand Braudel às vésperas de voltar para a França, tornei-me assistente de Eurípedes Simões de Paula – História Antiga e Medieval. No breve retorno de Braudel fez-se sua vontade: tornei-me seu assistente de Moderna e Contemporânea e, ao depois de seu sucessor, o Prof. E. Léonard, o grande historiador da Reforma. Fui também professor do Colégio Universitário e, encarregado de curso para Letras Clássicas, onde tive uma das melhores turmas de então, turma que veio a dar um rol de catedráticos. Lecionei ainda na Faculdade *Sedes Sapientiae* de Mère Jeanne, paraíso perdido com suas alunas bem comportadas,

hoje desfeita, incorporada à PUC. Vi o primeiro doutoramento e os primeiros concursos de cátedra. Por vezes ponho-me a lembrar minhas cascatas de aulas e a sentir como era bom ser professor e ter os colegas e alunos que tive.

Veio depois o doutorado em meio ao atropelo das aulas e em regime de tempo parcial. Então, nada de bolsas. Desacatei *O Poder Real em Portugal* e a banca foi conivente comigo. Com a retirada do Prof. Léonard, já na regência da cadeira, fiz o concurso de catedrático revivendo *Portugal na época da Restauração* e, com a cátedra ganhei o cobiçado tempo integral, o que me obrigou à monogamia e à despedida daqueles lugares onde lecionando, eu fora feliz talvez sem saber. Ganhava saudades com indenização por tempo de serviço.

Na cátedra, tive muita sorte na escolha de meus assistentes: com raras exceções, foram companheiros leais e competentes que deram prestígio à cadeira que se tornou, graças a eles, das mais respeitadas do Departamento de História que se criava com a separação da Geografia, desquite amigável para nos defender do imperialismo geográfico, embora nos afastasse de uma esquipe de eleição.

Não insistirei sobre colegas que tive cuja lembrança me entristece: dos quatro mosqueteiros – Eurípedes, Astrogildo, Pedro Moacir e eu mesmo, sem nunca saber qual de nós seria o Dartagnan. E mais Alfredo Ellis. E ainda os portugueses, de Torquato Soares a Barradas de Carvalho, e os franceses, de Glenisson a Carbonell. Ao depois, a chegada da nova geração de ex-alunos: Nunes Dias, Miriam Ellis, Sonia Siqueira. E mais aqueles que não alcançaram a cátedra, tanta gente boa, muito boa e que seria longo enunciar. E ainda os que só mais tarde viram a ser titulares.

Continuo a passear em meio às recordações que, a mais e mais imprecisas, vão se apagando. Cedo, desde os primeiros tempos, tivemos de lutar pela Faculdade: a guerra dos ex-alunos, repto desigual contra a incompreensão e a hostilidade. Confesso que não éramos modelos de simpatia convencidos de que estávamos predestinados a mudar os rumos do ensino e da cultura. Nossas fumaças não nos clareavam os caminhos. Para os recontros impunha-se a mobilização permanente: ajudei Milton de Oliveira a criar o Grêmio dos alunos e, logo depois, a instituição da Associação dos ex-alunos da qual fui vice-presidente de João Ernesto de Souza Campos e de Lívio Teixeira; entidade combativa que os sucessores deixaram morrer, talvez em conexão com a divisão da Faculdade. Foram anos de combate desigual, quando meio resistia à irrupção dos licenciados. Nos primeiros concursos para o magistério, concursos arrancados à malevolente Secretaria da Educação, logramos os primeiros lugares. Cheguei a fazer um deles e obtive um segundo lugar, mas não escolhi cadeira:

inscrevera-me só de briga.

Nesta linha de conquista, juntei-me a um grupo de licenciados capitaneados por Souza Campos para formação de um ginásio, o Saldanha da Gama na Avenida Angélica. Teste de vida profissional que, infelizmente para a causa, durou pouco, e eu nunca soube onde foi que erramos. Porfias dos primeiros anos, delas participei cheio de convicção. Co'os diabos, repeliavam-nos quando apenas tentávamos revitalizar o ensino secundário: para isso fôramos armados cavaleiros. Em uma seqüência de escaramuças cujo cenário começava em nossa própria casa – a Universidade.

Esta a vida que mais me empolgou: era como brigar por mulher armada. Extensa é a crônica dessa luta com alternâncias de reveses e vitórias, mas sem desânimos nem renúncias. Desde quando não sei. Em outra altura quisemos ter Congregação – eu era então regente substituto – que nos era negada, sujeitando-nos ao arbítrio do Conselho Universitário, e uma persistente minoridade. Compusemos, por vontade própria, a nossa Congregação, tomando o direito de deliberar sobre nossas vidas. A animosidade vinha dos primeiros tempos, chegando Fernando de Azevedo, um fundador, a renunciar a seu mandato no Conselho. Fui por vezes representante desta Congregação no Conselho Universitário, e sei quanto era árduo o desempenho da delegação recebida a ponto de ser desafiado para apanhar na rua quando da defesa de professores nossos, ou de ser aconselhado pelo Reitor a renunciar ao opor-me a um arranjo duvidoso com o Governo que relutava em pagar o que devia à Universidade. Colegas ilustres, os poderosos do Conselho bloqueavam a Filosofia, temerosos de que, conforme a concepção dos fundadores, ela viesse a concentrar, na constelação universitária, os cursos básicos, o que nunca se concretizou. Espatifou-se a Faculdade para evitar-se essa disposição.

Sim, houve temporais nesses anos. Grave discussão houve, provocada pelo Departamento de Física, com a Reitoria e o Governo Jânio Quadros que chegou a suspender professores sem processo, com a tácita aquiescência da Reitoria e do Conselho, onde tive de atuar, quase em desespero, como se fosse um acochado advogado de defesa, tendo na retaguarda uma Congregação efervescente. Sozinhos estivemos na ocasião em que o prédio da Escola foi ocupado por alunos rebeldes, sendo diretor o Prof. Erwin Rosenthal, ou no vendaval de 68, quando estudantes exacerbados invadiram a Congregação presidida pelo Prof. Eurípedes. Ainda estivemos sós quando do desastrado conflito com o Instituto Mackenzie, cujo desfecho nos custou o abandono de nosso prédio da rua Maria Antonia por imposição do Governador

cujos soldados apoiavam ostensivamente aos mackenzistas que se serviam do pretexto do anti-comunismo para nos agredir com armas como em uma guerra. Ainda uma vez despejaram-nos de nossa casa sem o consolo de qualquer solidariedade. Uma barricada perdida.

Em 72, esta Congregação, sempre benevolente, botou-me na lista triplíce e o Reitor, meio a contragosto – o que só vim a saber tempos depois – nomeou-me Diretor. Tempos difíceis, não era fácil atravessar o túnel com as convicções intactas, e meu mandato acabou sendo abreviado por pressão política.

Completo a autobiografia na esperança de lograr a absolvição canônica. Apesar de combater o bom combate, acabei por receber do Conselho encargos que, por certo, mais distinguiram a Faculdade do que a mim: Comissões Permanentes, como a de Legislação e Recursos onde me demorei, Câmaras de Graduação e de Pós-Graduação, Pró-Reitoria. Ainda no primeiro mandato, fui indicado, em regime de reciprocidade, para dar curso na Universidade de Coimbra, quando passei meses de encantamento na velha matriz com suas belas tradições e sua ternura pelo Brasil.

Já no outono da carreira fui emprestado para diretor da Escola de Comunicações e Artes, a ECA, a caçula, e dela guardo a melhor das lembranças e a impressão de tê-la servido com afeição e seriedade.

Participei apaixonadamente desta Congregação e para obedecê-la contribuí na redação da revisão do Regimento e dos Regulamentos de Graduação e de Pós-Graduação... Nela, nos seus debates, por vezes vibrantes e apaixonados, aprendia a cada passo a querer mais e mais a nossa casa. Gostaria de reviver aquelas sessões memoráveis, não raro tempestuosas, que entravam pela noite a dentro. Fui por algum tempo decano desta Congregação. Sem ilusões: o decanato não resulta de mérito, de eleição, mas de coincidência. Chega-se a ele, *vénia aetatis*, por recusa de entregar os pontos. Todavia é sempre um primado, uma honra reservada a poucos sobreviventes. Por anos pertenci ao CTA, Conselho Interdepartamental depois e, agora de novo, CTA. Do meu Departamento tive mandatos de chefia, honra ingrata quando não se tem força para decidir, mas se detém as responsabilidades administrativas, com a obrigação de bem merecer a confiança.

Eduardo d'Oliveira França

FUNCIONÁRIOS

ALTERANDO A ROTINA EM BUSCA DA QUALIDADE.

LEONICE MARIA SILVIA DE FARIAS



Partindo da premissa de que a qualidade dos serviços depende do trabalho individual de cada um de nós, mas principalmente da interação do nosso trabalho com o trabalho de todos e de que o ser humano é o principal fator na organização, foi que implantei o projeto de Integração da Área Financeira: Alterando a Rotina em Busca da Qualidade Profissional e Pessoal.

O controle e as normas do sistema financeiro público requer um controle rígido sem espaço para criatividade, já todas nossas ações estão baseadas em leis e sujeitas à fiscalização. Na busca, então, de dinamizar estas atividades formais, foi que iniciei o projeto, há pouco mais de três anos, com a ciência e autorização da direção desta Faculdade. A idéia nasceu da necessidade de unir os setores da área e aguçar o trabalho em equipe, uma vez que o resultado de um trabalho, via de regra, não depende só da qualificação profissional, mas, sobretudo, do envolvimento e comprometimento de todos, em prol de um objetivo comum.

O projeto constitui-se em reuniões, realizadas às segundas feiras, a partir das nove horas com duração aproximada de trinta minutos. As atividades consistem em: a) exercícios de alongamento e relaxamento para aliviar o *stress*; b) dinâmicas de grupo que com foco no: relacionamento interpessoal, integração do grupo, comunicação eficaz, trabalho em equipe, empatia, auto motivação, criatividade, percepção, flexibili-

de, auto conhecimento, comprometimento profissional e qualidade no atendimento ao público. Além das dinâmicas, periodicamente, programam-se, sem custo financeiro, palestras, como a ministrada pelo Prof. Paulo de Aguiar Pronvot do CEPEUSP sobre o tema “Técnicas de Comunicação” e algumas apresentações em vídeos que enfocam a qualidade no trabalho e motivação pessoal e profissional. Nessas oportunidades, estende-se o convite aos funcionários de outras áreas.

A participação é espontânea, portanto, não há a obrigatoriedade de presença, no entanto, as reuniões sempre contam com um considerável número de funcionários. Nossa meta é de que este trabalho seja expandido para toda a Faculdade. De forma objetiva, estes encontros têm alterado a rotina dos participantes, estreitando relacionamentos e elevando a qualidade dos serviços. Cada qual passa a entender a sua vital importância na realização do que lhe é atribuído e que o sucesso da coletividade depende exclusivamente do desempenho de cada um. Uma semente foi plantada, dentre os frutos a serem colhidos, uma certeza fica: devemos envolver todos os colaboradores no processo de aprimoramento dos trabalhos, todos são igualmente importante para o sucesso do trabalho e não podemos esquecer que este aperfeiçoamento será sempre uma busca constante. Como já disse o Prof. Álvaro José de Almeida Calegare “*Não nada tão bom que não possa ser melhorado*”.

EVENTOS

FFLCH INCORPORA CASA DE CULTURA JAPONESA

POR RODOLFO VIANNA

Numa cerimônia ocorrida no dia 18 de novembro, onde estavam presentes o Cônsul Geral do Japão em São Paulo, senhor Hitorio Ishida, o reitor da USP, prof. Dr. Adolpho Melfi, o diretor da FFLCH, prof. Dr. Sedi Hirano, a profa. Dra. Junko Ota, e os presidentes da Fundação Japão em São Paulo, senhor Hiroshi Yoshii, e da Aliança Cultural Brasil-Japão, senhor Teruo Makio, a Casa de Cultura Japonesa passou a ser patrimônio da Universidade de São Paulo.

Fundada em 1976, o projeto da Casa de Cultura se realizou através da doação do terreno pela USP e teve seu prédio financiado por doações de associações nipônicas e da própria comunidade japonesa no Brasil. Atualmente, ela é um importante centro de difusão cultural como também abriga uma das mais importantes bibliotecas de estudos japoneses da América Latina, afirma sua diretora, a profa. Dra. Junko Ota. “Espero que com a reunião de todos os senhores, essa cha-

ma de amizade continue sempre viva”, desejou o Cônsul japonês em seu discurso, lembrando também várias outras iniciativas de cooperação entre o Japão e o Brasil ao longo da história. Para o professor Melfi, “o patrimônio da USP é enriquecido com a passagem da Casa de Cultura Japonesa para a Universidade”.

Os convidados puderam também presenciar a tradi-

onal “Cerimônia do Chá”, cujos significados do ritual foram explicados. No saguão do prédio, havia uma bela exposição de ikebanas – arranjos florais tipicamente japoneses.

A Casa de Cultura Japonesa passa a ser administrada diretamente pela FFLCH, que se comprometeu a manter as suas atividades, além de sempre buscar uma maior integração cultural e acadêmica entre o Brasil e o Japão.

FFLCH PROMOVE DEBATE SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA COM SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MEC

POR RODOLFO VIANNA

A Congregação e a Diretoria da FFLCH promoveram, no último dia 19 de novembro, um debate sobre a Reforma Universitária. Presentes, estavam o prof. Dr. Fernando Haddad, secretário executivo do MEC (Ministério da Educação), o prof. Dr. Américo Kerr, presidente da Adusp (Associação dos Docentes da USP), a prof. Dra. Marina Barbosa Pinto, presidente da Andes-SN (Associação de Docentes do Ensino Superior – Seção Nacional) e o estudante Antonio David, membro do DCE da USP (Diretório Central dos Estudantes). O prof. Dr. Flávio Aguiar, representante da Congregação da FFLCH, coordenava os trabalhos e o prof. Dr. Sedi Hirano, diretor da FFLCH, presidia a mesa. A Andifes (Associação de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior) foi convidada, mas não encaminhou nenhum representante.

Antes de palavra dos convidados, o prof. Sedi Hirano leu o documento sobre a Reforma Universitária fruto de discussões da Congregação da Faculdade como também com sua comunidade, escrito por uma comissão designada pela Con-

gregação e aprovada pela mesma, após novos debates, em reunião de outubro (a íntegra do documento está ao final da matéria).

Fernando Haddad (MEC)

Na seqüência, o Prof. Fernando Haddad fez a sua exposição inicial. O Secretário Executivo do MEC ressaltou que a Reforma Universitária proposta busca o fortalecimento do ensino superior público, tanto que possui o apoio da Andifes, “que agradeceu o presidente Lula, em discurso proferido pela sua presidente, aprovado pelo (Conselho) Pleno da instituição”. O professor Haddad falou que o aumento das despesas de custeio das universidades federais em 2005 é da ordem de 34%, “isso significa que é o maior aumento real de custeio, de um ano para outro, da história do sistema (...). Nós recuperamos, em três anos, 75% das perdas promovidas pelo governo anterior relativas ao custeio. Onde está a omissão, eu



pergunta?” (referindo-se à carta da Congregação da FFLCH).

O Prof. Fernando Haddad também mencionou abertura de concursos para a contratação de docentes e técnicos, em 2004 e 2005. “Nós teremos autorizado mais concursos do que nos oito anos do governo anterior”. Como outro ponto positivo, que, segundo Haddad, caracteriza a política de fortalecimento do ensino superior público, foi a desvinculação dos custos com os Hospitais Universitários da conta das reitorias, orçamentando-os, numa parceria com o Ministério da Saúde. Além desses pontos, houve também uma revisão salarial dos funcionários e professores “nunca antes, no período recente, tão próxima às reivindicações dos setores sindicais”.

Esses quatro pontos levantados pelo Secretário Executivo, representam um aporte de 1,7 bilhão de reais para as Instituições de Ensino Superior Federais, cujo patamar geral de recursos é de pouco mais de 6 bi, ainda segundo o prof. Haddad. “Onde está a omissão?”, provocou novamente.

“Há uma contradição no documento da Congregação (...). Dizer que o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) fere a autonomia universitária, na minha opinião, é um contra-senso (...). Se nós aplicarmos o conceito de autonomia da maneira sugerida aqui, sem que se faça um controle à maneira que a Capes faz da pós-graduação, com um êxito internacionalmente reconhecido, como é que nós vamos proteger os alunos que estão matriculados em instituições públicas ou privadas que não estão atendendo a esses critérios de qualidade?”.

Continuando, o professor falou que a reforma pode ser resumida em dois objetivos: regulação do setor privado, “que hoje está completamente desregulado”, e diminuição dos entraves burocráticos que minam o desenvolvimento das universidades do setor público.

Para Fernando Haddad, se para o setor privado falta regulação, para o setor público de ensino superior falta autonomia, “autonomia que está prevista na Constituição, mas jamais foi aplicada por falta de uma lei que regule o papel do Estado em relação ao sistema, e não o do sistema em relação ao Estado”. Como exemplo, o professor mencionou a necessidade do aval do MEC e do Ministério do Planejamento para uma universidade federal abrir uma vaga, ou mesmo gerir de forma ampla seu próprio orçamento, “não há autonomia”.

“Quando se fala da questão das Fundações, nós estamos vivendo momentos muito diferentes do sistema estadual e do sistema federal. O sistema estadual já é autônomo, e quando você diz ‘Fora Fundações’, tem um fundamento, porque as reitorias não precisam de Fundações para gerenciarem seus orçamentos”, explicou o professor Haddad, continuando “não há justificativa, como há no caso das Federais, de repasse de

recursos públicos para as Fundações Privadas”. Na atual situação das universidades federais, se o reitor não utilizar toda a verba repassada do ano, o Tesouro Nacional se apropria do dinheiro, daí a necessidade, segundo o professor Haddad, do reitor utilizar Fundações para gerir seu orçamento, devido a inexistência da autonomia. “Por que nós regulamos as fundações? Nós regulamos porque queremos manter as fundações no futuro no sistema federal? Não. Nós regulamos as fundações porque havia reitores com ameaça de prisão por falta de regulamentação desses repasses”.

Em relação ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Financiamento da Educação Básica), o professor Haddad o enxerga como uma medida complementar à da orçamentação das Universidades Públicas Federais, buscando re-injetar no Ensino Fundamental e Médio recursos da ordem de R\$ 4 bi, “dentro de um cronograma factível”, salienta, recursos estes desvinculados da Educação através da DRU (Desvinculação de Recursos da União) do governo anterior.

Encerrando sua primeira fala, o Secretário Executivo do MEC e professor do Departamento de Ciência Política da FFLCH, Fernando Haddad, falou sobre o Prouni – programa que compra vagas ociosas em universidades privadas e as destina, em forma de bolsas, para estudantes carentes.

Segundo o professor, 85% dos estudantes universitários estão matriculados em instituições que gozam, constitucionalmente, de isenção fiscal. Muitas destas instituições, como contrapartida à isenção que usufruem, oferecem assistencialismo social “absolutamente descontrolado”, diz Haddad, e continua: “hoje, o que estamos fazendo, é regulando isso, exigindo que instituições de ensino não dêem assistência social, dêem bolsa de estudo (...). Porque a bolsa de estudo não é um programa de assistência social, é um programa de mobilidade social”. O Prouni, na perspectiva do professor, deve ser comparado ao FIES (Financiamento Estudantil), “porque se não for feita essa comparação, nós não estaremos falando da mesma coisa”.

Marina Barbosa Pinto (Andes-SN)

“O que está em jogo, hoje, é a produção de conhecimento e a formação de profissionais na sociedade brasileira e, portanto, está em discussão o papel social da universidade nesse país”, afirmou a professora Marina, logo no início de sua fala. Para a representante da Andes-SN, a proposta de reforma apresentada retira a educação da universalidade e a transfere para a particularidade, “na verdade, o que está em jogo é a desconstrução da educação como direito social”.

Numa leitura mais cuidadosa do documento apresen-

tado pelo MEC, a professora Marina diz que é possível notar uma diferenciação de conceitos, que é a idéia de “bem público e interesse público”. Nas palavras de Marina, “quando se destrincha o que está sendo apresentado pelo governo, se vai a um ponto central que redefine a idéia de bem público, e, ao redefinir, diz o seguinte: na medida que se caracteriza como um serviço prestado de interesse de segmentos ou do conjunto da população, se justifica por aí a redefinição do uso da verba pública para qualquer segmento, seja de qualquer natureza, que preste esse serviço”.

Numa resposta direta ao professor Fernando Haddad, Marina disse que “não adianta fazer a média dos números, porque se quisermos fazer a média nos números nós fazemos a média dos números da economia que deixa claro quanto é que sobra para se fazer ações sociais”. A representante da Andes lembrou também que a própria Constituição já garante a regulação do setor privado da educação, faltando sua aplicação.

“O movimento precisa mostrar mais claramente que não existe consenso em torno da proposta do MEC”, alertou a professora Marina, finalizando dizendo que “nós queremos uma reforma universitária, temos propostas inclusive, mas sem a truculência do tempo ou o arbítrio do poder”.

Américo Kerr (Adusp)

“Esses grandes avanços que o Fernando acabou listando em relação ao Governo Lula estão muito abaixo das expectativas e não só estão abaixo das expectativas como, do ponto de vista do projeto de universidade e de educação que a gente tem, eles estão distantes daquilo que a gente lutou para o nosso país”, foi como começou sua fala o presidente da Adusp, professor Américo Kerr.

Na seqüência, o professor lembrou que o orçamento de 54 universidades federais é da ordem de R\$ 6,5 bi, e o orçamento somente das estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp) gira em torno de R\$ 2,7 bi, “e nós aqui estamos todo ano lutando porque sabemos que é insuficiente! Se para três universidades, R\$ 2,7 bi, qual é a situação de 54 universidades federais? Aumentar em 34% verba de custeio, que é de cerca de R\$ 600 mi a R\$ 700 mi, 34% de nada, continua sendo nada!” afirmou o professor Kerr, lembrando também que a soma das isenções que já existe no setor privado mais o financiamento em instituições privadas foi de R\$ 1,7 bi no ano passado, “isso é por volta de três vezes a verba de custeio das federais”, disse.

Na perspectiva do professor Américo Kerr, nem no

caso das universidades federais há justificativa para existência de fundações privadas. “Por que o governo não toma a iniciativa de falar ‘não, os recursos que não foram gastos este ano passam para o seguinte’, é simples de resolver, por que você vai privatizar o recurso público para transferir de um ano para outro?”, provocou o professor.

Ainda segundo o professor Kerr, o que está sendo proposto como reforma universitária não tem paralelo nenhum e até mesmo afronta a luta histórica por uma reforma no ensino superior brasileiro, “vai na direção oposta àquela que os movimentos sociais travaram ao longo de sua história”.

Sobre o Prouni, o presidente da Adusp foi crítico dizendo que serão ocupadas 10% de vagas nas universidades particulares a troco de ampliar as isenções, e, segundo o professor, se o próprio governo é crítico sobre como se dá o funcionamento das isenções, o que ele deveria fazer é reverter o processo de expansão da isenção fiscal, e não fomentá-lo. “Essa opção de fortalecer o privado é absolutamente inaceitável”, disse o professor, questionando a qualidade de muitas destas instituições guiadas pelas necessidades lucrativas que acabam por influir na qualidade da formação de seus estudantes.

Como medidas que o professor Kerr enxerga como privatizantes, estão as questões das fundações e também da Lei de Inovação Tecnológica. Sobre a primeira, o presidente da Adusp disse que, através de extensivos estudos realizados pela entidade sobre o funcionamento de fundações privadas na USP, é nítido que elas são mais apoiadas pela universidade do que, de fato, a apóiam; sendo a apropriação do público (desde a imagem, o nome, a estrutura física e intelectual, etc) pelo privado. “A relação entre as fundações e a universidade é absolutamente promíscua, e promíscua dos dois lados”, afirmou o professor, “e isso não acontece somente na USP, não”.

Sobre a Lei de inovação, o professor Américo Kerr entende que ela estimula o docente a utilizar o laboratório da universidade pública para desenvolver um produto o qual ele próprio fará a comercialização. “Ao invés de você tentar fixar o pesquisador na universidade, você acaba fazendo o contrário, estimulando ele a se utilizar a estrutura da universidade para desenvolver produtos e sair para vendê-los no mercado, isso é um absurdo!”.

Por fim, o professor falou que se precisa fazer uma separação do que é ouvir do que é dialogar, afirmando que o governo não está dialogando sobre a proposta de reforma universitária.

Antonio David (DCE-USP)

O estudante e diretor do DCE, Antônio David, levantou alguns dados no início de sua fala. Segundo ele, citando dados do MEC, em 1998 havia pouco mais de 200 instituições de ensino superior públicas e 770 instituições privadas. Já em 2002, o número de instituições públicas caiu para 195 e o de instituições privadas subiu para 4500. Menos de 10% dos jovens entre 18 e 24 anos estão cursando o ensino superior, ainda com dados levantados por Antonio, e dentro dessa porcentagem a grande maioria está matriculada em instituições privadas, “o que é uma inversão completa”, segundo ele. E, continuando, o estudante de filosofia afirmou que, ao contrário do que se divulga nos meios de comunicação, a renda do estudante do sistema privado é maior do que a do público, devido aos altos índices e evasão resultados dos custos da mensalidade.

“Quais são as medidas que seriam necessárias para mudanças estruturais do ensino superior?”, perguntou o diretor do DCE, elencando algumas na seqüência. “Em primeiro lugar, contenção drástica da expansão do sistema privado de educação, contenção drástica”, afirmou, como também, ainda segundo ele, regulamentação do setor privado com a possibilidade de estatização de algumas dessas instituições, “para quem acha que isso é impossível, a Unesp foi criada assim e, inclusive, a faculdade de Direito onde o nosso ministro estudou (Tarso Genro) que era particular e hoje está incorporada à Universidade Federal de Santa Maria”, exemplificou.

Segundo o diretor do DCE, também é necessário a reformulação da Lei de Mensalidades como também do próprio FIES, “que nada mais é do que um crédito bancário que mais serve para dissuadir o estudante de permanecer na universidade do que uma ferramenta de permanência do estudante”, ironizou, fazendo referência a dívida contraída pelo estudante da qual ainda se cobra juros. Outra medida levan-

tada por Antonio é a da necessidade de um plano de desenvolvimento das instituições públicas, “e aí, em primeiro lugar, a necessidade de mais verbas e a derrubada dos vetos ao Plano Nacional da Educação”, afirma, em referência aos vetos realizados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso nas propostas que tratavam do aumento do financiamento da educação do país.

Para Antonio David, o debate deve também englobar a política econômica, “uma vez que é preciso discutir o orçamento por não ser somente uma questão técnica, de ‘vamos ver os dados, o que que nos temos...’, vamos discutir o orçamento como um todo, os recursos públicos como um todo”. Sobre a questão da autonomia das instituições federais, o representante do DCE lembrou que, segundo a Constituição, elas já gozam de autonomia (art. 207), e não “que gozarão de autonomia”, defendendo a auto-aplicabilidade do artigo referido. Por fim, falou também na necessidade de uma maior democratização das universidades, com eleições diretas para reitor e composição paritária dos conselhos decisórios. “Essas são, em linhas gerais, as medidas necessárias para mudanças do ensino superior”, disse ele, concluindo que “as medidas propostas pelo MEC, que compreendem o SINAES, Prouni, a Lei Orgânica do Ensino Superior – que hoje temos um documento de diretrizes, o decreto sobre as fundações e eu cito também a Lei de Inovação Tecnológica, embora ela não seja da competência do MEC, caminham na exata contramão daquilo que é necessário para o ensino superior no Brasil”.

O debate foi transmitido ao vivo pela internet, através do portal da FFLCH, e futuramente será editado e transmitido novamente em data ainda a ser estabelecida. A seguir, leia a carta da Congregação da FFLCH sobre a Reforma Universitária.

Introdução



*CARTA DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA**

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, fiel a uma tradição de 70 anos com destacada presença nos episódios relevantes da história da sociedade brasileira, movida pelo propósito de contribuir para o aprimoramento da educação e particularmente da universidade pública e gratuita, não poderia furtar-se a intervir criticamente no momento em que está em curso uma reforma que incide diretamente no perfil da universidade, cujas consequências devem repercutir profundamente no futuro das instituições de ensino superior.

O Brasil precisa de um projeto abrangente para a universidade, que defina seu lugar como instrumento da construção nacional e da luta contra a injustiça social. Esse projeto deve ser pensado e implementado dentro de uma reformulação de nosso sistema educacional como um todo, particularmente do setor público, para sanar as graves deficiências crônicas de que padece.

Por isso o debate democrático de um projeto de reforma, na comunidade universitária e em toda a sociedade, é condição do sucesso de sua elaboração e implementação. Entretanto as audiências públicas, inicialmente convocadas pelo MEC para discutir a reforma universitária, não preencheram esse papel, em razão do seu caráter meramente pontual e consultivo. Logo depois disso o governo federal implementou, através de decretos e de medida provisória como a do Prouni, e o decreto 5205/04, que regulamenta a atividade das fundações de apoio, medidas que afetam a estrutura do ensino superior, sem qualquer debate social ou mesmo institucional. Consagrou-se assim uma perspectiva fragmentada e alheia à discussão democrática, contrária ao debate amplo sobre as necessárias mudanças na universidade brasileira.

A reforma proposta e já parcialmente encaminhada pelo governo está centrada no eixo financiamento/expansão/avaliação. Julgamos este eixo de discussão insuficiente, ainda que necessário. Uma reforma abrangente deveria contemplar o papel da universidade em todos os campos do desenvolvimento nacional, da produção e divulgação do conhecimento, bem como seu papel próprio em relação a todo um sistema nacional de educação, com ênfase no setor público.

Sabemos estar em curso a formulação de um projeto de lei orgânica do ensino superior a ser encaminhado ao Poder Legislativo. Seria de todo necessário que ele descortinasse uma maior abrangência em seu alcance. Poderia assim reabrir o debate social e institucional sobre o tema. Por isso essa manifestação inicial da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo se coloca na perspectiva de ser um primeiro passo dentro de um processo de que continuaremos a participar no futuro com novas manifestações.

Financiamento

A estratégia encontrada para lidar com o setor empresarial do ensino superior é articular o financiamento com a expansão. Mas omite-se o governo quanto à necessidade de expandir o setor público, que já conta com mecanismos de controle mais consolidados. Assim, a reforma aparece como uma alternativa para o setor empresarial, por meio de políticas de bolsas a alunos ou pela compra das vagas ociosas já existentes e sem a explicitação de qualquer tipo de controle das formas de funcionamento das instituições privadas e de sua qualidade.

Também se enfatiza a parceria entre o setor público e o privado como alternativa de financiamento, o que garante espaço para a permanência e consolidação das fundações no setor público. Isso vem sendo fortemente criticado, pois compromete a transparência e a própria natureza pública que o setor deve manter. Propostas desse tipo apontam mais para a acomodação de interesses do que para a necessária reforma do sistema de instituições de ensino superior.

A questão do financiamento diz respeito à condição básica para a existência e desenvolvimento de uma universidade pública digna desse nome. Historicamente, em nosso país, o financiamento das instituições de ensino superior públicas tem sido fixado, na melhor das hipóteses, considerando-se um percentual da arrecadação fiscal, ao invés de se considerar um percentual do conjunto da atividade econômica e com base em fundos públicos.

O Documento II do Ministério da Educação teve o mérito de reconhecer a situação de asfixia financeira em que o setor público se encontra há bastante tempo. No entanto, as medi-

das do governo federal e as dos principais governos estaduais têm tomado cada vez mais incerta a base de financiamento das instituições públicas, fazendo-o depender, de modo crescente, do seu entrosamento com o setor privado através das fundações. Além das conseqüências possíveis e danosas desse processo para o próprio conteúdo do ensino, da pesquisa e da extensão no setor público, a crescente precariedade deste contrasta com a proposta de um fundo setorial de incentivo à pesquisa para o setor privado.

Essas iniciativas ameaçam gerar um completo descontrole público sobre os objetivos, fins e conteúdo da pesquisa na educação de nível superior. E também ameaçam a viabilidade da pesquisa e sua vinculação com o ensino e a extensão justamente onde elas têm se mostrado historicamente mais dinâmicas: nas instituições públicas.

Expansão e Acesso

Entendemos que a ampliação do acesso por via da compra de vagas pelo governo em empresas privadas de ensino, conforme preconizada no Programa “Universidade Para Todos”, representa um artifício em pelo menos dois aspectos.

Diante da desinformação generalizada sobre o sucateamento do sistema universitário público, e com a política deliberada de contenção da expansão de vagas que vêm ocorrendo há vários anos, o governo monta um cenário em que a solução através de instituições privadas se confunde com uma ação de natureza pública.

Além disso, instrumentalizando anseios legítimos de segmentos da população largamente excluídos da universidade, furta-se o governo ao dever de Estado, expresso na Constituição Federal, no âmbito da educação superior. Subsídios ao ensino privado, que passa por uma fase de refluxo da demanda em razão do seu crescimento desordenado nos últimos tempos, do qual a autoridade pública se fez cúmplice nos últimos dez anos, ao se omitir diante da necessidade de uma regulamentação por critérios qualitativos.

Entendemos que tais procedimentos tendem a nivelar por baixo os padrões de ensino, fortalecendo a indústria de diplomas e configurando o atendimento ilusório de uma reivindicação social que deveria merecer, por parte do poder público, consideração prioritária em termos de planejamento, investimento e definição de políticas estratégicas e de longo prazo.

Avaliação

No conjunto das iniciativas governamentais, a avaliação também aparece como algo discutível. De um lado cria-se um

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que se propõe a avaliar as instituições, os estudantes e os cursos. Esta avaliação seria exercida pelos CONAES, Conselhos Nacionais de Ensino Superior, definidos pelo Ministério.

Tal iniciativa coloca em risco a autonomia universitária, condição central da liberdade de criação, pensamento e produção de conhecimento no país, pois desequilibra o peso da avaliação em favor de elementos externos às universidades.

Além disso, até o momento o governo não apresenta nenhuma medida de responsabilidade social a ser assumida pelo setor empresarial que, este sim, goza hoje de plena autonomia, absorvendo vantagens mercantis e um crescimento patrimonial sem consonância com investimento significativo em qualificação de pessoal.

A universidade pública brasileira continua sendo um espaço privilegiado quanto à produção de conhecimento e diálogo criativo com o produzido em outros centros. Tais papéis são quase ausentes do setor privado, com as honrosas exceções de praxe. São uma das bases indispensáveis da qualidade do ensino e da extensão, e um dos eixos da formulação de um pensamento crítico e ativo em relação aos desafios das sociedades contemporâneas.

Tudo isso deve ser levado em conta num Sistema de Avaliação cujo eixo seja a discussão do papel das universidades no corpo social que as contém, das suas condições de trabalho e aí sim, do seu desempenho institucional diante das demandas legítimas da sociedade, expressas, entre outros meios, pelo Plano Nacional de Educação.

Conclusão

A partir de uma concepção de educação universitária como bem público, a ser eqüitativamente compartilhado pela população, entendemos que o atendimento a esse direito social é principalmente função da universidade pública. Esta somente a desempenhará de forma competente e democrática se o Estado cumprir o dever que insubstituivelmente lhe cabe de prover a instituição dos instrumentos, condições e meios para o exercício pleno das atividades de ensino, pesquisa e extensão, num regime de necessária e plena autonomia, observados os parâmetros de responsabilidade social, transparência e de prestação de contas à sociedade.

Os fatos nos obrigam a constatar que há um inaceitável desvio de percurso para a consecução de tais metas.

É, portanto, em defesa do ensino público de qualidade na sua maior amplitude possível que a Congregação da FFLCH manifesta-se por uma reforma abrangente que discuta o papel

do sistema nacional de instituições de ensino superior diante dos desafios sociais, particularmente os educacionais, do país.

Pelas razões acima expostas não nos satisfazem os rumos que a autoridade governamental vem imprimindo a uma reforma universitária, que entendemos como necessária, des-

de que pautada por padrões intelectuais, éticos e políticos compatíveis com a importância da educação superior, com a dignidade da instituição universitária e sua natureza republicana.

** Carta fruto de debates da Congregação e da comunidade da FFLCH, redigida por uma comissão composta pelos professores Flávio Aguiar (DLCV), Franklin Leopoldo e Silva (DF), Osvaldo Coggiola (DH), Sylvia Garcia (DS) e Zilda Iokoi (DH), e pelos estudantes Gabriel Garcia, João Carlos Ribeiro Júnior, Marina Gurgel Neves e Renata Moreno. O documento foi aprovado pela Congregação em reunião no dia 21 de outubro.*

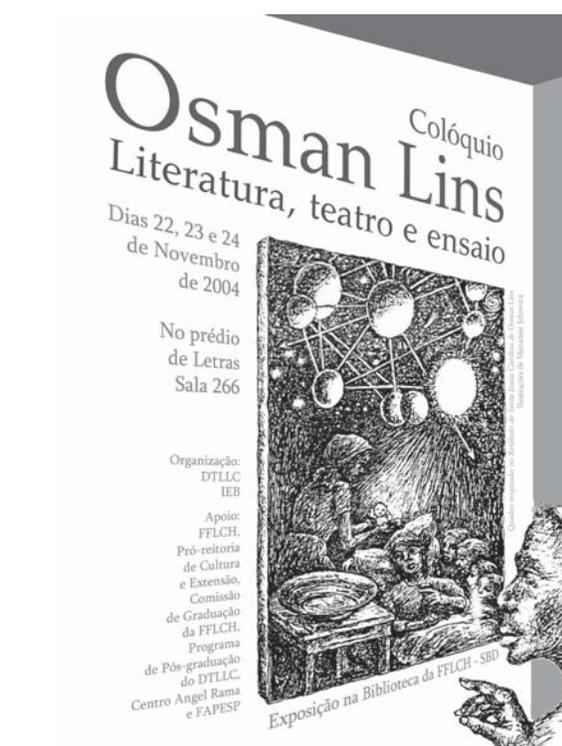
EXPOSIÇÃO OSMAN LINS – O AUTOR E A OBRA

O Instituto de Estudos Brasileiros da USP expõe, pela primeira vez, documentos e objetos do Fundo Osman Lins, dentre os quais se destacam cadernetas de anotações e reflexões (década de 1950), manuscritos do “Diário de Bordo” (primeira viagem à Europa, em 1961), de “La paz existe?” (um capítulo, 1977), do “Diário de Doença” (1978) e do romance inacabado “A cabeça levada em triunfo”.

Há também reproduções de ilustrações feitas por Marianne Jolowicz dos dozemistérios que compõem “Retábulo de Santa Joana Carolina”, narrativa de “Nove, nove”.

Os painéis são organizados em torno de temas com o objetivo de se dar uma visão da vida e, de modo especial, da obra diversificada de Osman Lins, presença atuante na vida cultural e literária das décadas de 1960 e 1970. Esta exposição integra uma série de atividades (colóquio, apresentação do processo de organização do Fundo Osman Lins, publicação do site e lançamento de livros) em homenagem aos seus 80 anos que seriam completados a 05 de julho de 2004.

A exposição está sendo realizada na Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas no Prédio de Letras do dia 22 de novembro ao dia 17 de dezembro. O endereço é Av. Prof Luciano Gualberto, 403 – Cidade Univer-



sitária. Maiores informações nos telefones 3091-4312 e 3091-4588 ou no site <http://www.osman.lins.nom.br>

CÁTEDRA JAIME CORTESÃO REALIZA EVENTOS SOBRE SÃO PAULO NO SÉCULO XVIII

POR RODOLFO VIANNA

No dia 30 de novembro ocorreu a abertura do Seminário Internacional *Luzes nos Trópicos* promovido pela Cátedra Jaime Cortesão da FFLCH, que é associada ao Instituto Camões, do Ministério de Negócios Estrangeiros de Portugal. Segundo a professora Vera Ferlini, presidente da Cátedra, a perspectiva para o evento é “que ele possa projetar mais pesquisas sobre São Paulo no século XVIII, pois nós temos muitas pesquisas sobre o Brasil durante o século XVIII mas poucas sobre São Paulo nessa época”. Ainda segundo a profes-

sora, o apoio dado pelo governo português, através do Instituto Camões, para um evento que trata da produção científica de São Paulo no período pomalino deslocou a fundação de São Paulo “não para o século XVI, mas para o século XVIII, ou seja, não para sua vertente jesuítica, mas para sua vertente laica, ilustrada, que é, sem dúvida um momento de grande importância de São Paulo”. O evento faz parte das comemorações dos 450 anos da cidade.

A programação completa do Seminário, que é composto por

diversas mesas de debate que ocorrem até o dia 3 de dezembro no Anfiteatro de História, pode ser conferida na página www.fflch.usp.br/cjc. A Cátedra Jaime Cortesão também está promovendo a Exposição *Laboratório do Mundo*, em colaboração com o Ministério de Cultura de Portugal, a Universidade de Coimbra e a Pinacoteca do Estado de São Paulo. A exposição é composta por cerca de 200 peças do Museu Pombalino de Física e do Museu Astronômico de Coimbra. O evento contará ainda com um ciclo de seis palestras que ocorrerão entre 7 e 16 de dezembro, no auditório da Pinacoteca.

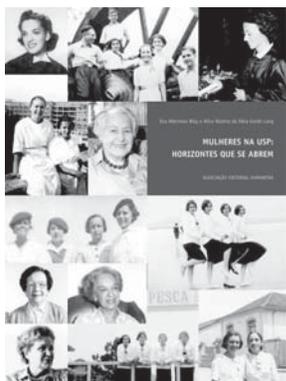
Por fim, está programado para inaugurar no dia 25 de janeiro a

Exposição *Cartografia de uma História*, em conjunto com o Museu Paulista da USP. A mostra será sobre a cartografia do século XVIII referente ao território da capitania de São Paulo.

Os eventos fazem parte do Projeto Temático *Dimensões do Império Português: investigação sobre as estruturas e dinâmicas do Antigo Sistema Colonial*, da Cátedra Jaime Cortesão, liderado pelos professores do Departamento de História Laura de Mello e Souza, José Jobson de Andrade Arruda e Vera Ferlini.

Maiores informações pelo telefone (11) 3091 2101 (Cátedra Jaime Cortesão) ou pela página www.fflch.usp.br/cjc.

PRODUÇÃO DOS DOCENTES DA FACULDADE



MULHERES DA USP: HORIZONTES QUE SE ABREM / Eva Blay e Beatriz Lang

O foco central deste livro são entrevistas feitas com antigas alunas e posteriormente docentes da USP: Gilda de Mello e Souza – Filosofia; Olga Pantaleão – História; Alice Canabrava – Economia e História; Jandyra França Barzaghi – Química; Maria Conceição Vicente de Carvalho – Geografia; Verônica Rapp – Medicina. Nestas entrevistas são relatadas as duras experiências pessoais vividas pelas alunas – pelo fato de serem mulheres – nas primeiras turmas de estudantes universitários paulistas e os seus obstáculos, derrotas e conquistas quando, posteriormente, tentaram se tornar docentes em suas respectivas faculdades. (ISBN 85-98292-31-1 / 152 p. / 21 x 28 cm.)

O ESTUDO ANALÍTICO DO POEMA (4. edição) / Antonio Candido

Este volume contém a parte teórica de um curso dado em 1963 e repetido em 1964 para o 4º ano de Teoria Literária. A parte que se pode chamar de prática era constituída pela análise de poemas de Manuel Bandeira, não apenas pela alta qualidade de sua obra, mas porque ela é provavelmente a única em nossa literatura que permite a um estudante encontrar todas as modalidades de verso, desde os rigorosamente fixos até os mais livremente experimentais. (95 p. / 9 x 16 cm.)



DO CÁ E DO LÁ: INTRODUÇÃO À IMAGOLOGIA / Celeste H. M. Ribeiro de Sousa

Este livro, com prefácio de Tania Carvalho, apresenta a imagologia não só como uma disciplina emancipada, a investigar o engendramento de imagens de países e suas repercussões, mas também como propiciadora de um enfoque específico através do qual é possível examinar a literatura, colocando-a em destaque no processo intercultural. (ISBN: 85-98292-17-6 / 368 p. / 14 x 21 cm. / R\$ 30,00)

MARINHEIROS DE PRIMEIRA LEITURA / Elisabete Marin Ribas, Fabíola Moura, Rodrigo Leite Gouvêa, Rosângela Felício dos Santos e Solange Regina Rastelli

Linguagem poética, arte de narrar e temas fundamentais da ficção osmaniana (solidão, passagem do tempo, opressão, injustiça, traição, erotismo, busca da completude) são tratados com minúcia e sensibilidade, a partir de um eixo comum: a relação amorosa, desde a desgastada até aquela imersa na paixão. Na leitura de *Avalovara*, registram-se também outras articulações significativas. (62 p. / 14 x 21 cm.)





INTERTEXTUALIDADE E CONTO MARAVILHOSO / Norma Discini

Essa obra mostra como se lê o texto, se observadas as relações que o constituem: da expressão com o conteúdo; do enunciado com a enunciação; do eu com o outro. Pelo direito e pelo avesso, é examinada a intertextualidade, ao ser reconstruído o sentido em variantes intertextuais do conto maravilhoso Chapeuzinho Vermelho, de Perrault. Depreende-se assim uma nova maneira de ler paródias, paráfrases, estilizações e polêmicas.

(ISBN 85-86087-97-1 / 95 p. / 9 x 16 cm. / R\$ 18,00)

A FILOSOFIA EXPERIMENTAL NA INGLATERRA DO SÉC. XVII: FRANCIS BACON E ROBERT BOYLE / Luciana Zaterka

Neste belo livro, estamos colocados diante de uma compreensão do trabalho do historiador da filosofia e da ciência, que precisa apanhar na simultaneidade o movimento interno de formulação dos conceitos e o movimento expressivo de sua formação histórica. Aqui, vemos, inseparáveis, uma nova ciência nascer no debate conceitual com a tradição filosófico-científica e no debate religioso-teológico posto pelo presente europeu do seiscentos, debate que determina muitas das decisões teóricas de que nascem os conceitos.

(ISBN 85-98292-28-1 / 302 p. / 14 x 21 cm. / R\$ 30,00)



REVISTA DE HISTÓRIA

É com satisfação que apresentamos o número 149 da Revista de História, que traz um conjunto de artigos de amplo escopo, enfocando temas tão variados quanto atuais aos nossos debates dos historiográficos. De fato, a variedade das filiações acadêmicas e institucionais dos autores dos artigos que aparecem neste número e as diferentes abordagens neles encetadas confirmam, mais uma vez, o caráter eclético da Revista de História.

(ISSN 0034-8309 / 274 p. / 20,5 x 24 cm. / R\$ 15,00)

SOBRE A GRAMÁTICA DA LÍNGUA ARMÊNIA / Chaké Ekizian

É de grande importância às aulas da disciplina de língua armênia, pois abrange desde o alfabetário armênio – com transliteração internacionalmente reconhecida – a todas as categorias gramaticais deste idioma. A elaboração deste manual foi sedimentada em vários estudos lingüísticos: Abrahamian, Alexanian, Feydit, Keruzian e outros.

(ISBN 85-7506-109-7 / 112 p. / 16 x 22 cm. / R\$ 5,00)



UMA VISÃO DA ESTERILIDADE NA BÍBLIA HEBRAICA / Suzana Chwartz

O livro focaliza a idéia bíblica de esterilidade como uma travessia pessoal pelo desprovento, marca registrada do passado ancestral de Israel. Apesar de a esterilidade das matriarcas ter sido até agora um tema descartado da discussão acadêmica e considerado um motivo do folclore israelita, a autora revela, em sua análise, que a esterilidade é um dos símbolos mais expressivos da relação de D' com seu povo, no curso da história do cumprimento da promessa divina aos patriarcas. Seu estudo minucioso dos textos, na língua original, coloca em relevo os sentidos entrelaçados do radical hebraico 'aqar (estéril) – que são os de infecundo, desenraizado e impotente. Abre-se, portanto, uma nova perspectiva para se compreender a história das origens de Israel: a do sofrimento íntimo dos seres marginais em uma sociedade em formação.

(R\$ 25,00)



A PRODUÇÃO DO REAL EM GÊNEROS DO JORNAL IMPRESSO

Sheila Vieira de Camargo Grillo

A chamada imprensa de referência funda-se sobre a noção de representação do real e mobiliza formas capazes de persuadir seus leitores da transparência de seu texto em relação ao referente. Essa função informativa se materializa privilegiadamente em alguns de seus gêneros, em particular na notícia da reportagem. Partindo desse pressuposto, este trabalho analisa as formas responsáveis pelo caráter informativo dos gêneros notícia e reportagem políticos e o modo de funcionamento dessas formas em um corpus de textos sobre a greve dos petroleiros de 1995, nos jornais Folha de S. Paulo e O estado de S. Paulo. (ISBN: 85-98292-14-1 / 248 p. / 16 x 22 cm. / R\$ 25,00)

ÁFRICA. REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA USP

Com periodicidade anual, contribui na divulgação dos estudos sobre o continente africano, do passado e do presente, compreendendo especialidades tais como a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, as Relações Internacionais, a Geopolítica, a História e a Literatura, pretendendo servir como um elo cultural entre o Brasil e a África. Traz em cada edição textos inéditos de autores de várias nacionalidades, publicados em português, inglês, francês, espanhol e crioulo de Cabo Verde. (ISSN: 01000-8153 / 422 p. / 16 x 22 cm.)



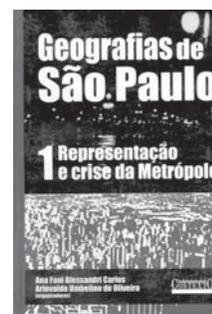
OSMAN LINS: O SOPRO NA ARGILA / Hugo Almeida (Org.)

Est e volume, organizado por Hugo Almeida - dedicado estudioso de Osman Lins nos anos recentes - significa uma contribuição importante para o conhecimento do grande escritor pernambucano. É uma reunião de textos escritos especialmente para esta edição, pelas mãos de dezoito especialistas, abordando aspectos relevantes das obras e oferecendo também dimensões reveladoras da pessoa do escritor.

(ISBN: 85-86372-72-2 / 374 p. / 14 x 21 cm.)

GEOGRAFIAS DE SÃO PAULO - 1. Representação e crise da Metrópole Ana Flávia Alessandri Carlos e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Org.)

As *Geografias do Brasil* tem como objetivo apresentar o resultado de pesquisas e reflexões dos professores do Departamento de Geografia da USP sobre a Metrópole de 450 anos. Este trabalho coloca, também a questão da possibilidade de construção do mundo moderno, através ou a partir da análise de São Paulo. (ISBN: 85-7244-274-X / 430 p. / 16 x 23 cm.)



INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

N. 14 – novembro/dezembro - 2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
AÇÃO – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SDI – SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO – RUA DO LAGO, 717
CIDADE UNIVERSITÁRIA – CEP 05508-900
TELFAX: 3091-4612 – FONE: 3091-4938



O Comitê Editorial do Informe encontra-se à disposição para o recebimento de material. Artigos devem, preferencialmente, conter 50 linhas de 70 toques e outras matérias (notícias, eventos etc) no máximo 10 linhas. Tel/Fax (0XX11) 3091-4612 e e-mail: informe@usp.br